

# LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Vol. 18 (2023)

## FICHA TÉCNICA

Linguística  
Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto  
Vol. 18, 2023

ISSN: 1646-6195

ISSN digital: 2182-9713

Periodicidade: Anual

Diretor:  
António Leal

Secretariado editorial:  
Vanessa Anachoreta

Editores:  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
e Centro de Linguística da Universidade do Porto

Capa:  
José Osswald

Impressão e acabamentos:  
Penagráfica, Artes Gráficas Lda.

Depósito Legal:  
248653/06

Tiragem:  
120 Exemplares

Os artigos publicados estão sujeitos a "peer review".

A Revista está registada no DOA) e Latindex e está indexada na base de dados Fonte Académica.

<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id191&sum=sim>

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00022/2020

## ESPAÇO DA DIREÇÃO

O número de 2023 da Linguística inclui cinco contribuições em forma de artigo, a que se junta uma recensão. As áreas de trabalho são variadas, assim como os objetos de estudo, o que dá, a este número, um caráter particularmente eclético.

O primeiro artigo intitula-se “The use of gender-neuter marking” e é da autoria de Diovana da Silveira Baldez e Claudia Regina Brescancini, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Neste trabalho, as autoras apresentam os resultados de um estudo sobre a utilização de itens lexicais (nomes, adjetivos e pronomes) com traço [+humano] e com marcas morfológicas de género em textos escritos em Português do Brasil no Twitter/X, com o objetivo de determinar a frequência do uso de formas neológicas neutras e dos critérios de utilização que lhes estão subjacentes.

O segundo texto é da autoria de Bruno Gonçalves Carneiro, José Ishac Brandão El Khouri, Carlos Roberto Ludwig e Thamara Cristina Santos, da Universidade Federal do Tocantins (Brasil), e intitula-se “Parataxis, hypotaxis, and subordination in Brazilian Sign Language: A brief introduction”. Os autores exploram alguns aspetos gramaticais (sintáticos, semânticos e prosódicos) ainda pouco estudados em Língua de Sinais Brasileira (Libras), procurando identificar e descrever que tipos de elementos (manuais e não manuais) ocorrem nas estruturas analisadas.

Joana Guimarães e Thomas Hüsgen, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, são os autores de “Sabão e água ou água e sabão? A diferença que um tradutor humano (ainda) pode fazer...”. A partir da sua experiência com estudantes de um mestrado da FLUP, os autores tecem um conjunto de considerações sobre a importância da intervenção humana no processo de revisão de textos obtidos por tradução automática.

O quarto artigo é da área da Sintaxe. Em “Completivas de para no Português de Moçambique”, Víctor Justino procura reequacionar o estatuto sintático das completivas (finitas e não finitas) selecionadas por alguns verbos com sentido diretivo, assim como o estatuto de “para” nestas construções.

Finalmente, Vasco Magona e Francelino Wilson (Universidade Eduardo Mondlane e Universidade Púnguè) abordam, e “Concatenação de afixos em Bantu: algumas leituras a partir da Fonologia Lexical”, o funcionamento morfofonológico de três línguas

bantu, ciyaawo, xichangana e emakhuwa, no que concerne a certos prefixos nominais, a sufixos e a circunfixos locativos.

Este número termina com uma recensão de João Veloso (Universidade do Porto e Universidade de Macau) ao livro *Uma Periferia Global. Armando de Lacerda e o Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra (1936-1979)*, de Quintino Lopes. Sendo uma figura ligada, pelo seu percurso académico, à Universidade do Porto, é com agrado que a revista acolhe esta recensão, que se junta, de forma singela, a um conjunto de homenagens que têm sido feitas a Armando de Lacerda.

Mais uma vez, a revista expressa a sua enorme gratidão a todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram para mais um número, em particular aos dezoito colegas que se disponibilizaram para avaliar os artigos submetidos e contribuir, com as suas pertinentes sugestões, para a melhoria da qualidade científica da revista.

Porto, outubro de 2023  
António Leal

## SUMÁRIO

Espaço da direção .....	3
<b>Artigos</b>	
The use of gender-neuter marking in Brazilian Portuguese tweets: a sociolinguist approach .....	7
<i>Diovana da Silveira Baldez e Claudia Regina Brescancini</i>	
Parataxis, hypotaxis, and subordination in Brazilian Sign Language: A brief introduction .....	32
<i>Bruno Gonçalves Carneiro, José Ishac Brandão El Khouri, Thamara Cristina Santos e Carlos Roberto Ludwig</i>	
Sabão e água ou água e sabão? A diferença que um tradutor humano (ainda) pode fazer .....	65
<i>Joana Guimarães e Thomas Hüsgen</i>	
Completivas de <i>para</i> no Português de Moçambique .....	77
<i>Víctor Justino</i>	
Concatenação de afixos em Bantu: algumas leituras a partir da Fonologia Lexical .....	99
<i>Vasco Magona e Francelino Wilson</i>	
<b>Recensões</b>	
Quintino Lopes. Uma Periferia Global. Armando de Lacerda e o Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra (1936-1979) .....	128
<i>João Veloso</i>	

## Artigos

# The use of gender-neuter marking in Brazilian Portuguese tweets: a sociolinguist approach<sup>1</sup>

Diovana da Silveira Baldez  
diovana.baldez@gmail.com

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil)*

Cláudia Regina Brescancini  
bresc@pu.rs.br

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil)*

**ABSTRACT:** This research investigates gender-neuter marking in Brazilian Portuguese, a recent linguistic variation that has divided many opinions in Brazilian social and political circles until now. The Theory of Variation (LABOV, 2008 [1972]; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), with a focus on Communities of Practice (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 1992a, 1992b), supports the description and analysis conducted. To observe the variant, we opted for the social network Twitter, from which we collected 3,446 tweets produced by three subjects during the second half of 2020 who explicitly expressed a preference for the use of the neuter pronouns “Ela,” “Ilu,” “El” or “Ile.” As a selection criterion, we considered tweets containing adjectives, nouns, and pronouns whose referent was a human, and morphological markers carrying gender distinction. The predictor variables stipulated were morphosyntactic class, lexical item, the tweet topic, participant, and the reference performed by gender marks (generic or specific). The sample was submitted through the RStudio program, version 4.1.2, through which the proposed statistical treatment was carried out. The results reveal a disadvantage regarding gender-neuter marking for all participants, not showing optimistic estimates about any specific word. They also pointed out the adjective class, the affective relationship and identity topics, and the generic reference performed by gender marking as conditioners of gender-neuter employment.

**KEYWORDS:** Gender-neuter; Gender marking; Linguistic Variation; Communities of Practice.

---

<sup>1</sup> This research was conducted with the support of the Coordination for the Improvement of Brazilian Higher Education Personnel (CAPES), Funding Code 001. It was approved by the Research Ethics Committee of the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (Brazil) under the Certificate of Presentation for Ethical Consideration (CAAE, acronym in Brazilian Portuguese) number 45742021.7.0000.5336.

## 1. Introduction

The normalized conception that gender, biological sex, and sexual orientation are restricted to the binary and heteronormative field, what Bernini (2011) calls the sexual binary system, is a kind of logical operator that constitutes the notion of sexual identity in Western societies. This notion imposes two poles for sex (male or female from the biological point of view), for gender (male or female from the social point of view), and for sexual orientation (heteronormativity from the sexual point of view). Consequently, gender identities not limited to a binary notion are situated in a marginalized position, liable to repression and social estrangement for differing from the standard established by the sexual binary system. This binary perspective is intrinsic to the modern worldview and way of thinking about issues related to sexuality, which has, as a consequence, as Bernini (2011, p. 20) points out, "a macho and heterosexist hierarchy that assigns heterosexual men the status of majority identity, and the other identities resulting from the composition of these terms [...] the status of moral minorities"<sup>2</sup>.

In recent decades, linguistic movements driven by speakers of various languages such as English (XIE, 2015; GALUPO et al., 2017; ELLIOTT, 2017), Swedish (TAVITS; PEREZ, 2019), and Spanish (UBA Sociales, 2019) emerged to promote the inclusion of people who do not fit into the categories of female or male through the establishment of a third-gender category, the non-binary gender, which came into use as an umbrella term to contemplate individuals whose identities are not fully defined as feminine or masculine. As Reis and Pinho (2016, p. 14) explain, individuals contemplated by non-binary gender identity "will not be exclusively and totally woman or exclusively and totally man, but [...] will permeate in different forms of neuterity, ambiguity, multiplicity, partiality, genderless, otherness, fluidity in their identifications."

As a moral minority, individuals of non-binary gender identity create, through verbal language, symbolic resources that determine opposition to the sexual binary system values. In Brazil, the movement for a more inclusive language follows the advance of the use of social networks, occurring, at first, from the registration of the characters "@" and "x" in place of the gender suffix and, more recently, from the use of the "-e" mark: an alternative of pronounceable neuter marking more adopted in social networks today. In this sense, we can observe an effort of the non-binary and LGBTQIA+ community, in general, to inform and explain the functioning of

---

<sup>2</sup> Free English to Brazilian Portuguese translation to all direct quotations.

gender-neuter marking through posts, mainly on social networks, which characterizes a movement of appropriation of the rules of the language that goes against the grammatical norm of Portuguese.

Thus, this research, which emerges from the social need to discuss linguistic variation and gender-neuter markers from a scientific perspective, has as its primary objective to describe the use of these markers in the social network Twitter, which has proven to be a space for discussion and use regarding the neuter language. From the theoretical and methodological assumptions of Variation Theory (LABOV, 2008 [1972]; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]) and Communities of Practice (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 1992a, 1992b) - sociolinguistic approaches that observe language in use – this study seeks to identify the conditioning role of linguistic variables of gender-neuter use on Twitter by observing them as resources for the construction of individual and group identities.

Regarding the next sections, we present the functioning of the gender suffix in Portuguese in section 2, and the concept of language that underlies this study, precisely the one adopted by the Theory of Linguistic Variation and Change (LABOV, 1972) in section 3. Section 4 deals with the methodological procedures adopted, with details on the delimitation of the sample and the predictor variables considered, and, in Section 5, we present and analyze the results obtained. Finally, a conclusion section and references follow this section.

## 2. Gender Suffix in the Portuguese Language

According to Camara Jr (1970), there is only one gender inflection in the Portuguese language, which is the addition of the inflectional suffix “-a” to mark feminine forms, such as “lob(o)” + a, which results in “loba”, or “autor” + a, which results in “autora.”<sup>3</sup>

The masculine form is taken as the unmarked gender, used in generic reference, and thus employed due to the lack of a grammatical resource in the Portuguese language capable of contemplating the human gender. According to Endruschat (2015, p. 312), this means that, in

---

<sup>3</sup> In a different view, Costa and Choupina (2012) explain that the gender inflection in Portuguese is double: “-o” or Ø, to mark masculine form and “-a” to mark feminine form, such as “lobo/loba” (wolf) and “autorØ/autora.” (author). Cases such as “a tribo” (feminine form) (tribe) or “o pirata” (masculine form) (pirate) are considered exceptions.

Portuguese, “masculine nouns have a wider lexical and referential potential and may be used to refer to males, to groups of people whose gender is unknown or unimportant, or even to female referents.” Thus, “generic masculines may evoke male images and can, therefore, be interpreted as androcentric,” (ENDRUSCHAT, 2015, p. 312) with its use associated with male dominance in the real world. The impression that masculine gender is dominant in Portuguese is further reinforced by the small group of Portuguese words of trait [+sexed] (in which gender marking tends to be semantic), formed predominantly by masculine forms, given the cognitive salience related to gendered words (SCHWINDT, 2020a).

The two aspects pointed out above, (i) the notion of masculine as an unmarked gender and (ii) the cognitive salience related to gendered words, can be considered elementary to understand the factors that motivate the gender-neuter use since they contribute to invisibilize other genders. As a resource of ideological expression, gender-neuter represents a position contrary to the values implicit in using the masculine gender, which explains why individuals of non-binary gender identity generally avoid the masculine gender, despite it being morphologically neuter.

Schwindt (2020b) distinguishes proposals for inclusive language use in Brazilian Portuguese as (1) the use of the feminine gender in two-gender common nouns (e.g., “presidenta”); (2) the use of both feminine and masculine forms instead of generic masculine use (e.g., “alunas e alunos,” “todas e todos”); (3) the inclusion of the characters “x” and “@” at the end of nouns and adjectives (e.g., “amigx,” “amig@”); (4) the extension of the function of already existing marks (such as “-e” in “amigue”) and (5) changes in the base or root of pronouns and articles (e.g., “ile,” “nile,” “dile,” “aquile,” “le”).

Cases (1) and (2) are identified as a proposal to highlight the feminine gender through the contrast between feminine and masculine to serve as the binary-gender affirmation in the gender system (SCHWINDT, 2020b). In contrast, (3) and (4) are considered strategies of gender neutralization<sup>4</sup> (Trubetzkoy, 1939), through a third mark beside the masculine and the feminine. However, in the case of “@” and “x,” they have no correspondence in the Portuguese phonological system because they are unpronounceable. The vowel “-e” as a neuter gender mark appears precisely as a possible solution to this problem, being a pronounceable alternative that

---

<sup>4</sup> The neutralization process can occur through the coexistence of two sounds, with one being adopted for neutralization or by using a new sound to represent both.

can be used in oral language and already exists in Portuguese, despite implying "a thorny process" (FREITAS, 2015, p. 167) since the adherence to the neuter gender causes the alteration of several grammatical items to achieve the proper agreement.

Schwindt (2020b) emphasizes that gender, more than a piece of lexical information, is a grammatical mechanism, which, in the case of neutralization by "@," "x," or "-e," can cause complications related to the determining articles and pronouns, as well as the pronominal retaking, as exemplified by "Meus(?) dois(?) amigos mais próximas, Vini e Léo, chegaram. Preciso dar atenção a eles(?)"<sup>5</sup> (SCHWINDT, 2020b, p. 17). In this example, the neutralization of the determiners and the pronoun in the anaphoric function proves to be a complex process, which is not solved just by adding the vowel "-e" but depends on formal learning to some extent. Additionally, Schwindt (2020b) points out that the employment of the characters "@," "x," or "-e" as neuterizers in the definition of a semantic reference can be an issue when considering which referents are contemplated by these uses. The representative focus of these neuterizers is not only on individuals whose gender identity lies on the non-binary spectrum but can also contemplate groups formed by people of mixed and indeterminate gender. According to Schwindt (2020b), at least two uses are observed for these markings: a generic one for male and female reference and one designating a third gender, as the author exemplifies (SCHWINDT, 2020b, p. 16) in "a) Amigos queridos<sup>6</sup>, I use "-e" because I do not want to exclude anyone; b) Bom dia amigas, amigos e amigos!<sup>7</sup>". In these cases, a distinction is made between "-e" as a generalization strategy for a group of people of mixed/indeterminate gender and "-e" as marking a third gender, highlighting a group of people of non-binary gender identity, similar to the strategies mentioned earlier for promoting female visibility in discourse. An overview of the employment of gender neutrality in Portuguese is offered by Mokwa (2019) and Almeida (2020), according to Table 1 below. According to the descriptions presented by the authors, based on online guides<sup>8</sup> organized by the non-binary community, it can be observed that there are

---

<sup>5</sup> "My(?) two(?) closest friends, Vini and Léo, arrived. I need to pay attention to them(?)".

<sup>6</sup> "Dear friends".

<sup>7</sup> "Good morning, friends (the word *friends* includes the feminine, masculine, and the suffix "-e")".

<sup>8</sup> One can look at Lewaschiw and Gaigai's (2018) text on the website "Wiki identities," an electronic collection that gathers information on gender identity and related topics.

currently four neuter gender systems in Portuguese, and adherence to one or the other is still a matter of debate in the non-binary community.

TABLE 1 - Neuter pronouns in the "Elu," "Ilu," "Ile" and "El" systems

Standard Portuguese <sup>9</sup>	ELU System	ILU system	ILE system	EL system
Ele/ela	Elu	Ilu	Ile	El
Dele/dela	Delu	Dilu	Dile	Del
Meu/minha	Mi/minhe	Mi/minhe	Mi/minhe	Mi/minhe
Seu/sua	Su/sue	Su/sue	Su/sue	Su/sue
Aquele/aquela	Aquelu	Aquelu	Aquile	Aquel
Artigo o/a	Le	Le	Le	Le

Source: Baldez (2022, p. 47), adapted from Mokwa (2019) and Almeida (2020)

As compiled by Mokwa (2019) and Almeida (2020), the four most recurrent possibilities of neuter marking in LP (Table 1) are a kind of adaptation of the neuter demonstrative pronoun in the nominative form "illud"<sup>10</sup> of Latin origin. The "Elu" system, closest to the binary pronominal form in Portuguese, is characterized by the use of "-u" as a gender-neuter mark in place of "-a" or "-o" and is used in nominative, third-person possessive and demonstrative pronouns. In the "Ilu" and "Ile" systems, part of the original Latin word ("illud") is retained, with "-u" being the gender-marking morpheme in the former. From this perspective, the "Ilu" system resembles the "Elu" system in using the gender morpheme, differing in the word's root. In the "Ile" and "El" systems, on the other hand, there is no specific gender morpheme, so a distinction is made between feminine and masculine in the former because of the Latin root, which preserves the "i" instead of the "e" of "he," and in the latter by excluding the gender morpheme so that in nominative, third-person possessive and demonstrative pronouns, the word ends only with "l." For first and second-person possessive pronouns, as well as for articles, the forms "mi/minhe," "su/sue," and "le" are adopted by all systems. However, there is no consensus in the first two cases regarding which

<sup>9</sup> Table subtitles: Ele/ela – he/she; dele/dela – his/her; meu/minha – my; seu/sua – your; aquele/aquela – that; artigo o/a – article the.

<sup>10</sup> The feminine and masculine forms of this same case in Latin are "illa" and "ille," which refer respectively to the pronouns "aquela" and "aquele" in Portuguese.

competing forms would be more appropriate or which linguistic context favors one usage.

### 3. Theory of Variation and Linguistic Change

According to Weinreich, Labov, and Herzog (1968), a linguistic change begins when one of the features of variation spreads through a specific subgroup of the speech community, takes on the character of ordered differentiation, and may symbolize social values attached to that group. In this sense, the adoption of gender-neuter marking becomes a means to, as Santana (2021, p. 708) states, "stimulate debates with the power to destabilize already established meanings and point to the diversity of references with which new meanings [...] can be constructed by subjects".

From this perspective, it is understood that the neuter gender marking acts, within the referred community, as a phenomenon of linguistic variation, considering that the process of variation involves the transfer of innovative linguistic traits from one speaker to another in a community, characterized by the existence of two or more simultaneous variants until a possible change takes place and makes one of the forms obsolete (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968). This notion of community can be associated with communities of practice, through which social meanings, symbolic values, and identities are constantly and mutually constructed (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 1992b), and the use of gender-neuter marking may be seen as an act that represents the values shared by this community. From this perspective, it is possible to understand linguistic variation as a resource for expressing identities, through which information, values, and common learning are shared. Social networks like Twitter, in this sense, can play a facilitating role for the organization of communities of practice, as a space where people belonging to the LGBTQIA+ community (mainly those who identify as non-binary) can interact, joining in for common interests, as seeking for more visibility and respect. In this context, the use of the gender-neuter marking can be seen as a fight strategy (SANTANA, 2021): a linguistic use related to the community through which new meanings are established and non-binary identities are expressed.

Gender-neuter marking occurs, in this sense, in alternation with other grammatical genders in two contexts: (1) in opposition to feminine and masculine markings when referring to subjects of non-binary gender identity, and (2) in opposition to masculine marking when referring to groups composed of people of unknown or varied gender. It is observed, therefore,

the coexistence of variants that can be used in the same contexts alternately but whose choice represents different social values, associated or not with the community of practice that includes people of non-binary gender identity.

Therefore, the Theory of Linguistic Variation (LABOV, 1972) is used as a basis for describing and explaining gender-neuter marking in tweets produced in Portuguese. This theory represents a theoretical-methodological model developed in the 1960s based on the notion of *ordered heterogeneity* (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), according to which the variation found in languages is conditioned by both linguistic and social elements, subject to identification.

## 4. Method

### 4.1. Sample

The sample consists of tweets - texts of up to 280 characters from the social network Twitter - known as a *microblog*. The platform has been characterized by providing dialogue in various fields of human activity since its creation in 2006, constituting a medium for disseminating news and political opinions on relevant topics.

During the second half of 2020, we collected tweets containing nouns, adjectives, and pronouns in which the grammatical gender (female: "-a," male: "-o," or neuter: "-e") occurred by inflection (e.g., "se vc me considera *sue amiga* [...]," "sou *péssimo* na cozinha e "que *linda!*"<sup>11</sup>) whose referent refers to a human being (trait [+sexed]).

### 4.2. Participants

We randomly selected three subjects, users of the social network Twitter, who explicitly expressed a preference for using the neuter pronouns "Elu," "El," "Ilu" or "Ile" for self-reference through the platform's tools (such as the biography, the location, and the fixed tweet). To locate these subjects, an advanced search containing the referred personal pronouns was conducted, through which we intended to identify user profiles that featured one of these pronouns in the name or biography<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> "if you consider me your friend [...]," "I am terrible in the kitchen, and "how beautiful!

<sup>12</sup> It is common practice among Twitter users of the LGBTQIA+ community to add in the bio - a 160-character space for a personal introduction - the pronouns with which they prefer to be referred to, being the colloquial form of the third-person personal pronouns and possessives such as "he/she, elu/delu" are commonly used.

As criteria for subject selection, we considered (1) the participant's age, which should be over eighteen years old; (2) the account creation date should be before 2020; (3) the number of tweets made on the account, which should be significant: more than five thousand; and (4) the participant's posting activity should be active and frequent until the collection deadline.

The selected subjects were asked to fill in a social form whose information given follows below:

Participant A: born in *Varginha, MG*; born in 1995 (27 years old at the time of collection); college degree; unemployed. Interested in social agendas focused on the LGBTQIA+ community and neurodiversity, actively participates in online communities focused on themes of gender identity and sexuality, as well as applies the neuter gender marking in his linguistic practices on social networks.

Participant B: born in *São Paulo*, capital; born in 2002 (19 years old at the time of collection); university student; unemployed and self-identifies as an agender. Interested in social agendas focused on the LGBTQIA+ community and neurodiversity.

Participant C: born in *Rio de Janeiro - RJ*; born in 2001 (20 years old at the time of collection); university student; unemployed and self-identifies as a cis-male. Although the participant is sympathetic to the LGBTQIA+ movement, of which he makes part, never participated in online communities focused on the debate about gender identity and sexuality; posts tweets intending to explain how gender works in the format of *threads* that seek to address questions about neuter language.

#### 4.3. Variables under analysis

As a response variable, we considered the gender marking realized through the inflection in pronouns, nouns, and adjectives whose referent is human, characterized by the trait [+sexed] so that the neuter gender and others (feminine and masculine) can also be marked as seen below:

A) Neuter Gender: "[...] tentaram me convencer que eu estava *errade* [...]," "[...] *e/* posta umas coisas legais também!"<sup>13</sup>

B) Other Genders: "[...] eu fico *emocionado*", "que *menina* insuportável [...]"<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> "They tried to convince me that I was wrong [...]," "[...] *e/* posts some cool stuff too!"

<sup>14</sup> "I get emotional," "what an insufferable girl [...]"

As gender-neuter, we considered words marked by the inflection "e" and the pronoun systems shown in Table 1 and possible variations when applying the neuter form by inflection, in which other vowels could be observed as an alternative to neutralization, such as "u"<sup>15</sup>. Concerning the variant of other genders, only the grammatical feminine and masculine genders were considered so that other possibilities were not contemplated.

The controlled linguistic variables were Participant (A, B, and C); Lexical Item Type (random variable); Morphosyntactic Class (noun, adjective, pronoun); Topic (politics, identity, daily life, social media, and culture, affective relationship, relationships in general, beliefs and opinions, and conflicts) and Gender Marking in Generic or Specific Reference.

The collected data were submitted to the most recent version of R software (version 4.1.2) through the RStudio interface. For statistical analysis, the data were organized in an Excel spreadsheet, converted to ".csv" format, and submitted to the functions *table()*, *prop.table()* and *ggplot()* for table organization, the crossing of variables, and elaboration of graphs, being the logistic regression realized through the *glmer()* function.

## 5. Results

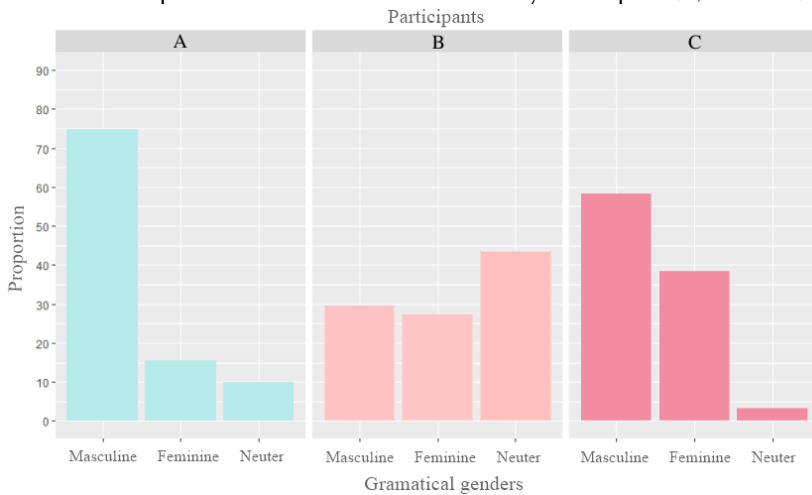
### 5.1. Variable Participants

We observed 3,446 occurrences of nouns, adjectives, and pronouns with masculine, feminine, or neuter gender marking - with human beings as referents - in the tweets produced by the three participants during the second half of 2020. The distribution of masculine, feminine, and neuter grammatical gender usage by participants is presented in Graph 1.

---

<sup>15</sup> An example of this usage was observed in "meninu" and "sensate", in which the vowel "u" was used as an alternative to the vowel "e" for neutralization.

CHART 1 - Proportion of Grammatical Gender by Participant (A, B and C).



Source: Baldez (2022, p. 84)

According to the proportions shown, from 1,458 data collected from Participant A, 1,091 (74.8%) were marked in the masculine form, 224 (15.3%) in the feminine form, and 143 (9.8%) in the neuter form. Regarding Participant B, from a total of 821 data, 241 (29.3%) occurrences of masculine gender, 224 (27.2%) of the feminine gender, and 356 (43.3%) of neuter gender were observed. For Participant C, we found a total of 1,167 data, 680 (58.2%) occurrences of the male gender, 448 (38.3%) of the female gender, and 39 (3.3%) of neuter gender.

With the exception of Participant B, the distribution per participant illustrated above is characterized by a higher number of male gender occurrences, followed by the female and neuter genders. Even so, it is possible to observe that Participant A makes more expressive use of the masculine marking (74.8%), while the feminine and neuter markings present proportions closer to each other, 15.3% and 9.8%, respectively. It is possible to associate the high percentage of male labeling use for Participant A to his gender identity, which, despite falling on the non-binary spectrum and accepting the use of the neuter gender for his own reference in the social network, recognizes himself as more aligned to the male gender. In his linguistic practice on Twitter, this implies a high rate of use of the masculine grammatical gender, especially in texts whose referent is the speaker himself, as exemplified by the occurrence in (1) below.

(1) Participant A: "eu sou *alérgico*, não tem como eu ficar *calmo* kkk"<sup>16</sup>.

The highlighted words are marked in the masculine form by Participant A to refer to himself, which seems to indicate - also considering the total data set - that the participant himself prefers masculine marking and uses it frequently when referring to himself, a fact that justifies the high number of masculine occurrences observed in Graph 1.

Participant B, on the other hand, presents a distribution of data by gender, different from the distributions observed in participants A and C, according to which 43% of the data consist of gender-neuter marking, while the masculine and feminine forms correspond to similar proportions, 29.3%, and 27.2%, respectively. We can notice that most occurrences of the neuter variant are observed in Participant B's data, responsible for 356 occurrences of neuter gender of the total 538 that make up the sample.

The high rate of use of gender-neuter marking for Participant B seems to be associated with their gender identities, who self-identifies as agender, and with his partner, who is frequently mentioned in the tweets that make up the sample, as seen in the example below:

(2) Participant B: "*mi* crush disse que sou *fofe*."<sup>17</sup>

The highlighted words are marked in the neuter form by Participant B when they refer to himself and their partner, which indicates, according to the data set, that Participant B prefers gender-neuter marking and uses it frequently to refer to themselves and their partner.

About Participant C dataset, we observe a distribution of data by gender similar to that of Participant A, with the prevalence of the masculine grammatical gender use followed by the feminine and neuter. The occurrences of the masculine and feminine genders, on the other hand, are closer to one another if compared to the data for Participant A, representing, respectively, 58.2% and 38.3% of the total data, with the neuter gender marking being the least used among the three participants, featuring only 3.3% for Participant C.

Similar to Participant A, Participant C uses the masculine gender to refer to themselves, which contributes to the higher number of occurrences

---

<sup>16</sup> "I am allergic; there is no way I can stay calm kkk".

<sup>17</sup> "mi crush said I'm fofe".

for this gender, as depicted in Graph 1. Although this participant signals on his Twitter profile that he accepts being referred to by using neuter pronouns, they use neuter gender to mention themselves in only one of the 39 occurrences of total neuter gender uses, according to (3) below:

(3) Participant C: "Nos mantem *atualizados* por favor."<sup>18</sup>

As seen in (3), the adjective *atualizado* was marked in the neuter form in agreement with the first-person plural for the reference of a group of people whose gender is varied, in a generalizing reference. In specific reference, Participant C does not use neuter gender marking for their reference at any time, but only for the reference of individuals of non-binary gender identity in the second or third person. Such a communicational context (tweets in which reference is made to subjects of non-binary gender identity in the second or third person) did not occur many times in the data sample concerning Participant C, which may explain the low number of occurrences of gender-neuter observed.

Considering the three participants' data, the neuter gender marking is still less used than the other genders, even for Participant B, which presents many occurrences in the neuter form. This result shows that, although participants adopt gender-neuter markers in their tweets, the grammatical masculine and feminine genders still present a significant number of occurrences, characterizing most of the data observed in this sample.

## 5.2. Variable Lexical Item Type

Regarding the Lexical Item variable, 46 types marked with neuter gender were observed in the sample referring to Participant A, 108 types to Participant B, and 20 types to Participant C. Figure 1 presents the word cloud for the occurrences of Participant A.

---

<sup>18</sup> "Keep us updated, please".



Considering the total of lexical items marked in the neuter form by Participant A, variation in the form of realization of the neuter gender was observed in some words, listed below in Table 2.

TABLE 2 - Lexical items where there is variation in gender-neuter marking (Participant A)

Lexical item <sup>23</sup>	Performance of neuter marking (number of occurrences)	
	Realization I	Realization II
Ele	Elu (7)	El (1)
Menino	Menine (3)	Meninu (1)
Meu	Mi/mis (9)	Minhe (4)
Sensato	Sensate (2)	Sensatu (1)

Source: Baldez (2022, p. 122)

As shown in Table 2, the words "Ele," "Menino," "Meu," and "Sensato" were realized in different ways in the neuter form, presenting themselves respectively in the forms "Elu/El," "Menine/Meninu," "Mi/Minhe" and "Sensate/Sensatu." Regarding realizations II of "Ele," "Menino," and "Sensato," we found that they all occurred in the same tweet, transcribed below:

(4) Participant A: *meninu* como este Lucas é *sensatu* E *el* escreve umas coisas legais também!<sup>24</sup>.

The above tweet is written by Participant A to a follower, who wishes to be referred to by the neuter form marked with "u" in his biography. We can observe it in the first two highlighted words in (4). This variation in the realizations of Participant A is therefore justified due to his interaction with another individual who asks for the adoption of a different neuter gender marking system for self-reference, according to which the personal pronoun

<sup>23</sup> Ele – He; menino – boy; meu – my; sensato – sensible.

<sup>24</sup> "A boy like that is sensible. And he writes some cool stuff too".

in the first-person singular is not marked by the vowel "u," being characterized only by "Ei", and adjectives and nouns are marked by "u" instead of "e."

As for the variation of the word "Meu" between "Mi" and "Minhe," on the other hand, no evidence was observed to justify why one or the other realization was adopted. As an example, two tweets in which "Mi" and "Minhe" occur have been transcribed below:

(5) Participant A: Olhem isso, *mis* mutuals<sup>25</sup>

(6) Participant A: [...] *Minhe* filhe, eu levo TUDO para o lado pessoal<sup>26</sup>.

Both realizations in (5) and (6) of the neuter variant referring to the possessive pronoun are followed by a vocative in generalized reference since they address a group of people whose gender is varied. The significant difference between the two examples lies in the noun following the pronoun, which in (5) is an English word and in (6) is not; however, in principle, there would be no impeding factor to the use of "Mi" together with the word "Filhe" or the use of "Minhe" together with the word "Mutual." What can be considered about this case is that it does not seem possible to deduce a rule about marking the word "My" in the neuter form from the data sample collected.

Regarding Participant B, whose data are presented in Figure 2 below, we observe the predominance of the words "Namorado (partner)" (as in "mi *namorade* vai ver isso comigo [...]")<sup>27</sup> and "Meu" (as in "pessoal eu amo *mi* namorade [...]")<sup>28</sup>, occurring in the neuter form respectively 65 times out of 71 and 61 times out of 106. Also noteworthy are the words "Ele (He)," with 37 occurrences of neuter gender from a total of 148 (as in "gosto de fazer tudo com *elu*")<sup>29</sup>, "Obrigado (Thank you)", with 20 occurrences in the neuter form out of 20 total observed occurrences (as in "Eu vou olhar! *Obrigade!*")<sup>30</sup>,

---

<sup>25</sup> "Look at this, *mis* mutuals." "Mutual" is a Twitter slang originating from the English language. It refers to individuals who follow a social network user and are followed back.

<sup>26</sup> "[...] *Minhe* filhe (son or daughter), I take EVERYTHING personally".

<sup>27</sup> "My partner will help me out".

<sup>28</sup> "Guys, I love my partner".

<sup>29</sup> "I like to do everything with *elu*".

<sup>30</sup> "I will look! *Obrigade* (Thank you)".



likes<sup>32</sup> and "precisa de uma *artiste* muito talentosa [...]"<sup>33</sup>. These occurrences can be seen as an example of the use of the neuter gender to make visible the non-binary identity of the person referred to in the tweets, being a linguistic use that, even in a word in which there is no gender inflection, seeks to make evident the non-binary gender.

Figure 3 below presents the cloud of words marked with neuter gender by Participant C.

FIGURE 3 - Word cloud containing the gender-neuter lexical items (*types*) (Participant C)



Source: Baldez (2022, p. 124)

According to Figure 3, the pronoun "Ele (He)" is predominant (e.g., "falaria todes *elus* lá pq não gosto de generalizar pelo masculino")<sup>34</sup> marked in the neuter form, observed in 16 out of 361 occurrences. Except for "Dele" (e.g., "o que você acha delu?")<sup>35</sup>, which occurs twice in the gender-neuter form. All other words in Figure 3 are observed only once each in the neuter form; there is, in this case, a concentration of gender-neuter occurrences of the lexical item "Ele (He)."

Additionally, no variations in gender-neuter realizations were noted for Participant C. The pronoun "Meu (My)," which showed variation for

<sup>32</sup> "Make an artist happy with your likes".

<sup>33</sup> "An incredibly talented artist is needed".

<sup>34</sup> "I would always use "todes elus" because I don't like to generalize using the masculine gender".

<sup>35</sup> "What do you think of "delu"?"

Participant A, is employed in the neuter form only once in the sample concerning Participant C, being realized as "Minhe."

About the occurrences observed for the three participants, the absence of the neuter form in some demonstrative and clitic pronouns is noteworthy. More specifically, the pronouns "Esse (this)," "Lo/o (him/it)," "Desse (this)," "Nesse (this)" and "Deste (this)" did not occur in the neuter form, so it was not possible to deduce the pattern adopted for the application of the neuter marking in these words. As for the uses of neuter pronouns characterized in Table 1 (section 2), no guidelines contemplate the neuter form of the pronouns mentioned, which characterizes a limitation of the proposals of pronoun systems cited. In this sense, in pronouns where gender marking is not so intuitive, the neuter gender may not occur (as observed with the pronouns "Esse," "Lo/o," "Desse," "Nesse" and "Deste") or vary (as observed with the possessive pronoun "mi/minhe").

As for the morphosyntactic class of gender-neuter articles, there were several occurrences in which both definite and indefinite articles were gender-neuter in agreement with the noun phrase, as exemplified in "a pessoa está destinada a se apaixonar por uma assexuada"<sup>36</sup> and "tô aliviado por não ser único que acha esquisito,"<sup>37</sup> for example. In the sampled occurrences, the gender-neuter seems to be identified according to the examples cited: the addition of "-e" to the root "um" is done in the case of indefinite articles, and "ê," with a circumflex accent, is used in the case of definite articles. The use of the form "Le" as a definite article, as provided in Table 1, was not observed in the data sample.

### 5.3 Multivariate Analysis

In order to verify how the Lexical Item and Participant variables could influence the employment of gender neutrality, a logistic regression model was developed containing the variables cited as random effects and the variables Morphosyntactic Class, Topic, and Gender Marking in Generic or Specific Reference. The results are presented in Table 2 below.

TABLE 3 - Mixed effects logistic regression for the use of the neuter variant considering Morphosyntactic Class, Topic, and Generic/Specific Reference (Lexical Item and Participant as random variables)

---

<sup>36</sup> "The person is destined to fall in love with an asexual person".

<sup>37</sup> "I'm relieved that I'm not the only one who thinks it's weird".

	Estimate	Standard error	Z-value	p	Occurrences of gender-neuter/Total
<i>(Intercept)</i>	-3,45	0,69	-4,94	< 0,001	***
<b>Morphosyntactic class</b>					
Substantive (ref.)					117/556 (21%)
Pronoun	0,22	0,37	0,58	0,56	156/1.048 (14,8%)
Adjective	0,81	0,24	3,32	< 0,001	*** 228/1.618 (14%)
<b>Topic</b>					
General relationship (ref.)					81/949 (8,5%)
Affective relationship	2,64	0,22	11,8	< 0,001	*** 195/281 (69,3%)
Everyday life and social media	0,16	0,17	0,95	0,34	164/1.732 (9,4%)
Identity	1,44	0,23	6,28	< 0,001	*** 61/260 (23,4%)
<b>Gender marking in generic or specific reference</b>					
Specific reference (ref.)					418/2.845 (14,6%)
Generic reference	0,72	0,18	4,03	< 0,001	*** 83/377 (22%)
Model: $g_{lmer}(\text{formula} = DV \sim \text{CLASS} + \text{TOPIC} + \text{GENERIC} + (1 \text{PARTICIPANT}) + (1 \text{LEXICAL ITEM}), \text{family} = \text{binomial}, \text{data} = \text{data})$					

Source: Baldez (2022, p. 127)

Table 2 shows that the *intercept* favors the employment of the neuter gender for all factors, with the Affective Relationship and Identity Topics showing the highest estimates indicative of favoring (respectively, 2.64 and 1.44 *logodds*). With a significant *p*-value, the factors Adjective (14% (228/1,618)), Affective Relationship (69.3% (195/281)), Identity (23.4% (61/260)) and Generic Reference (22% (83/377)) are observed, all favoring over the neuter variant.

Regarding the results obtained for the variable Topic, it can be seen that the use of the neuter gender occurs mainly in discussions involving gender identity and identity aspects, practices associated with the community of individuals of non-binary gender identity, and their supporters. In this sense, this result indicates that the marking of gender neutrality is associated with the Topic of Identity and the occurrences related to this factor are considered examples of practices in favor of discussions focused on community issues, as observed in: “Se você não é contra aros, aces, intersexos, *não-binários* e xenogêneros então pq, *minhe filhe*, vc se diz anti-mogai?;” “*amiguinhos* bigêneros, me tirem uma dúvida? É possível ser demiboy + alguma coisa? [...]” e “[...] hétero na hora de corrigir o amigo homofóbico, de defender o amigo LGBTQ+, fica como? *Caladinhe*.”<sup>38</sup>.

As for the adjective, this factor was not observed at any time with statistical significance, favoring neuter marking only in Participant C's sample. Nevertheless, when considering the occurrences of all participants and the random variables, the adjective and the morphosyntactic classes with the highest number of occurrences in the neuter form were statistically significant. As for the result of the Generic Reference factor, it is essential to consider that gender neutrality in Specific Reference depends on a specific communicational context, which contemplates the Reference to some person of non-binary gender identity. If the participant is not interacting with or referring to a specific individual who prefers the neuter marking for self-reference, using the neuter gender in Specific Reference will not be observed. On the other hand, Generic Reference does not have such limitations of use, which means that its use can be observed in an environment in which the participant refers to people of varying or unknown gender.

---

38 "If you are not against aros, aces, intersexuals, non-binary and xenogenders then why, *minhe filhe*, you call yourself anti-mogai? "; "bigender friends, ask me a question? Is it possible to be demiboy + something? [...]" and "[...] straight when it is time to correct the homophobic friend, to defend the LGBTQ+ friend, what do you do? Shut up".

As for the hypothesis established for the variable Lexical Item, seen as a random effect by the statistical test, we tried to determine whether any of the 480 *types* that make up the variable Lexical Item favor the use of neuter gender, not disregarding the chance to occur in specific words. For this reason, the *coef()* function was applied to the regression model presented in Table 2, in which fitted models can be observed. According to the angular coefficients observed for the lexical items referring to the variable Lexical Item, we can verify that no word acts in favor of neuter marking, as can be seen below (Table 3), which displays the five words that were closest to a favoring context.

TABLE 4 - Angle coefficients referring to Lexical Item (in descending order)

Lexical Item <sup>39</sup>	<i>Intercept</i>
Namorado	-1,43
Querido	-1,70
Junto	-1,90
Bruxo	-2,14
Lindo	-2,24

Source: Baldez (2022, p. 129)

The lexical items with the highest *intercept* values were, in descending order, "Namorado" (-1.43 *logodds*), "Querido" (-1.70 *logodds*), "Junto" (-1.90 *logodds*), "Bruxo" (-2.14 *logodds*), and "Lindo" (-2.24 *logodds*), as shown in Table 3. Considering all the types in this statistical model, the lexical item with the smallest angular coefficient, indicating the greatest disfavor upon the neuter gender, was "esse" (-4.53 *logodds*), a word that was not observed in the neuter form. From the reported result, we can infer that gender-neuter employment is generally disfavored, not showing optimistic estimates of any specific word.

## 6. Conclusion

Gender-neuter marking can be considered a linguistic practice associated with people of non-binary gender identity and members of the LGBTQIA+ community, as well as most of their supporters, given that its use

---

39 Table subtitles: Namorado – partner; querido – sweetheart; junto – together; bruxo – witch; lindo – gorgeous.

represents a position of resistance to the gender binary system, expressing meanings and values representative of their users. This group can be identified in virtual environments, such as Twitter, through the practices undertaken by its members, associated with movements that promote visibility, respect, and gender equity to people of non-binary gender identity.

Through the Lexical Item variable, it was possible to observe that the variable in question did not present, as a result, positive angular coefficient values, which could indicate that a particular lexical item acts in favor of gender-neuter marking. We could also verify which words were more often marked with the neuter gender, and it was found that they vary according to the participant. The most frequently used gender-neuter words were "linde" and "amigue" for Participant A, "mi" and "namorade" for Participant B, and "elu" for Participant C.

There were also cases of variation in the realization of the neuter form in the Participant A sample, especially between the possessive pronoun "meu," realized as "mi" and "minhe," and cases of neuter gender marking in words that do not present a gender suffix in the Participant B sample observed in two occurrences containing the word "artista". The analysis also allowed us to verify that the pronouns "Esse," "Lo/o," "Desse," "Nesse" and "Deste" did not occur in the neuter form at any time, not being possible to describe how the neuter gender is employed in these cases.

In compliance with the tenets of Variation Theory, the results show that the neuter-gender marking is a linguistic variable conditioned by the morphosyntactic class Adjective, the topics Affective Relationship and Identity, and Generic Reference Marking in words characterized by the trait [+sexed] in which the gender determination embodies the biological sex distinction through the opposition of "-a," "-o" or "-e" morphemes. The fact that the neuter gender does not occur in words whose gender marking is not attributed by "-a/-o" inflection, such as the pronouns "Esse," "Lo/o," "Desse," "Nesse" and "Deste," reinforces the conclusion.

As indicated by the result observed for the topic Identity, the three participants and their *mutuals* are more likely to employ the gender-neuter marking when they are engaged in a discussion that encompasses gender identity and sexuality – a practice that is associated with the community of individuals of non-binary gender identity and their supporters, according to the theoretical assumptions adopted here. The gender neuter marking is therefore understood as a tool to express individual identity and filiation to identity agendas. As a (socio)linguistic variable in Brazilian Portuguese, it highlights the protagonism of a group of people who are acting on language

to expand the possibilities of the language system to express new values. The results obtained in this study, although based on the written production in a virtual environment of three participants, meet this perspective.

## REFERENCES

- Almeida, G. C. (2020). *Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa*. Research Gate.  
[https://www.researchgate.net/publication/341736329\\_Manual\\_para\\_o\\_uso\\_da\\_linguagem\\_neutra\\_em\\_Lingua\\_Portuguesa](https://www.researchgate.net/publication/341736329_Manual_para_o_uso_da_linguagem_neutra_em_Lingua_Portuguesa).
- Baldez, D. (2022). *O uso da marcação de gênero neutro no Twitter por uma perspectiva sociolinguística*. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Bernini, L. (2011). Macho e fêmea Deus os criou!? A sabotagem transmodernista do sistema binário sexual. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 5 (6), 15-47.
- Camara Jr., J. M. (1970). *Estrutura da língua portuguesa*. Vozes.
- Costa, J. A., & Choupina, C. M. (2012). A história e as histórias do gênero em português: percursos diacrônicos, sincrônicos e pedagógicos. *Exedra: Revista Científica*, 6, 75-86.
- Eckert, P., & McConnell-Ginet, S. (1992a). Communities of practice: Where language, gender and power all live. In: K. Hall, M. Bucholtz, & B. Moonwomon (Eds.), *Locating power: Proceedings of the second Berkeley women and language conference* (pp. 89-99). Berkeley University.
- Eckert, P., & McConnell-Ginet, S. (1992b). Think practically and look locally: Language and gender as community-based practice. *Annual Review of Anthropology*, 21, 461-490.
- Elliott, G. (2017). *Exploring Non-binary Gender Identities*. [Dissertation]. De Montfort University.
- Endruschat, A. (2015). Gender in Portuguese. In: M. Hellinger, & H. Motschenbacher (Eds.), *Gender Across Languages* (pp. 303-333). John Benjamins Publishing Company.
- Freitas, M. (2015). O “x” da questão: gênero neutro como ato ético e estético?. In: P. Brito & J. Brito (Eds.), *Palavras e contra palavras: cortejando a vida na estética do cotidiano* (pp. 159-170). Pedro e João Editores.
- Galupo, M. P., Pulice-Farrow, L., & Ramirez, J. L. (2017). Like a constantly flowing river: Gender identity flexibility among nonbinary

- transgender individuals. In: J. Sinnott (Ed.), *Identity Flexibility During Adulthood* (pp. 163-177). Springer.
- Labov, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. Parábola Editorial.
- Lewaschiw, C., & Gaigaia V. (2018). *Linguagem não-binária ou neutra*. Identidades Fandom. [https://identidades.fandom.com/pt-br/wiki/Linguagem\\_n%C3%A3o\\_bin%C3%A1ria\\_ou\\_neutra](https://identidades.fandom.com/pt-br/wiki/Linguagem_n%C3%A3o_bin%C3%A1ria_ou_neutra)
- Mokwa, M. (2019). *O papel e a função da linguagem não binária ou neutral no contexto das redes online*. Revista Movimento. <https://movimentorevista.com.br/2019/02/o-papel-e-a-funcao-da-linguagem-nao-binaria-ou-neutral-no-contexto-das-redes-online/>
- Reis, N., & Pinho, R. (2016). Gêneros não-binários: Identidades, expressões e Educação. *Reflexão e Ação*, 24 (1), 7-25.
- Santana, M. 2021. O gênero neutro: pintando o português para a luta. *Diversidade e Educação*, 9 (2), 695-710.
- Schwindt, L. (2020a). Predizibilidade da marcação de gênero em substantivos no português brasileiro. In: D. Carvalho, & D. Brito, (Org.), *Gênero e língua(gem): formas e usos* (pp. 279-294). Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Schwindt, L. (2020b). Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da ABRALIN*, 19 (1), 1-23.
- Tavits, M. & Pérez, E. 2019. Language influences mass opinion toward gender and LGBT equality. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116 (34), 16781-16786.
- Trubetzkoy, N. (1969). *Principles of Phonology*. University of California Press.
- UBA Sociales. (2019). *Lenguaje inclusivo para producciones académicas*. UBA Sociales. <https://www.sociales.uba.ar/2019/07/31/lenguaje-inclusivo-para-producciones-academicas/>
- Weinreich, U., Labov, W., & Herzog, M. (2006). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Parábola.
- Xie, J. (2015). *Deconstructing and developing gender: the nonbinary search for identity*. [Senior Honors Thesis]. Carnegie Mellon University.

# Parataxis, hypotaxis, and subordination in Brazilian Sign Language: a brief introduction

Bruno Gonçalves Carneiro  
brunocarneiro@uft.edu.br  
*Universidade Federal do Tocantins (Brasil)*

José Ishac Brandão El Khouri  
jose.brandao@uft.edu.br  
*Universidade Federal do Tocantins (Brasil)*

Thamara Cristina Santos  
thamara.cristina@mail.uft.edu.br  
*Universidade Federal do Tocantins (Brasil)*

Carlos Roberto Ludwig  
carlorletras@uft.edu.br  
*Universidade Federal do Tocantins (Brasil)*

**ABSTRACT:** Clause articulation is a grammatical strategy found in all-natural languages. This phenomenon gives rise to complex constructions that manifest in a continuous gradient (parataxis – hypotaxis – embedding) from integrating syntactic, semantic, and pragmatic levels of the language in use. The present study is guided by a functionalist perspective of language and aims to describe some articulation processes of sentences in Brazilian Sign Language (Libras). Regarding the Libras data, we noticed that juxtaposition, conjunctions, facial expressions, prolonged head nod, head nod linked to ALREADY mouthing, trunk displacement, and the maintenance of the non-dominant hand (buoy) could play a role. An essential role in the articulation of clauses or, at least, in the cohesion of the sentence.

**KEYWORDS:** Complex clauses; Parataxis; Hypotaxis; Subordination; Libras.

## 1. Introduction

All human languages have strategies for articulating simple sentences and forming complex sentences. In the face of these strategies, the speaker articulates sentences to build a new meaning, which will be different from the simple union between parts (CARVALHO, 2004).

According to Neves (2011), the relationships between clauses are

broad, considering integrating syntactic, semantic, and pragmatic components, and emerge from the speaker's proposition during the utterance. This brings up different possibilities of connection between a primary and a secondary clause element. Hence the need for a systemic view. We need to extrapolate the syntactic and conjunction field and go to the semantic field and conceptualizations to understand the relationship between clauses. Once again, the type of proposition that emerges is essential for the discourse. Connectives make the relationships between clauses explicit but do not determine them.

This article aims to present some strategies for articulating sentences in Brazilian Sign Language (Libras) at parataxis, hypotaxis, and subordination levels. According to Velupillai (2012), parataxis concerns a relationship between clauses of equal status; in hypotaxis, the secondary clause functions as an adjunct to the primary clause, and in the subordination, the dependent clause is part of the argument structure of the main clause.

We were mainly attentive to the predicates that denote actions during the analysis. Signs expressing the idea of the state, as in BEAUTIFUL (be beautiful), were also understood as verbs and considered in the analysis. According to Givón (2001), a proposition can mean states, events, and actions. About this, we follow Zeshan (2003) about Indo-Pakistan Sign Language: all open class signs can function as predicate. The data presented here are (1) from spontaneous conversations via social networks, produced in bidirectional and asynchronous interaction, (2) collected through field notations, (3) signed texts that make up the National Proficiency Exam in Libras (ProLibras), and (4) data from the Libras corpus that is being prepared in the city of Palmas, capital of the state of Tocantins (northern region of Brazil) (LUDWIG et al. 2020). In the first two cases, the data were recorded by one of the authors of this work for illustration purposes.

## **2. Articulation of clauses in natural languages**

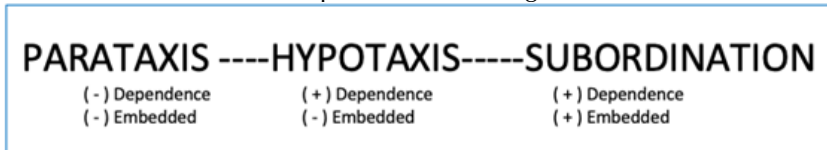
According to Halliday (1985), the different combinations between clauses occur from the intersection of tactical and logical-semantic axes. The first axis of combination between clauses, called tactical, would be an axis of interdependence. Parataxis and hypotaxis relationships are foreseen, which can happen at several levels. Parataxis establishes a notion of correlation between elements of equal status, and hypotaxis brings a notion of a relationship that involves dominance and modification, i.e., a relationship between a dependent element and its dominant. According to

Braga (2001), these relationships apply to all elements, such as words, phrases, or clauses. From the tactical axis, Carvalho (2004) explains that both in paratactic and hypotactic structures, there are primary clauses (the first in a paratactic construction and the dominant in a hypotactic construction) and secondary clauses (those that occur after the primary ones) in a paratactic construction and the dependent ones in a hypotactic construction). The author emphasizes that the term “primary” does not mean the main (most crucial clause) but the meaning of nuclear or matrix. It is from it that the other segment of the clause complex follows. Once again, according to Neves (2001), primary clauses do not always carry the most important information in the discourse.

The second axis, the logical-semantic one, would be an axis in which semantic and functional relationships between connected clauses are established. Halliday (1985) groups these relationships into expansion and projection relationships. In the first case, in the expansion relationship, one clause expands the other in situations in which one elaborates the content expressed by the other (elaboration), adds something new concerning the content of the primary clause (extension), or even qualifies the other, through the expression of a circumstantial feature, highlighting some aspect of the primary clause (enhancement). In the second case, one clause projects itself onto the other in the projection relationship.

Hopper and Traugott (1993 *apud* NEVES, 2001) present a continuum of articulation between clauses, which can happen between a nucleus and one or more additional nuclei, and between a nucleus and one or more margins. In this continuum of articulation between clauses, the authors consider the dependence of parameters (independence/interdependence or relative dependence/dependence) and integration (coordination/co-subordination/subordination). This refers to a gradient between the relationships of parataxis, hypotaxis, and subordination (embedding), illustrated in Figure 1.

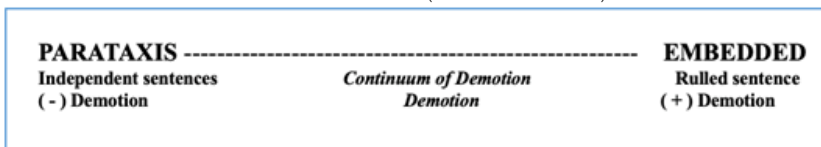
FIGURE 1 - Continuum of dependence and integration between sentences



Source: Neves (2001, p. 63), translated by one of the authors of this paper.

Lehmann (1998) also presents some criteria for the study and description of articulation of clauses in natural languages. The author presents the parameters (i) hierarchical demotion and (ii) syntactic level of secondary clauses, which reflect the degree of autonomy or integration of the clause following the primary clause. The relation of this following clause can become a (said) subordinate to the primary clause. When affected by demotion (or declassification), a clause can be configured as a subordinate clause (or embedded), manifesting itself as a primary clause constituent. Figure 2 below illustrates this demotion continuum.

FIGURE 2 - Continuum of a demotion (declassification)



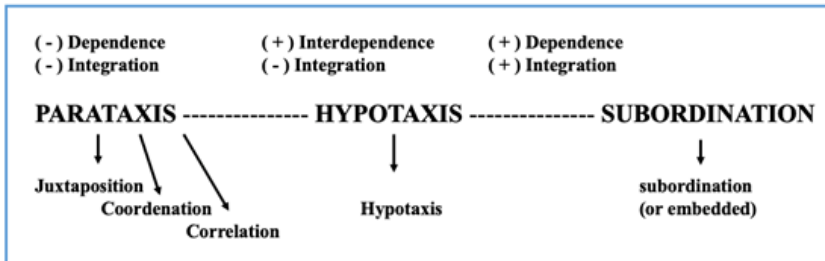
Source: Lehmann (1988, p. 7), translated by one of the authors of this paper.

From a functional perspective of clause articulation, Carvalho (2004) points out that the dichotomy between coordination and subordination cannot account for all the possibilities of manifestation arising from the connection of clauses. On a gradient continuum, the possibilities vary tenuously, going from a more subtle blend to a more cohesive blend. Parataxis-level clauses, for example, may involve the phenomenon of juxtaposition (adjacent clauses under the same intonation contour, without the use of a connective) and coordination (explicit use of a connective). The articulated clauses at the hypotaxis level can encompass both adverbial clauses and explanatory adjective clauses, i.e., those that are part of the speaker's discursive organization (information apart) but do not function as an argument of the primary (nuclear). Finally, subordinate clauses (or embedded clauses), which function as a complement to a phrase (noun) or modify a name (restrictive adjective) and play an argument role concerning the matrix clause. However, according to the author, this does not prevent, for example, the same type of complex sentence may have differences in the distributional pattern. Juxtaposed clauses, for example, can be articulated at a hypotaxis level (NEVES, 2001).

Lima (2002) also presented a continuum based on the discussions (dependence, integration, and the possibilities in crossing the tactical and logical-semantic axes). The proposal arises to support the analysis of complex

sentences in the Portuguese language based on the used language's data. Figure 3 below illustrates the continuum.

FIGURE 3 - Continuum of articulation of sentences (LIMA, 2002)



Source: Lima (2002, p. 88), translated by one of the authors of this paper.

Once again, the analysis of the articulation of clauses cannot focus on conjunctions but the emerging propositions. The sentences, once articulated, form a semantic unit, and, indeed, there will be a sharing of syntactic elements, causing the erasure of terms. In this process, clauses can lose elements, acquire specific prosodic properties, assume nominal characteristics as a whole, or even fulfill an adjunct function of a matrix clause.

In the following sections, we present some data from complex clauses found in our corpus, according to the functional criteria addressed and from the categories parataxis, hypotaxis, and subordination.

### 3. Parataxis

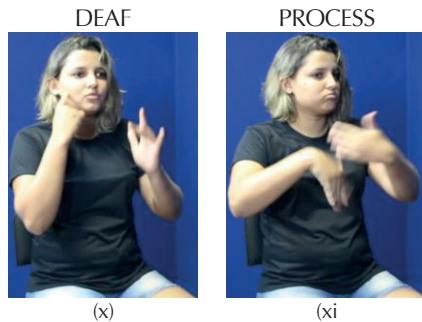
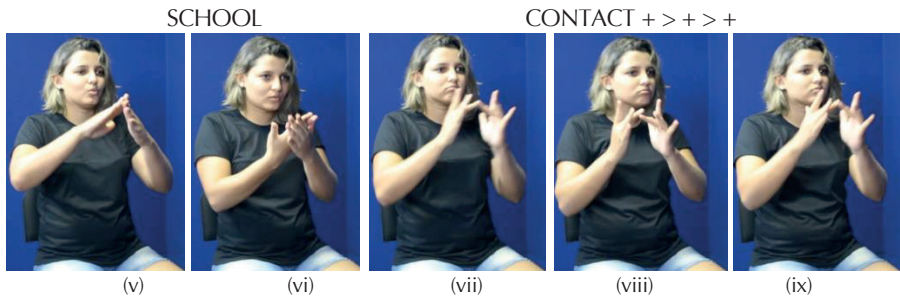
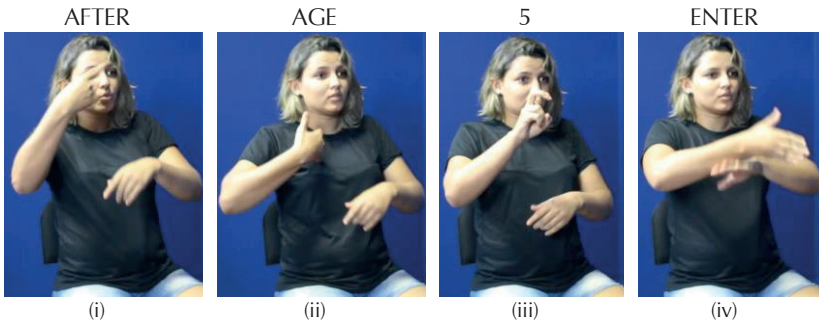
Parataxis comprises the combination of clauses of equal status to form a semantic unit, either by juxtaposition or through a connective, and which have relative independence. The clauses that make up this unit are equally important from an informational point of view. Generally, the articulation of clauses at the parataxis level involves an additive, adversative, and alternative notion.

According to Quer et al. (2017), non-manual marking can play an essential role in parataxis-related clauses due to the modality of sign languages. This marking can have both morphosyntactic and prosodic functions. Non-manual markers such as eye blinks, facial expressions, head and shoulders position, and gaze direction have been identified as sentence delimiters in several sign languages.

The following data illustrate sentences articulated at the parataxis

level with the idea of addition (additive or conjunctive parataxis), opposition (adversative parataxis), and alternation (alternative or disjunctive parataxis). The strategies involve juxtaposition, connectives, and body displacement in the signaling space.

(1) Additive parataxis



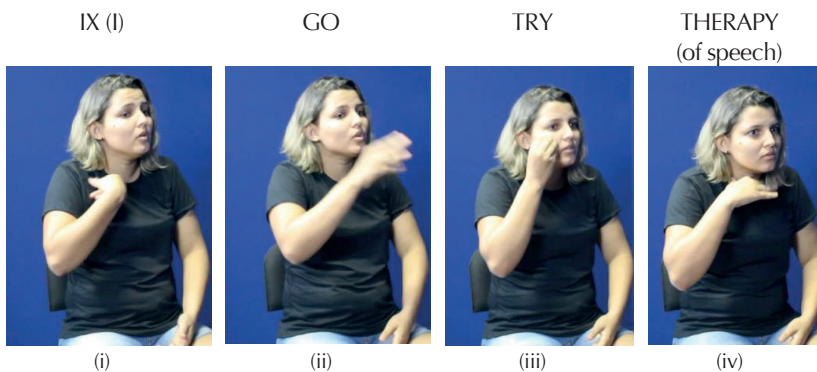
Source: Corpus of Libras (2020)

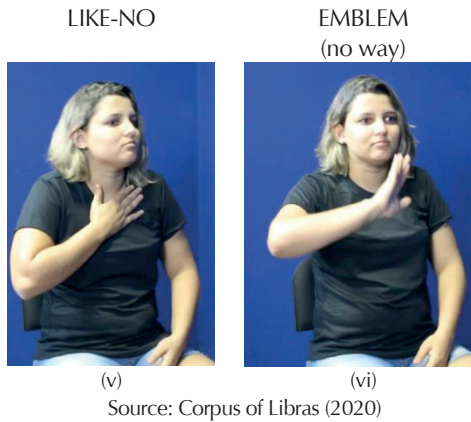
Translation: When I was five years old, when I entered school, I established contact with the deaf, and things started to happen.

In the construction above, in (1), we can verify a clause of the temporal hypotaxis type, in the first part, between the sections from (i) to (vi) and the main clause between the sections (vii) to (xi), which, in fact, is formed by two articulated clauses at the level of conjunctive parataxis (or additive parataxis). Let us stick to this second part of the construction.

From the predicates TO CONTACT DEAF (I established contacts with the deaf) and TO PROCESS (things were happening), we recognize two clauses connected by a notion of addition through juxtaposition. In this case, there is no use of a connective to join them. It can be seen that, during the articulation of these clauses, the signer's cheeks are inflated, and there is a slight release of air. This would be a non-manual marking that reinforces the notion of action and activity.

(2) Adversative parataxis (no connective)





Translation: I went to try speech therapy, (but) I did not like it at all!

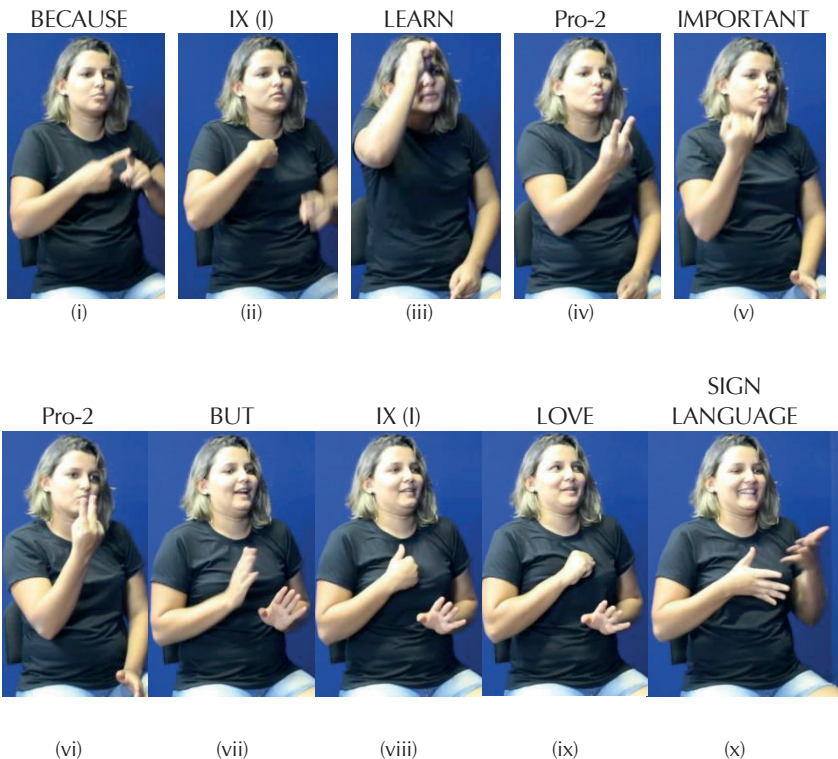
In these data, in (2), two clauses are juxtaposed by a notion of opposition, whose meaning is attributed by the proposition coming from the context. Although there is no use of manual connective, the clauses are articulated at the level of parataxis of the adversative type<sup>1</sup>. The first clause goes from (i) to (iv), followed by another clause from (v) to (vi).

The data below illustrate the articulation of clauses at the parataxis level using the connective. According to Rodrigues (2019), the sign BUT can be considered manual conjunction that introduces an adversative clause. This conjunction is also associated with the notions of counter-expectation, rectification, and denial. Based on her analysis data, the author presents three other adversative conjunctions in Libras, considered lexical variations of BUT.

---

<sup>1</sup> Although, at the end of articulation of the first clause in image (iv), the signer makes a non-manual movement (the trunk moves forward). This movement can be seen as a non-manual connector or a prosodic marker of an adversative structure. This movement contrasts marks the end of the first clause and contrast with second clause. We are grateful to one of the anonymous reviewers who made this observation.

(3) Adversative parataxis (with connective)



Source: Corpus of Libras (2020)

Translation: (...) because I learned both; both are important, but I love sign language.

In (3), there are clauses articulated at the level of parataxis of the adversative type. However, unlike the data in (2), a connective is used. The predicate BE-IMPORTANT, understood here as the notion of being important, is the first sentence, in sections (iv) to (vi), which follows articulated from the second sentence, which emerges from the predicate TO LOVE, in sections (viii) to (x). Thus, the connective BUT, illustrated in section (vii), promotes the connection between the two constructions at the parataxis (adversative) level.

(4) Alternative parataxis (with connective and use of space)



Source: Diniz (2019), in personal communication.

Translation: Or will UFT, I do not know who from UFT, pay for the food, or will the students split (the expenses) and take it?

In (4), the data above illustrate using sign space as a strategy for articulating clauses. In construction, there is a relationship at the level of parataxis, with a sense of alternation. The first part of the construction, sections from (i) to (viii), is performed with the signer's trunk in a neutral position. In contrast, the second part of the sentence, from (ix) to (xiv), is performed with the trunk displaced posteriorly and laterally concerning the starting position. Thus, each construction seems to be articulated in different positions in the signaling space.

A connective introduces clauses in the above data added to the productive use of the signaling space. Sections from (i) to (viii) are articulated with the neutrally positioned trunk and introduced by the OR sign. In sections (ix) to (xiii), corresponding to the construction's second part, a part is articulated with the trunk in an inclined position, specifically between sections (x) to (xii), and is also introduced by OR. Thus, clauses at the disjunctive parataxis level are articulated at different points in the signaling space and are introduced by a connective.

#### 4. Hypotaxis

A clause starts from a predicator so that it is the basis for the organization of the verb phrase, which, in turn, triggers the argument structure. In a syntactic unit, there may be elements that help build the utterance but are not elements required by the predicate, i.e., they compose the discursive scene functioning as satellites. Following this principle, an entire clause can function as a satellite of the main clause.

Satellite clauses are articulated at the hypotaxis level and work as an adjunct to the main clause, providing a highlight or even a circumstantial aspect of the matrix clause. The hypotactic sentence, in some way, guides the interlocutor to the message to be conveyed, organizing the speech and leading the interlocutor to the said message. It guides them to a scenario in which the event unfolds.

Once again, the clauses articulated by hypotaxis form a cohesive and coherent speech since they work as a circumstance of the main clause, helping to build the utterance. However, they do not fulfill the role of argument in the main clause because the predication does not require them. Thus, hypotaxis is a choice of the speaker.

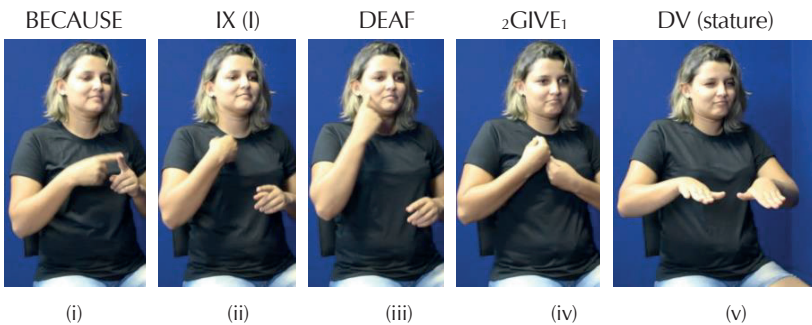
The primary clause is the dominant clause in hypotaxis, and the second clause is the dependent clause. According to Neves (2001), the term "primary" does not have the meaning of main, but the meaning of nuclear or matrix since it is from it that the other segment of the clause complex follows.

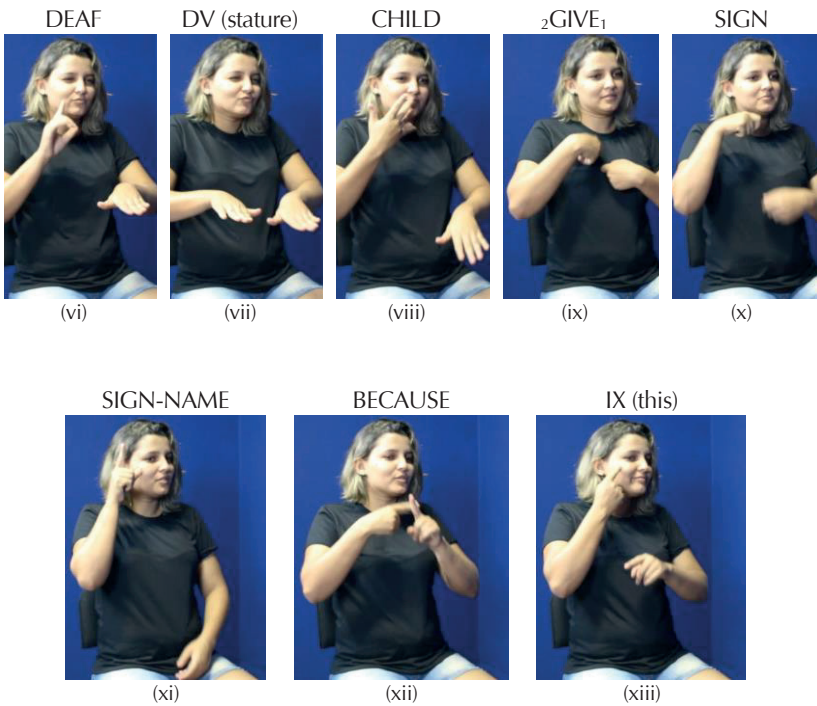
The author emphasizes that primary clauses do not always carry the most important information in the discourse.

The clauses articulated at the hypotaxis level can encompass both adverbial clauses and explanatory adjective clauses (apositive). As mentioned, those are articulated to a nuclear clause, attending to the discourse organization and not to the argument structure of the matrix clause. Therefore, they are a choice of the speaker and have a relative dependence as non-completive clauses are articulated to a primary clause at the hypotaxis level (Hopper; Traugott, 1993; Carvalho, 2004).

More specifically, an explanatory adjective clause works like a paraphrase of a nuclear clause and brings a reinforcement of information, a type of exemplification, acting as an apposition. According to Decat (2001), the explanatory adjective clause adds information concerning the antecedent clause, which, in turn, is independently delimited. In this case, this information is supplementary, which makes it a non-restrictive clause as it does not serve to identify, in a unique way, any element of a set. The data below illustrate explanatory adjective clauses.

#### (5) Explanatory adjective hypotaxis



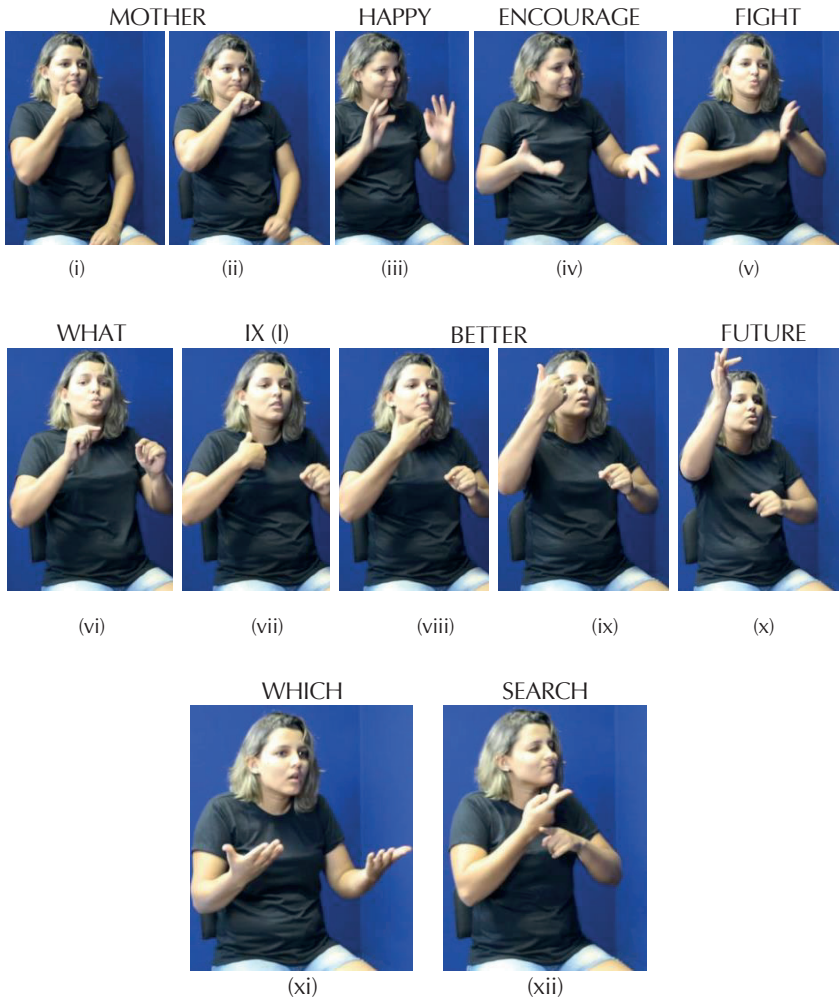


Source: Corpus of Libras (2020)

Translation: (...) because I am deaf and they gave me (a sign), they were two children, small deaf children, they gave me the Lorrane sign because of this mole.

In (5), clauses articulated at the level of hypotaxis of the explanatory adjective type. In the section (v), there is a predicate in which the signer describes the people who gave her a sign, “they were two children” in Brazilian Sign Language. After articulating this sentence, the signer makes an addendum and articulates the following sentence to provide supplementary information to what was said. She articulates the section from (vi) to (viii), explaining that “they were two small deaf children.” During the articulation of this clause, considered an explanatory adjective, there is a break in the prosodic pattern. At this moment, the signer makes a narrowing of the opening of the gaze, sketches a discreet smile, and performs a discreet protrusion of the head so that the hypotactic clause of the explanatory adjective type is distinguished because of this specific prosodic pattern.

(6) Explanatory adjective hypotaxis



Source: Corpus of Libras (2020)

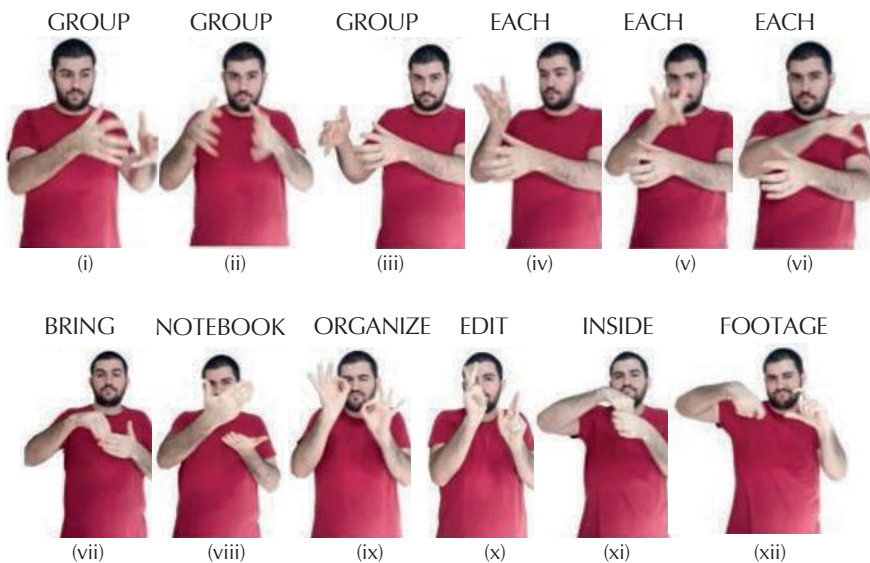
Translation: (...) (My) mother was happy: she encouraged, fought for what was best for my future, sought (...)

In (6), there is a relationship between explanatory adjective hypotaxis clauses. The first part of the construction comprises sections (i) to

(iii) (My mother was happy). The second part of the construction, which includes sections (iv) to (xii), can be considered an explanatory addendum concerning the first part. The predicates TO ENCOURAGE, section (iv), TO FIGHT, section (v), and TO SEARCH (xiii) were considered supplementary information regarding the first part of the construction. These predicates, in turn, are juxtaposed at the parataxis level and articulated with a considerable pause to characterize the hypotactic construction also with a specific prosodic pattern.

According to Halliday (1985), adverbial hypotactic clauses are articulated so that one qualifies (modifies, enhances, highlights) the other by adding circumstantial data. Thus, clauses that traditionally fulfill the adverb function qualify primary clauses concerning time, purpose, cause, or condition and give them an informative relief. The data below illustrate adverbial clauses with the idea of purpose, time, cause, and condition.

#### (7) Adverbial hypotaxis of purpose





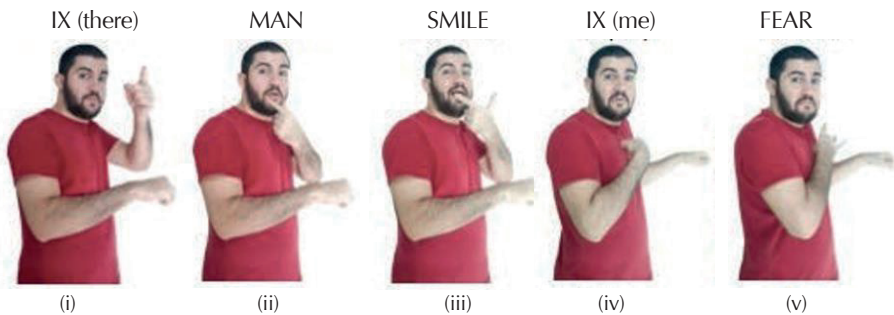
Translation: Each group will bring their computer (to) organize and edit the footage with writing signs, right?

The data in (7) shows an adverbial hypotaxis relation of purpose. The first part of the construction, in the sections from (i) to (viii), corresponds to the main clause, while the second part of the construction, in the sections from (ix) to (xiv), concerns the dependent clause, indicating a purpose. No lexical sign indicates this relationship, only the proposition coming from the context. However, there is a specific non-manual marking: the elevation of the chin and the decrease of the gaze, in sections (ix) and (x), marking the beginning of the hypotactic clause of purpose.

Regarding temporal adverbial hypotactic constructions, Lima (2002) establishes that such sentences place a set of events somewhere in the timeline. In this sense, the signer chooses to temporally mark an event in the nuclear clause concerning an event in the dependent clause. Generally, the temporal relationship between the two events can be expressed as simultaneous or non-simultaneous.

In the case of simultaneous temporal hypotaxis, the events in the dependent clause are expressed simultaneously with the events expressed in the nuclear clause, i.e., the two events happen simultaneously. The data below illustrate articulated clauses at the adverbial hypotaxis level through a specific strategy of the gestural-visual modality: maintenance of the non-dominant hand (buoy). In the sentence, the signer remains with the non-dominant hand in suspension, creating a background scenario, while the dominant hand continues with the narrator's speech. In this way, the time of the event in the main clause is situated simultaneously concerning the time of the event encoded in the non-dominant hand, which is suspended (buoy).

#### (8) Temporal adverbial hypotaxis (simultaneous)



Source: Miranda (2019), in personal communication.

Translation: As I pushed the bike, the men mocked me, and I got scared.

From a discursive point of view, the signer's body can be segmented to represent visible participants, invisible participants, the narrator's speech, and the state of participants; all of this simultaneously (CARNEIRO, 2015; CARNEIRO; OLIVEIRA, 2017). In (8), the signer segments his body so that one hand encodes the narrator's speech and the other hand encodes a participant's action. One of the hands of the permanent sign is suspended and is configured to hold the handlebars of a bicycle, coding the construction "I pushed the bicycle" in sections (i) to (v). Meanwhile, the other hand articulates the construction "the men mocked and I got scared," also in the sections from (i) to (v). The use of the buoy (maintenance of the non-dominant hand) places the time of events simultaneously. Thus, the events "the men mocked" and "get scared" happen simultaneously when the character pushes the bicycle. Once again, one of the hands remains suspended while the narrator's speech takes place, thus placing the time of the event of the main clause concerning the time of the event of the dependent clause.

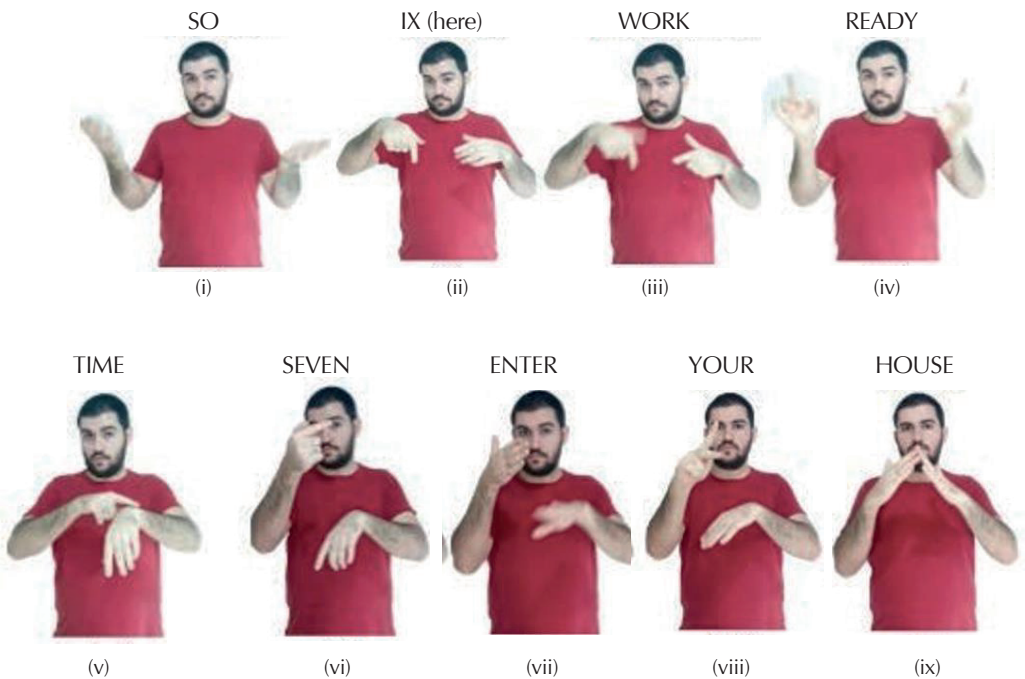
We observe that in sections (iv) and (v), the attribution of hands alternates. The left hand, which initially represented the narrator's speech, starts to function as a buoy (participant pushing the bicycle). In contrast, before acting as a buoy, the right hand now starts to encode the narrator's speech.

The alternating use of the hands also serves to articulate clauses in languages and signs (TANG; LAU, 2012). By observing only the action of the hand that encodes the narrator's speech, we recognize that the alternating

use of the hands promotes the articulation of two sentences at the level of parataxis. At first, in sections (i) to (iii), the left hand encodes the sentence IX (he) MAN SMILE (translation: the men mocked). Afterward, the hands alternate, and in sections (iv) and (v), the right hand encodes the sentence IX (I) FEAR (translation: I got scared). These clauses, coming from the narrator's speech, were articulated through the alternate use of the hands. Meanwhile, the buoy remains, also alternately.

In cases of non-simultaneous temporal hypotaxis, the event of the hypotactic sentence and the event of the main sentence occur at different times. The data (9) below illustrate a non-simultaneous temporal hypotaxis by juxtaposition.

(9) Temporal adverbial hypotaxis (not simultaneous)



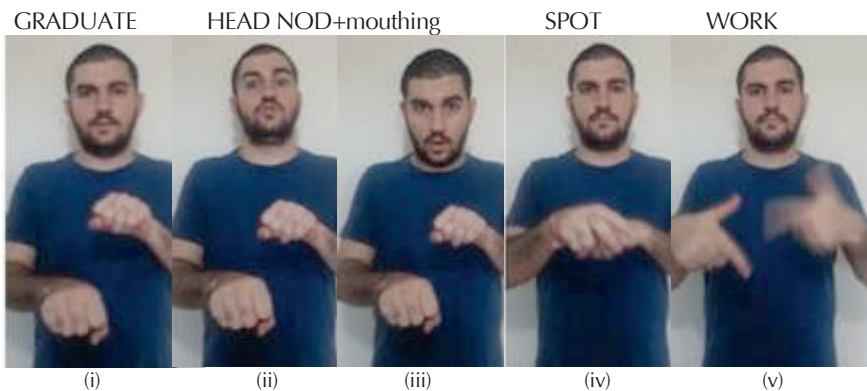
Source: Feitosa (2019), in personal communication

Translation: So when work is done at 7 o'clock, I will come to your house (...)

In the construction in (9), there is a hypotaxis relationship. The first part of the construction, sections from (i) to (vi), concerns the adverbial clause that functions as a timestamp for the matrix clause. No lexical sign indicates this relationship, only the proposition coming from the discursive context, although the temporal hypotactic clause is marked by the sign READY. The event time in the adverbial clause occurs before the event time in the matrix clause.

The following data illustrate temporal adverbial hypotactic clauses marked by a non-manual expression, which comprises a nod and a mouth. In this case, the mouth simulates the articulation of the word ALREADY (JÁ in Portuguese). This non-manual marking is placed in the sentences below after the hypotactic adverbial tense clause. We suggest that this connector brings the notion of irrealis, as the sentence can convey the idea of conditionality. In (9), head nodding and mouthing are illustrated in sections (ii) and (iii); in (10), in sections (iii) and (iv); in (11), in sections (iv) and (v).

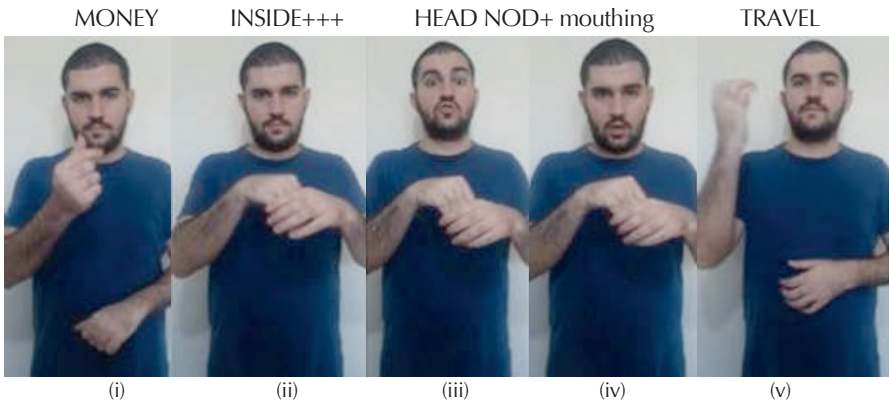
(10) Temporal adverbial hypotaxis (not simultaneous)



Source: KHOURI (2019), in personal communication.

Translation: When I graduate, I will start working.

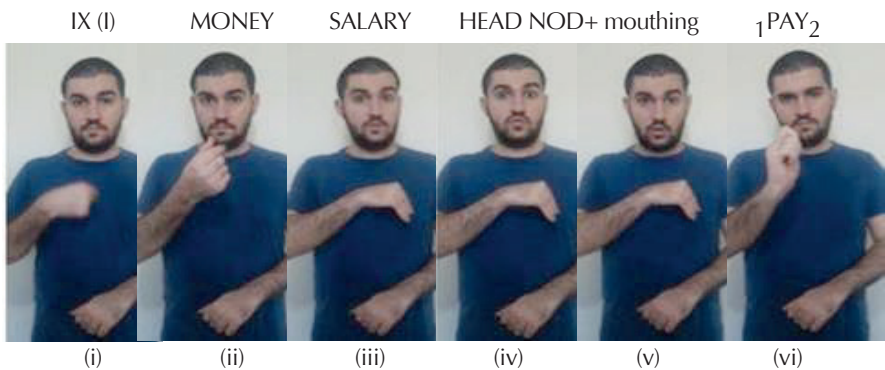
(11) Temporal adverbial hypotaxis (not simultaneous)



Source: KHOURI (2019), in personal communication.

Translation: When I save money, I will travel.

(12) Temporal adverbial hypotaxis (not simultaneous)



Source: KHOURI (2019), in personal communication.

Translation: When I get the salary, I will pay you.

The last type of adverbial hypotaxis articulation presented in this article is condition. According to Lima (2002), conditionality, from a logical point of view, is represented by a binary construction, in which there is a conditioning proposition (protasis) and a conditioned proposition (apodosis). The relationship between these two propositions is represented by “if protasis, then apodosis.” In this case, the conditioning clause is understood as a necessary and sufficient condition for the content expressed in the conditioned clause.

In general, there are three types of conditional adverbial hypotactic constructions: factual (or real), counterfactual (or imagined), and occasional (or potential). Factual constructions relate the content in the real world; in counterfactual constructions, the content expressed by the conditioning clause (apodosis) is imagined, and in the occasional constructions, the content expressed by the conditioned clause (protasis) can happen or not, depending on whether the condition is fulfilled (or not).

Below, the data (13) illustrate a complex construction in Libras, articulated at the level of condition adverbial hypotaxis. The hypotactic clause expresses a conditional relation of the occasional type, has conjunction (sign IF), and a specific non-manual marking (raised eyebrows).

(13) Conditional adverbial hypotaxis



Source: Miranda (2019), in personal communication

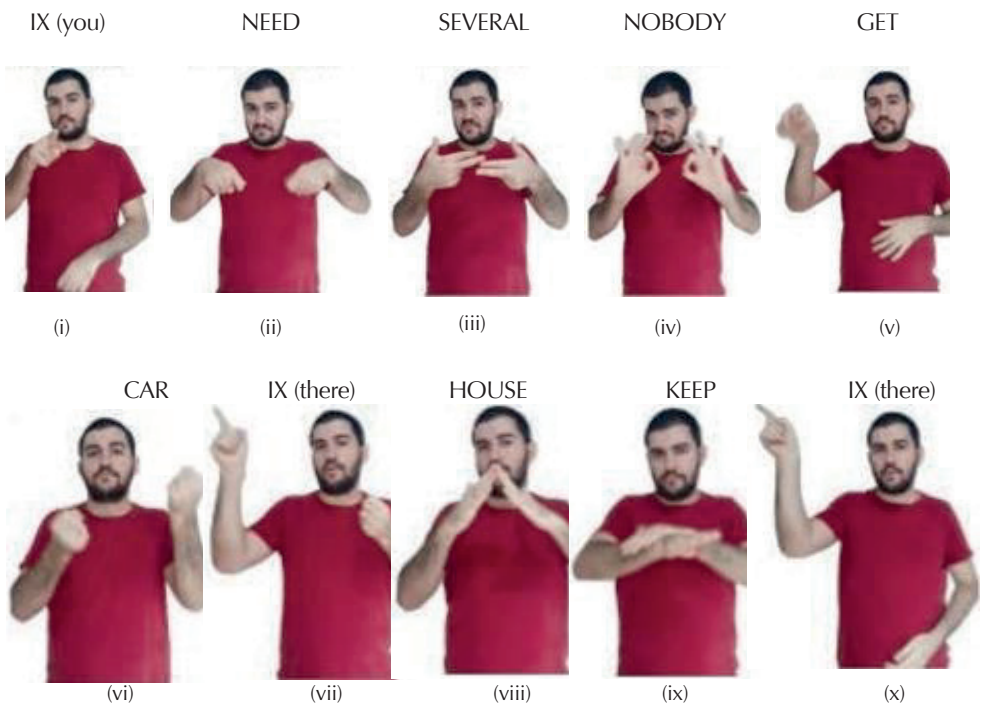
Translation: If possible, send it to me.

There is an adverbial condition hypotaxis relationship in construction (13), above, as mentioned. The first part of the construction,

consisting of sections (i) and (ii), concerns the dependent clause. There is a lexical sign that indicates this relationship (sign IF), and a characteristic facial expression (raised eyebrows), perceived in sections (i) and (ii). The conditioned clause is represented in section (iii).

The data in (14) below illustrate a construction at the adverbial condition hypotaxis level but without a connective, although the construction presents the same non-manual marking as the previous data

(14) Conditional adverbial hypotaxis





Source: Feitosa (2019), in personal communication

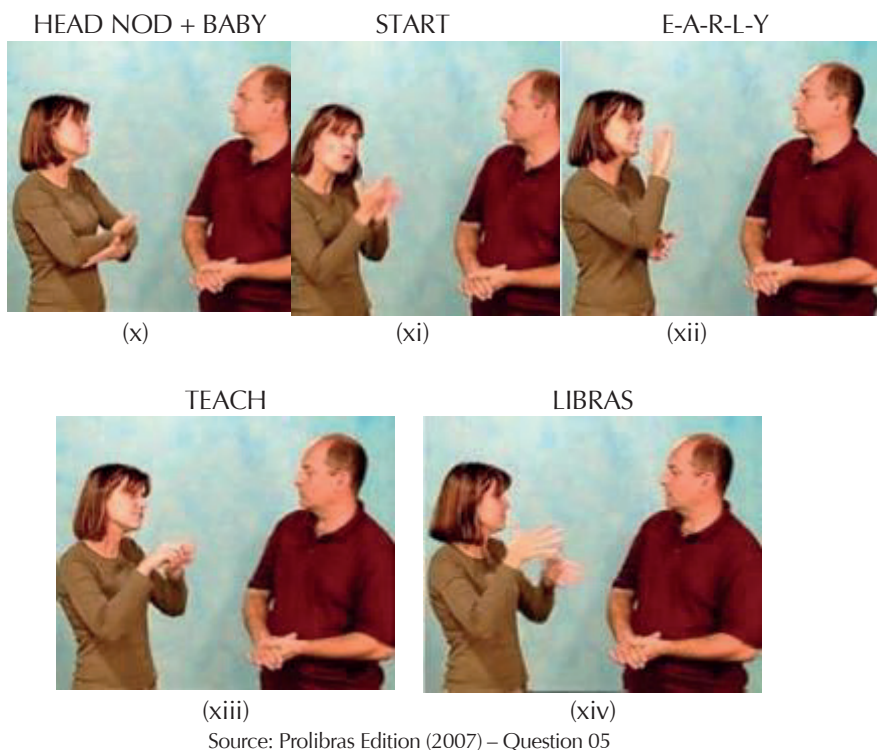
Translation: (If) you do not need it, I will get the car and keep it at my deaf friend's house.

In the construction in (14), there is also an adverbial condition hypotaxis relationship. The first part of the construction, sections from (i) to (iv), concerns the dependent clause. There is no lexical sign that indicates this relationship. However, a characteristic facial expression (slightly raised eyebrows) covers entire dependent clause, as was verified in the construction (13).

Our analysis corpus observed the articulation of hypotaxis adverbial condition clauses from a head nod. The head nod seems to fulfill a connective function in articulating clauses in sign languages (TANG; LAU, 2012). This marking takes place with a solid and extended nod, accompanying the second clause to affirm a proposition between the clauses. The data below illustrate the articulation of sentences in Libras from this nod at the level of hypotaxis. The proposition between the clauses establishes a condition relationship (first clause) to effect the following event (second clause).

(15) Adverbial hypotaxis of condition (with a head nod)





Translation: If you have a bilingual school and have a deaf teacher who signs, the deaf child can access Libras early.

The construction above is made up of clauses articulated from a prolonged nod of the head, establishing a relationship of conditionality. The first part of the construction, which corresponds to sections (i) to (vii), concerns the dependent clause and establishes the conditionality. This first part, in turn, is formed by the periods SCHOOL HAVE BILINGUAL and HAVE TEACHER DEAF LIBRAS, which are articulated at the level of parataxis of the additive type, based on juxtaposition. After this first part of the construction, there is the extended nod, which works as a non-manual connective, in sections (viii) to (x), establishing the articulation of the first part with the second part of the construction, which corresponds to the main clause (conditioned).

Once again, the extended nod in the sections from (viii) to (x) works

as conjunction. Thus, it confirms the condition so that the event occurs, encoded in the second part of the construction.

### **5. Subordination (embedding)**

As mentioned earlier, a sentence starts from a predicator that will select its arguments. These, in turn, meet specific criteria required by the semantics of the predicator. By analogy, the same syntactic relationships established in a simple clause will also happen in complex clauses.

The transitivity of the predicator is the fundamental characteristic that will determine the argument structure of the clause. Instead of a term, an entire clause functions as an argument for a predicator in the complex clause case. The embedding phenomenon will meet a syntactic need because the subordinate clauses play an argument role concerning the matrix clause.

There is a complete dependence relationship between the subordinate and matrix clauses in embedding. The dependent clause (embedded) is part of the argument structure of the main clause, and its presence is mandatory, unlike the hypotactic clause, which is part of the discourse but not part of the syntactic structure of the main clause.

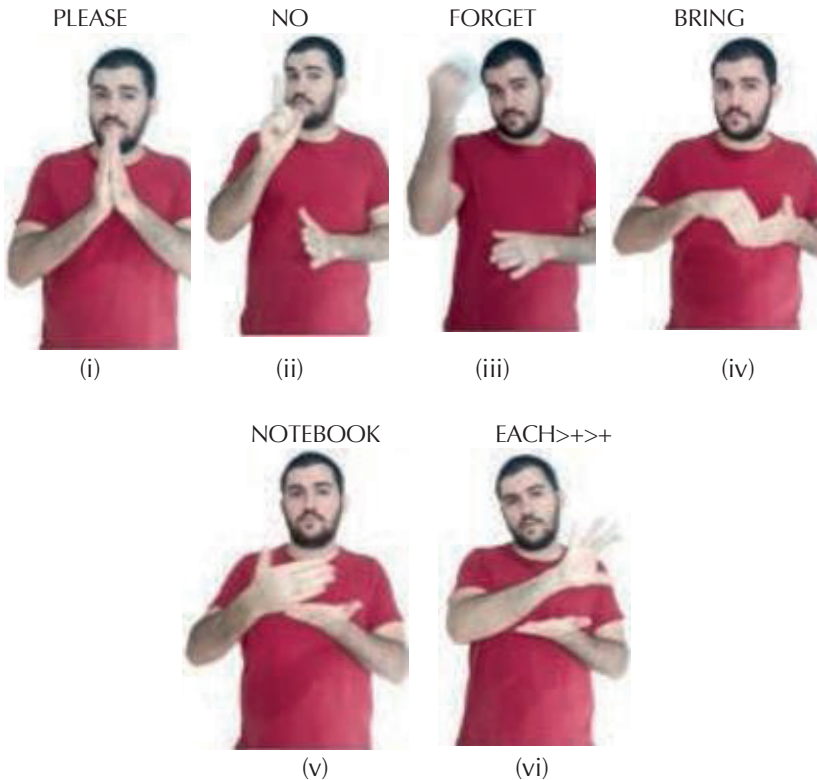
Subordinate (embedded) clauses can function as (i) an argument (subordinate noun clauses), or (ii) a modifier (restrictive adjective subordinate clauses).

Subordinate noun clauses are sentences that perform the same function as a noun within the main clause, occupying the syntactic position equivalent to a noun phrase. In functional terms, they correspond to the argument of a predicate. In the case of a subject clause, a state verb predicates a clause, i.e., a matrix clause predicates a clause with a subject function. The main clause predicates another clause with the object function in the object clause.

Restrictive adjective subordinate clauses function as modifiers, an adjective of the main clause. A language can individualize (modify) a referent through several strategies, which can cover (i) the use of an adjective (a single lexeme), (ii) an adjective phrase, or even (iii) a clause. In this case, a whole sentence becomes the predicator (adjective). Thus, a restrictive adjective subordinate clause, or relative clause, functions as an adjective.

In (16), below, the subordinate clause performs the function of the direct object.

(16) Subordinate noun clause, with object function



Source: Leão (2019), in personal communication

Translation: Please do not forget to bring your computers.

The data (16) is an example of the articulation of clauses by embedding. The matrix clause covers the section (i) to the section (iii), and the subordinate clause, which works as a direct object of the matrix clause, starts in the section (iv) to (vii). The predicate TO FORGET requires a term that functions as a direct object. In this case, this demand is supplied by an entire sentence, starting from the predicate TO BRING. In other words, the second clause is part of the argument structure of the first clause. The articulation takes place by juxtaposition.

The data in (17) below illustrate articulated clauses at the subordination level, in which the dependent clause fulfills the function of the subject of a matrix clause. The articulation takes place by juxtaposition.

(17) Subordinate noun clause, with subject function



Source: Corpus of Libras (2020)

Translation: Positioning is important; it is to have value, much value, for the deaf.

In (17), we have the predicate BE-IMPORTANT, in (iii), which is considered a state verb, as it encompasses the meaning of being important. This predicate requires a subject argument which, in the construction, is

occupied by the predicate DV (standing) (position oneself) in (i). In this way, we see the subject DV (standing) meeting the requirement of the predicate BE-IMPORTANT. The sign IS is observed in (ii), which seems to borrow from the Portuguese language and would form a verbal phrase (to be important).

## 6. Some considerations

Sign languages, like natural languages, are governed by the same functional principles of clause articulation discussed earlier. In this sense, sign languages can present manifestation patterns to articulate sentences similar to the patterns found in oral languages and patterns of manifestation specific to them, coming from the gestural-visual modality.

According to Tang and Lau (2012), there are few reports of the use of conjunctions in sign languages to articulate sentences. The juxtaposition seems to be a recurrent strategy rather than the presence of explicit conjunction. According to the authors, there are also specific strategies of the gestural-visual modality, such as (i) the alternate use of manual articulators, in which each clause is articulated in one of the hands, (ii) the displacement of the body, and (iii) the nod of the head. Pfau and Stainbach (2016) also mention (iv) the maintenance of the suspended non-dominant hand as another strategy to articulate clauses in sign languages.

Regarding the data presented on Libras, we saw the use of (i) juxtaposition, (ii) conjunctions (hand signs), non-manual markings, such as (iii) facial expressions that involve raising eyebrows and closing the gaze with chin lifting, (iv) prolonged head nodding, (v) head nodding linked to mouthing (ALREADY), and (vi) maintenance of the non-dominant hand (buoy) as clause articulation strategies.

Facial expressions, playing a prosodic role, can also delimit some sentences. In the case of raising eyebrows in hypotactic conditional clauses, its scope seems to encompass the dependent clause. Likewise, in the hypotactic clause of purpose presented, a specific non-manual marking seems to delimit it from a slight elevation of the chin and a discreet closing of the gaze. Regarding the movement of the trunk as a non-manual element, the fact that signers are sitting down in data from Libras corpus can be a limitation of movement trunk in space<sup>2</sup>.

The prolonged head movement to indicate conditionality and the coupled head movement followed by mouthing (ALREADY) to indicate temporality seem to act as (non-manual) conjunctions articulating the

---

<sup>2</sup>We thank the anonymous reviewer for this observation.

hypotactic clause to the main clause. The manual conjunctions in the presented data refer to the adversative connective (parataxis) – the sign BUT – and the conditionality connective (hypotaxis) – the sign IF.

The juxtaposition seems to permeate all types of articulation of clauses presented here: parataxis, hypotaxis, and subordination. This phenomenon invites us to analyze the articulation of clauses in Libras from a broad perspective, to go beyond predication and the search for connectives. According to Neves (2001), there are different possibilities of connection between a primary clause element and a secondary clause element. Predication is central to the clause, but paying attention to the proposition established between the sentences during the utterance is essential. Again, meaning relationships between clauses, for example, can happen by juxtaposition, without the need for the obligatory presence of a connective. What is essential for the discourse is the type of proposition that emerges because the connectives make the relationships between clauses explicit but do not determine them.

Regarding the constituents' position, the position of dependent clauses in Libras seems to follow the typological pattern established for the (oral) languages of the world. According to Greenberg (1963), conditional clauses precede conditioned clauses in sentences expressing a condition. The dependent clause follows the main clause in sentences expressing finality, except in languages where the nominal object always precedes the verb. The data presented about Libras follow this typological pattern. Identifying the relationships established in complex clauses is not an easy task.

The clause refers to a syntactic unit that is formed around the verb. However, the clause considering (corp)oral texts has more fluid limits, especially when analyzing language happening, i.e., how language manifests itself in everyday life, because, indeed, a language system dialogues with other systems, influenced by cultural and situational aspects. Furthermore, it is worth mentioning that the syntactic structure is at the service of a larger rhetorical structure.

Other challenges are posed, such as the definitions of nouns and verbs and, consequently, the delimitation of clauses. According to Tang and Lau (2012), linguists who describe sign languages are still challenged to identify objective criteria and a standardized analysis methodology. In our analyses, we followed the phenomenon of predication to delimit sentences. We considered the signs multifunctional, i.e., they cannot be allocated into discrete and rigid categories, in the opposition between nouns and verbs, but

considered in a context of use. Furthermore, translation can lead us to inferences and bias in identifying and analyzing complex constructions in Libras because translations are often based on content approximations. We can, for example, be faced with two independent clauses and not articulated clauses.

Some signs with a time-marking function in a verb phrase can lead the analyst to categorize it as a connective. This seems to be the case with the sign *READY*, for example. Hence the need to develop more objective criteria to define a manual (or non-manual) marker as a connective. As Pfau and Stainbach (2016) suggest, it is necessary to establish tests to help us distinguish dependent/subordinate clauses from independent/non-subordinated structures. Some of these tests are likely to be modality-specific and applied only to sign languages.

The analysis must also verify the prosodic elements. That is why it is essential to analyze data from the language in use, collected and treated in a way that allows us to consider such elements more objectively, such as distinctive pauses and intonation contours. In juxtaposition, for example, two or more clauses are articulated without a formal connective. However, from the intonation point of view, each of the clauses probably has its pattern, differentiating this articulation from other relationships.

Once again, the articulation of clauses must be seen considering the pragmatic, semantic, and syntactic components in the service of the speaker's rhetoric since the connectives show the relationships between the clauses but do not determine them.

## REFERENCES

- Braga, M. L. (2001). Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. *Scripta*, 5 (9), 23-34.
- Carneiro, B. G. (2015). O corpo na concepção de eventos na língua de sinais brasileira. *Antares*, 7 (14), 297-312.
- Carneiro, B. G., & Oliveira, C. C. de. (2017). O evento e o estado dos participantes na língua brasileira de sinais. *Via Litterae*, 9 (1), 41-58.
- Carvalho, C. dos S. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abor-dagens funcionalistas. *Veredas*, 8 (1), 9-27.
- Cunha, A. F. da. (2013). Funcionalismo. In: M. E. Martelotta (Org.), *Manual de Linguística* (2ª ed.) (pp. 157-176). Editora Contexto.
- Givón, T. (2001). *Syntax: a functional-typological introduction* (Vol. 1). John Benjamins.
- Greenberg, J. H. (1963). Some universals of grammar with particular

- reference to the order of meaningful elements. In: J. H. Greenberg (Ed.), *Universals of Language* (pp. 58-90). Stanford University Press.
- Halliday, M. A. K. (1985). *An introduction to functional grammar*. Edward Arnold.
- Hopper, P., & Traugott, E. C. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge University Press.
- Leland, M., & Viotti, E. (2007). Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In: H. M. M. Lima-Salles, *Bilinguismo dos surdos: Questões linguísticas e educacionais* (pp. 73-96). Cênone Editoração.
- Leland, M., Viotti, E., & Leite, T. de A. (2010). Descrição das línguas sinalizadas: a questão da transcrição dos dados. *Alfa*, 54 (1), 265-289.
- Liddell, S. (2003). *Grammar, gesture e meaning in American Sign Language*. Cambridge University Press.
- Ludwing, C. R., & Quadros, R. M. (2018). *Inventário da Língua Brasileira de Sinais da Região de Palmas – Tocantins. (Projeto de Pesquisa)*. Porto Nacional, UFT.
- Neves, M. H. de M. (2006). Estudar os usos linguísticos ou a visão funcionalista da linguagem. In: M. H. de M. Neves, *Texto e gramática* (pp. 15-34). Editora Contexto.
- Neves, M. H. de M. (2001). O tratamento da articulação de orações. In: Neves, M. H. de M. *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa* (pp. 55-66). Cultura Acadêmica Editora.
- Pezatti, E. G. (2007). O funcionalismo em Linguística. In: Mussalim, F., & Bentes, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística. Fundamentos epistemológicos* (2ª ed., Vol. 3) (pp. 165-218). Cortez Editora.
- Lehmann, C. (1988). Toward a typology of clause linkage. In: Haiman, J., & Thompson, S. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse* (pp. 181-225). John Benjamins.
- Lima, A. (2002). *Relações hipotáticas adverbiais na interação verbal* [Tese de doutorado]. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- Pfau, R., & Steinbach, M. (2016). Complex sentences in sign languages: modality – typology - discourse. In: R. Pfau, M. Steinbach, & A. Herrmann (Eds.). *A Matter of Complexity. Subordination in Sign Languages* (pp. 1-35). Mouton de Gruyter.
- Rodrigues, A. (2019). As orações adversativas na Língua Brasileira de Sinais: uma abordagem semântico-funcional. *Sensos*, 6 (1), 90-103.

- Tang, G., & Lau, P. (2012). Coordination and subordination. In: R. Pfau, M. Steinbach, & B. Woll (Eds.), *Sign Language. An International Handbook* (pp. 340-365). Mouton de Gruyter.
- Velupillai, V. (2012). *An introduction to Linguistic Typology*. John Benjamins Publishing Company.
- Zeshan, U. (2003). Indo-Pakistani sign language grammar: a typological outline. *Sign Language Studies*, 3 (2), 157-212.
- Quer, J., Cecchetto, C., Donati, C., Geraci, C., Kelepir, M., Pfau, R., & Steinbach, M. (Eds.). (2017). *Sign Gram Blueprint: a Guide to Sign Language Grammar Writing*. Walter de Gruyter GmbH.

## Sabão e água ou água e sabão? A diferença que um tradutor humano (ainda) pode fazer...

Joana Guimarães

mguimaraes@letras.up.pt

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)*

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

Thomas Hüsgen

thusgen@letras.up.pt

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)*

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

**ABSTRACT:** The world of professional translation is inextricably linked to the conquests of artificial intelligence (AI), and human translators need to use machine translation tools and translation memories to increase their productivity. The aim of this paper is to highlight the importance of the human translator in the translation process and, consequently, to adapt the training of young translators to the circumstances in which they will have to work in the future. Based on the work of final-year students of FLUP's Master's in Translation and Language Services, we carried out an analysis of several cases that revealed the weaknesses of machine translation systems, in order to illustrate how human intervention can contribute to a more efficient translation process and a higher quality of the final product and can also help translators focus their efforts on areas where human intervention is most valuable. If the translator is aware of the limitations of AI systems in advance and if he/she knows what are the most appropriate linguistic resources applied in the different text genres of specialised communication in the target culture and language, during the revision and post-editing process he/she may focus his efforts on areas where human intervention is most valuable: in producing texts that do not look like a translation and reveal the characteristic features of original, specialised discourse in the target culture and language. By paying special attention to pronominal anaphora, collocations, idiomatic expressions, or macro- and micro-textual conventions translators can optimize the revision process, increase productivity, and achieve improved translations in less time.

**KEYWORDS:** Training; Productivity; Machine-translation; Revision; Post-editing.

**RESUMO:** Cientes de que o mundo da tradução profissional é indissociável das conquistas da inteligência artificial e certos de que o tradutor humano pode e deve recorrer às ferramentas de tradução automática e às memórias de tradução para aumentar a sua produtividade, o objetivo do presente trabalho é salientar a

importância do tradutor no processo tradutivo e a conseqüente necessidade de adequação da formação dos jovens tradutores às circunstâncias em que serão chamados a exercer a sua atividade no futuro. Partindo de trabalhos de final de estágio de estudantes do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos da FLUP, procedeu-se ao levantamento de casos reveladores das fragilidades dos sistemas de tradução automática, para assim ilustrar de que forma a intervenção humana pode contribuir para uma maior eficiência do processo tradutivo e uma maior qualidade do produto final. O conhecimento antecipado das potenciais dificuldades do sistema, a par de um sólido conhecimento dos recursos linguísticos mais adequados às várias categorias textuais do discurso de especialidade permitirão ao tradutor, na fase de revisão e pós-edição do texto de chegada, concentrar os seus esforços na redação de um texto que não pareça uma tradução e que evidencie as marcas características do discurso de especialidade da cultura e da língua de chegada. Sejam as anáforas pronominais, as colocações/expressões idiomáticas ou as convenções macro e microtextuais: o conhecimento dos elementos a que deve dedicar particular atenção permitirá ao tradutor otimizar a revisão, aumentar a sua produtividade e assim produzir melhores traduções em menos tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação; Produtividade; Tradução automática, Revisão; Pós-edição.

## **1. Introdução**

Quem acompanha de perto a inserção dos futuros tradutores enquanto estagiários no mercado de trabalho goza de uma posição privilegiada para apreciar/avaliar a evolução da profissão ao longo dos anos. Basta um olhar rápido pelos relatórios de estágio dos finalistas do curso de 2º Ciclo em Tradução e Serviços Linguísticos (MTSL) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – e este não é certamente caso único – para se obter uma ideia clara das tarefas que um tradutor hoje em dia tem de executar no exercício das suas funções: longe vão os tempos em que a maior parte das horas de estágio era dedicada à tradução propriamente dita. O recurso à tradução assistida por computador, como é o caso da utilização das memórias de tradução, e à tradução automática transformaram radicalmente a atividade do tradutor profissional e a percentagem de tempo que é atualmente consagrada à revisão e pós-edição de texto “pré-traduzido” aumentou exponencialmente. Esta evolução, temida por muitos, não tem de ser encarada com pessimismo, mas deve ser enfrentada com conhecimento do lugar que Homem e Máquina ocupam no processo de tradução, ou socorrendo-nos do título de um artigo de Kay, M. (1997), «The proper place of men and machines in language translation».

## 2. Pós-edição

De acordo com a norma ISO 18587:2017, “Translation services — Post-editing of machine translation output — Requirements”, entende-se por pós-edição a edição e correção dos resultados da tradução automática, distinguindo-se, neste contexto, a pós-edição completa/integral (*full post-editing*), que tem como objetivo a obtenção de um produto final “de qualidade publicável”, comparável ao produto obtido recorrendo à tradução humana, da pós-edição leve/ligeira (*light post-editing*) que visa a obtenção de um texto compreensível, “à medida das necessidades”, sem que haja qualquer tentativa de produzir algo comparável ao resultado final de uma tradução humana. Associada a esta distinção está ainda uma outra semelhante, entre a pós-edição de um texto destinado apenas à assimilação - um texto que permita ao seu leitor ficar com uma ideia geral do conteúdo - ou destinado à disseminação (Hutchins, 2010 e Forcada, 2010), ou seja, um texto que permita ao leitor ler e compreender o que nele está escrito. Para o objetivo do presente trabalho, interessa-nos naturalmente apenas a pós-edição completa, que visa a disseminação do produto final, dado que nos parece que quem é capaz de fazer uma pós-edição completa será facilmente capaz de fazer uma pós-edição ligeira, embora não se possa afirmar que o inverso também é verdade.

Como qualquer outra atividade que implique a interação entre duas línguas diferentes, a pós-edição de uma tradução feita de forma automática está naturalmente sempre dependente do par de línguas em causa. Parece-nos por isso razoável que não haja diretrizes universalmente válidas para todo o tipo de pós-edição. Pode haver padrões de qualidade para aferição do resultado final, mas relativamente à intervenção do tradutor no texto que resulta da tradução automática<sup>1</sup>, essa universalidade já será tudo menos linear, uma vez que há pares de línguas com uma muito maior afinidade morfológica, sintática e semântica entre si do que outros e isso repercute-se forçosamente no grau da intervenção no texto a que o tradutor/pós-editor é chamado. Ainda assim, vários autores têm apresentado propostas de diretrizes para o processo de pós-edição<sup>2</sup>, numa tentativa de facilitar a tarefa do tradutor e harmonizar os produtos finais. Algumas dessas propostas são da responsabilidade de empresas que veem na tradução automática, e

---

<sup>1</sup> Por motivos de confidencialidade, os estudantes não revelam quais as ferramentas utilizadas ao longo do estágio, mas além da tradução automática, recorrem muitas vezes a software que integra memórias de tradução e bases de dados terminológicas, as chamadas ferramentas de tradução assistida por computador (*CAT-Tools*).

<sup>2</sup> Para uma visão global das principais propostas cfr. Hu, K., & Cadwell, P. (2013).

consequentemente na pós-edição, uma solução para reduzir custos, já que acarretam um substancial aumento de produtividade: um tradutor automático é capaz de lidar com grandes quantidades de texto, libertando tempo ao tradutor humano, para este se dedicar à pós-edição. Além disso, o serviço de pós-edição é menos dispendioso do que o serviço de tradução. À luz desta realidade, e tendo muitas vezes de traduzir textos muito semelhantes e com uma presença significativa de termos técnicos, como é o caso, por exemplo, dos manuais de instruções ou das fichas técnicas de produto, as empresas recorrem frequentemente à pré-edição dos textos destinados à tradução automática, de modo a facilitar o trabalho da máquina e obter melhores resultados. Esse tipo de pré-edição materializa-se em duas estratégias principais: internacionalizar ou usar linguagem controlada. Internacionalizar significa normalmente escrever de forma culturalmente neutra, de modo a reduzir as medidas de adaptação de um texto à língua e à cultura de chegada (Göpferich, 1998: 286). Esta internacionalização também pode, contudo, aplicar-se a um texto já existente, que é “desculturalizado”, esvaziado de marcas culturais (como por exemplo referências a unidades monetárias, a entidades/instituições específicas de um determinado espaço geográfico<sup>3</sup>, etc.), para constituir um melhor texto de partida para uma tradução humana e/ou automática. Uma linguagem controlada, ao contrário do que o atributo pode levar a crer, não é uma linguagem artificial, mas uma versão da linguagem geral, que se rege por um conjunto de regras gramaticais mais reduzido e um vocabulário só com uma fração das palavras permitidas na linguagem geral<sup>4,5</sup>. São vários os exemplos de propostas de linguagens controladas nas diferentes línguas: umas de cariz mais genérico, como é o caso do *Simplified Technical English*, o *Italiano Tecnico Semplificato*, ou o *Français Rationalisé*, outras mais específicas de um determinado domínio como, por exemplo, o *Boeing Simplified English*, este último dispondo até do *Boeing Simplified English Checker*<sup>5</sup>, que permite verificar a utilização da linguagem controlada.

Fiéis a essa convicção de que cada par de línguas tem necessariamente as suas especificidades no que toca à tradução, e por ser o inglês a língua mais utilizada como língua de partida (LP) nos estágios dos

---

<sup>3</sup> Esta abordagem implica, por exemplo, evitar referências a uma entidade que exista num país em concreto, optando por uma referência de cariz mais genérico à autoridade competente para determinado setor de atividade.

<sup>4</sup> Normalmente o leitor não se apercebe de que um determinado texto foi escrito em linguagem controlada.

<sup>5</sup> Cfr. <https://www.boeing.com/company/key-orgs/licensing/simplified-english-checker.page>

estudantes, optámos por seleccionar apenas exemplos que tivessem essa língua como língua de partida.

### 3. Casos práticos de pós-edição

Os exemplos que se seguem, todos extraídos de relatórios de estágio de finalistas do MTSL<sup>6</sup>, pareceram-nos ilustrativos das fragilidades da tradução automática e entendemos que permitem demonstrar o que pode ser feito para preparar os estudantes para a resolução destes problemas:

- (1) <sup>7</sup> Texto de Partida (TP): Cleaning and sterilization are required prior to intra-oral use.  
Tradução Automática (TA): A limpeza e esterilização são necessárias antes da utilização intra-oral.  
Pós-Edição (PE): É necessário limpar e esterilizar antes da utilização intra-oral.

Neste caso, a estudante apercebeu-se, e bem, de que a expressão de sujeito indeterminado “é necessário” é, a par de outras como “é recomendável/aconselhável”, uma expressão muito comum nos manuais de instruções em língua portuguesa, permitindo uma estrutura sintática mais eficaz, do ponto de vista da compreensibilidade, do que a opção pelo estilo nominal proposta pela tradução automática<sup>8</sup>.

- (2) <sup>9</sup> TP: Remove all tools from the attachment after carrying out any lubrication, maintenance or repair work.  
TA: Retire todas as ferramentas do acessório depois de executar qualquer operação de lubrificação, manutenção ou reparação.  
PE: Depois de executar qualquer operação de lubrificação, manutenção ou reparação, retire todas as ferramentas da alfaia.

A opção da estudante denota conhecimento de que nos manuais de instruções, um dos mecanismos de reforço da coerência textual é a

---

<sup>6</sup> Infelizmente nos relatórios os exemplos surgem sem mais contexto do que aquele que aqui se apresenta.

<sup>7</sup> Oliveira, A.P. 2021. Relatório de Estágio: Desafios na TIPS. [Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/137662>].

<sup>8</sup> Relativamente a esta questão do estilo nominal, cfr. Guimarães, J. (2012).

<sup>9</sup> Nogueira, S. 2014. Produtividade em Tradução Especializada Relatório de Estágio realizado na empresa TIPS. [Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80982>].

composição textual segundo a ordem cronológica, ou seja, as instruções dadas pela ordem pela qual devem ser executadas<sup>10</sup>.

- (3) <sup>11</sup>TP: An opportunity to meet the drivers.  
TA: Uma oportunidade de conhecer os motoristas/condutores  
PE: Uma oportunidade de conhecer os pilotos.

A falha da tradução automática deve-se aqui à polissemia de “driver”. Só quem sabe que o texto faz referência à oportunidade de conhecer pilotos de Fórmula 1 que vão participar numa corrida e conhece o contexto da produção deste texto é que pode traduzir de forma adequada.

- (4) TP: Enter the data stream.  
TA: Introduza a transmissão de dados.  
PE: Entra no fluxo de dados.

Mais um caso em que a ambiguidade decorre do facto de “enter” tanto poder significar “entrar” como “introduzir/inserir” e mais uma vez só o tradutor humano pode discernir que no texto se faz alusão a um mundo imaginário, e que o fluxo de dados constitui a base da criação desse mundo imaginário em que o leitor/jogador é convidado a entrar. A leitura integral do texto permite dispor desse conhecimento, mas a máquina não tem essa capacidade de dedução. Além disso, há também uma opção pelo uso da 2ª pessoa do singular, recurso mais comumente utilizado em português europeu, tendo em conta o público destinatário deste tipo de videojogos, sobretudo adolescentes e jovens adultos.

- (5) TP: It was really frustrating.  
TA: Foi mesmo frustrante!  
PE: Era mesmo frustrante!

O que acontece frequentemente na tradução automática é a escolha de um tempo verbal menos adequado. Gramaticalmente a frase está correta, mas a seleção adequada é o pretérito imperfeito e não o pretérito perfeito do

---

<sup>10</sup> Cfr. Göpferich, S. (2009) a propósito da estruturação mais adequada da informação em textos instrutivos e dos princípios de composição textual.

<sup>11</sup> Os exemplos 3, 4, 5 e 6 foram retirados de Pinto Coelho, M. 2019. Relatório de estágio na SDL Portugal. [Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/124275>].

verbo ser, já que a referência é a uma situação recorrente no passado. A escolha da tradução automática põe em causa a coesão temporal do texto.

- (6) TP: The flexible and more stretchable formulation of the [marca] inks provide perfect image stability even when prints are folded, bent and wrapped.

TA: A fórmula flexível e mais elástica das tintas [marca] proporciona uma estabilidade de imagem perfeita, mesmo quando as impressões são dobradas, dobradas ou envolvidas.

PE: A fórmula flexível e mais elástica das tintas [marca] proporciona uma estabilidade de imagem perfeita, mesmo quando as impressões são dobradas, curvadas e enroladas.

Estranhamente, neste caso a tradução automática apresentou duas vezes a mesma proposta de tradução para dois verbos distintos, propondo assim uma solução de tradução estilisticamente mais pobre e menos apelativa, tendo em conta tratar-se de um texto publicitário. O papel do tradutor humano passou aqui pela deteção da proximidade semântica dos três verbos, mas pelo reconhecimento de que não existe sobreposição absoluta de significados, já que “fold” implica dobrar alguma coisa sobre si própria, sobrepondo as partes, enquanto “bend” implica dobrar mas sem que as partes se sobreponham; já “wrap” implica envolver, daí a escolha de “enrolar”.<sup>12</sup>

- (7) <sup>13</sup>TP: Wash the buttress with soap and water (30°) to return the “tacky” feel as needed or on a normal basis.

TA: Lave o reforço com sabão e água (30°) conforme necessário ou regularmente para não perder o toque “adesivo”.

PE: Lave o reforço com água e sabão (30°) conforme necessário ou regularmente para não perder o toque “adesivo”.

A expressão “água e sabão” é uma expressão convencionada que à semelhança de por exemplo “preto e branco” cristalizou no uso da língua e não se usa de outra forma e a inversão da ordem provoca no leitor uma

---

<sup>12</sup> A opção pelo verbo “curvar”, apresentada na proposta de pós-edição, parece-nos francamente pouco adequada em termos semânticos, uma vez que estamos a falar de impressões a tinta.

<sup>13</sup> Os exemplos 7 e 8 foram retirados de Ramos, M. 2021. Relatório de estágio: TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda. [Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/137751>].

sensação de estranheza que perturba a sua leitura. O tradutor humano reage imediatamente a esta proposta da tradução automática.

(8) TP: You've mastered the basics, so you won't have any problems in the real game either!

TA: Já dominas os básicos, por isso também não vais ter nenhum problema no jogo real!

PE: Já dominais os básicos, por isso também não ides ter nenhum problema no jogo real!

O uso da segunda pessoa do plural, cada vez menos frequente no português europeu, é justificável e é mesmo a opção mais adequada neste exemplo, uma vez que esta frase representa a fala de uma personagem de um videogame que se dirige a alguém que no jogo desempenha o papel de monarca. Só o tradutor humano detém a competência comunicativa (e cultural) necessária para adaptar as suas escolhas à função do texto e às circunstâncias específicas da sua produção.

Praticamente todos os exemplos selecionados apontam para uma constatação que, se para muitos é uma evidência, para alguns ainda continua a ser difícil de aceitar: não se pode reduzir os textos de especialidade à terminologia de especialidade. Lidar com comunicação técnica, particularmente do ponto de vista da sua tradução, é mais do que encontrar equivalentes para os termos técnicos. Não há linguagem de especialidade sem linguagem geral<sup>14</sup>, há usos da língua que tendem a ser diferentes e a simbiose que se cria entre recursos linguísticos mais frequentes no uso geral e os mais característicos do discurso de especialidade escapa muitas vezes à tradução automática.

#### 4. Formação de tradutores

A identificação das fragilidades da tradução automática permite alertar os estudantes para eventuais dificuldades que podem encontrar e agilizar assim o processo de pós-edição. Neste caso, e para o par de línguas em apreço, é recomendável, por exemplo, uma particular atenção à polissemia (cfr. exemplos (3) e (4)), à escolha entre o tratamento menos formal por tu (2ª pessoa do singular) ou mais formal por você (semanticamente equivalente a uma 2ª pessoa, mas gramaticalmente uma 3ª

---

<sup>14</sup> Aliás essa dicotomia foi há muito ultrapassada pelos teóricos da Linguística de texto de especialidade (cfr., a título ilustrativo, Kalverkämper (1978).

pessoa)<sup>15</sup> ou ainda à seleção dos tempos verbais passados mais adequados (cfr. exemplo (5)). Mas além destas potenciais fontes de problemas, mais diretamente decorrentes das características específicas de cada par de línguas, os exemplos apresentados apontam para outros domínios importantes para uma pós-edição bem-sucedida na língua portuguesa.

Parece-nos, neste contexto, fundamental que os estudantes tenham consciência de que existe legislação que condiciona a redação de certos géneros de texto de especialidade. No caso concreto dos manuais de instruções, por exemplo, o manual, quando bem redigido e corretamente estruturado, transforma-se num instrumento de segurança jurídica para as empresas, uma vez que, através das advertências de segurança, das mensagens de conformidade, e não só, as defende do risco de serem punidas com o pagamento de indemnizações em processos que implicam a chamada *product liability* (responsabilidade do produto). Além da legislação, há normas e convenções, muitas delas culturalmente condicionadas, que devem ser respeitadas, até pelo papel que desempenham na criação de expectativas de leitura. Estudos contrastivos, como o levado a cabo por Horn-Helf (2007) sobre as diferenças culturais nas convenções textuais, destacam a importância de saber, por exemplo, que no inglês, o recurso linguístico mais utilizado para a concretização dos atos de fala diretivos, tão frequentes nalgumas categorias de textos de especialidade, é o imperativo, sendo que em português a existência de alternativas permite a adoção de estratégias diferentes, em função, por exemplo, dos destinatários do texto: os verbos poder ou permitir (Em frases do tipo “Esta operação permite ...”), as orações condicionais, do tipo “se fizer isto, acontece aquilo”, as expressões de sujeito indeterminado (cfr. exemplo (1)) “é necessário, é indispensável, etc.”, o verbo bastar, seguido de uma oração infinitiva de sujeito nulo (“basta apertar...”), etc., são apenas alguns dos recursos de que o tradutor dispõe para transmitir instruções de uma forma natural e familiar ao leitor de língua portuguesa.

Outro domínio com o qual é desejável que os estudantes tenham contacto são os estudos sobre a compreensibilidade e a receção de texto, destacando-se aí o trabalho de Göpferich (2009), que com o seu modelo de compreensibilidade de Karlsruhe, identifica dimensões a ter em conta na produção textual para garantir/promover a compreensibilidade do produto final. Esta autora reconhece a importância da função comunicativa de um texto e salienta a necessidade de considerar a finalidade do texto, os seus

---

<sup>15</sup> Cfr. exemplos (4) e (8).

destinatários, o seu emissor, o modelo mental de denotação dos objetos e factos tratados no texto (*mentales Denotatsmodell*), o modelo mental convencional do género textual a ser escolhido (*mentales Konventionsmodell*) e quaisquer diretrizes específicas de produção textual (como é o caso dos guias de estilo) como fatores essenciais na definição dessa função comunicativa. A este conjunto de saberes, deve acrescentar-se ainda um subdomínio da Linguística que nos parece que deve merecer destaque na formação dos futuros tradutores: a Pragmática. Conhecer e saber utilizar devidamente os mecanismos de coesão textual (nomeadamente mecanismos de coesão gramatical como a coesão interfrásica, a coesão temporal, o paralelismo estrutural ou a coesão lexical) e os meios para garantir a coerência de um texto (princípios de composição textual como a ordem cronológica da informação, a progressão temática, a articulação tema/rema, etc.) são fatores fundamentais para a produção textual, como se torna evidente nos exemplos (2) e (5).

Por último, mas não menos essencial, os estudos culturais, que desenvolvem a competência intercultural dos estudantes: ser capaz de reconhecer as características específicas da cultura textual de partida e produzir o seu texto sem pôr em causa as características específicas da cultura textual (e da língua) de chegada. O conhecimento profundo dos hábitos e das expectativas dos destinatários dos textos de partida e de chegada permitem ao tradutor ser um mediador entre formas distintas de compreender, transmitir e utilizar a informação veiculada nos textos; à luz de uma abordagem funcionalista, um tradutor tem de saber, se for isso que lhe for pedido, ser fiel à função de um texto sem decalcar estruturas próprias da língua de partida no seu texto de chegada.

## 5. Considerações finais

De uma forma mais direta ou de modo mais tangencial, todas estas competências se potenciam com a assimilação de conhecimentos sólidos da língua para a qual se traduz, na maioria destes casos, o português. É inegável que as línguas estão em constante evolução e o português (europeu) que é usado pela esmagadora maioria dos estudantes estagiários (e não só) é um português muito influenciado quer pela língua inglesa, língua a que todos estão expostos desde muito cedo, quer pelo português do Brasil. E é também verdade que o inglês com que convivemos na maioria das situações é um inglês *língua franca* utilizado por falantes não nativos. A aproximação evidente entre as línguas é uma realidade que tem naturalmente consequências para o trabalho de um tradutor/pós-editor; ainda assim,

entendemos ser importante e pertinente alertar os futuros profissionais para os aspetos que identificámos. Como vimos, os tipos de falhas que têm de ser corrigidos na fase da pós-edição são falhas de escolha de tempos verbais e de pessoas (questões gramaticais com consequências para a coesão e a coerência textual, logo com consequências ao nível da Pragmática), ou então falhas nas opções lexicais, decorrentes da polissemia no texto de partida, muitas vezes associada à falta de contexto; verificámos ainda a existência de dificuldade de identificação de expressões idiomáticas/fraseologias (cfr. exemplo 7)) e de nuances semânticas (cfr. exemplo (6)).<sup>16</sup> Por último, os exemplos apresentados, sobretudo os exemplos (1), (2) e (7) revelam também que o conhecimento das convenções textuais/culturais por que se rege a produção de textos numa dada língua/cultura contribui para uma tradução quiçá mais rigorosa e natural. Esta constatação também nos permite concluir que o tradutor humano não deve ver na tradução automática um concorrente desleal, mas deve saber colocá-la ao seu serviço para benefício próprio; deixando que ela faça uma parte – a menos criativa e mais mecânica - do seu trabalho e ficando assim mais livre para poder fazer o restante. Este mesmo tradutor humano, com uma formação adequada, poderá mais facilmente, pela qualidade do seu trabalho, convencer os clientes mais céticos de que vale a pena pagar mais caro por um “texto de alfaiate”, feito à medida das suas necessidades, do que mais barato por um arranjo menos bem costurado em que seja possível identificar o anterior “dono do fato”. E este é afinal o objetivo de uma abordagem funcionalista da tradução: produzir textos *fit for purpose*, adequados aos seus diferentes *skopoi*.

## REFERÊNCIAS

- Bacquelaine, F. 2020. Traduction humaine et traduction automatique du quantificateur portugais «cada» en français et en anglais. Étude de phraséologie comparée. Tese de doutoramento.
- Carmo, F. do. 2017. Post-editing: a theoretical and practical challenge for translation Studies and machine learning. [Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/107518>].

---

<sup>16</sup> Além das falhas presentes nestes exemplos, é do conhecimento geral que os tradutores automáticos falham frequentemente no que diz respeito à concordância em género e/ou número e às anáforas pronominais.

- Forcada, M. L. 2010. Machine translation today. Gambier; Y. / Doorslaer, L. v. Handbook of Translation Studies. Volume 1. Amsterdão: John Benjamins Publishing Company: 215-223.
- Göpferich, S. 1998. Textproduktion im Zeitalter der Globalisierung – Entwicklung einer Didaktik des Wissenstransfers. Studien zur Translation, Bd. 15. Tübingen: Stauffenburg.
- Göpferich, S. 2009. Comprehensibility Assessment using the Karlsruhe Comprehensibility Concept. *The Journal of Specialized Translation* 11.
- Guimarães, J. 2012: Dar instruções: para uma gramática do texto de especialidade. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67244> ].
- Horn-Helf, B. 2007. Kulturdifferenz in Fachtextsortenkonventionen – Analyse und Translation. Ein Lehr- und Arbeitsbuch, Peter Lang.
- Hu, K., & Cadwell, P. 2013. A Comparative Study of Post-Editing Guidelines. *Baltic Journal of Modern Computing*: 346-353.
- Hutchins, J. 2010. Machine translation: a concise history. *Journal of Translation Studies - Special Issue: The Teaching of Computer-Aided Translation*, 13(1 & 2): 29–70.
- Kalverkämper, H. 1978. Die Problematik von Fachsprache und Gemeinsprache. *Sprachwissenschaft*. 4/1978: 406-444.
- Kay, M. 1997. The Proper Place of Men and Machines in Language Translation. *Machine Translation*, 12(1–2): 3–23.
- Kenny, D. (Ed.) 2017. *Human Issues in Translation Technology*. London: Routledge.
- Koponen, D. et al. (Eds.) 2020. *Translation Revision and Post-editing: Industry Practices and Cognitive Processes*. London: Routledge.
- TAUS. (2016). Post-editing. Retrieved 15 March 2017, from <https://www.taus.net/knowledgebase/index.php/Post-editing>

# Completivas de *para* no Português de Moçambique<sup>1</sup>

Víctor Justino

victormerciajustino@gmail.com

*Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique)*

**ABSTRACT:** This paper analyses verb complements, finite and infinitival, introduced by *para* 'for' in Mozambican Portuguese (MP). In the analysed data, on the one hand, there is a tendency already studied and referred to in the literature (Issak 1998, P. Gonçalves 2002, 2010, a.o.), which consists of introducing finite complements to directive verbs by the preposition *para* and, on the other hand, the tendency not yet studied, which consists of introducing corresponding infinitival complements by the same preposition. These results reveal a tendency to standardize the c-selection properties of finite and infinitival complements of directive verbs. Furthermore, they allow to infer that *para* is a true preposition, as an alternative to previous analyses which have shown that *para* is a complementizer (Duarte 2003, Barbosa & Raposo 2013, A. Gonçalves *et al.* 2018) or it is as part of the conjunctive phrase *para que* 'for that' (see Barbosa 2013, for European Portuguese (EP)), and also as part of the complex complementizer *para-que* (see P. Gonçalves 2002, 2005, 2010, for MP). In MP, but not in EP, *para* complements selected by directive verbs can be taken up anaphorically by demonstratives like *isso* 'that' preceded by this preposition. Furthermore, the preposition *para* can also occur when directive verbs are constructed with nominal arguments. These facts favour the assumption that, in PM, the complements to directive verbs, finite and infinitival, introduced by *para*, are oblique complements and the preposition *para* is external to the complement clause/CP.

**KEYWORDS:** Finite Complements; Infinitival Complements; Directive Verbs; Preposition *para* 'for'.

**RESUMO:** Este trabalho analisa completivas de verbos introduzidas por *para* no português de Moçambique (PM). Nos dados analisados, verifica-se, por um lado, a tendência, já estudada e referida na bibliografia específica (Issak 1998, P. Gonçalves 2002, 2010, e.o.), que consiste em introduzir pela preposição *para* completivas finitas de verbos diretivos, e, por outro, a tendência, ainda não estudada, que consiste em introduzir por essa mesma preposição completivas não finitas correspondentes. Estes resultados revelam que existe uma tendência para uniformizar as propriedades de seleção categorial dos verbos diretivos, na complementação frásica. Além disso,

---

<sup>1</sup> Agradeço a Perpétua Gonçalves e a Augusto Soares a leitura da versão anterior deste texto e os comentários e sugestões que permitiram melhorar essa versão. Agradeço ainda aos dois revisores anónimos as críticas e sugestões e espero ter conseguido integrá-las devidamente; todos os erros são da minha responsabilidade.

permitem inferir que *para* é uma verdadeira preposição, em alternativa às análises de que é um complementador (Duarte 2003, Barbosa & Raposo 2013, A. Gonçalves *et al.* 2018) ou como parte da locução conjuncional *para que* (cf. Barbosa 2013 para o português europeu (PE)) ou como parte de um complementador complexo *para-que* (cf. P. Gonçalves 2002, 2005 ou 2010 para o PM). No PM, mas não no PE, completivas de *para* selecionadas por verbos diretivos podem ser retomadas anaforicamente por demonstrativos como *isso* precedida dessa preposição. Além disso, a preposição *para* pode igualmente ocorrer, quando verbos diretivos se constroem com argumentos internos nominais. Factos que efetivamente favorecem a assunção de que, no PM, completivas de verbos diretivos, finitas e não finitas, introduzidas por *para*, são complementos oblíquos e que a preposição *para* é externa à oração completiva/CP.

PALAVRAS-CHAVE: Completivas finitas; Completivas não finitas; Verbos diretivos; Preposição *para*.

## 1. Introdução

O Português de Moçambique (PM) é uma variedade do português, distinta do Português Europeu (PE), e, de acordo com os dados do Censo 2017, falada por mais de metade da população moçambicana, como L1 (16,5%) ou como L2 (41,6%) (Chimbutane *et al.* (no prelo)). Para além do português, que é a língua oficial, são faladas mais de vinte línguas bantu. Assim, na emergência e formação desta variedade do português, há que considerar o multilinguismo que decorre do contacto com as línguas bantu e uma 'espécie' de multilinguismo denominado *competências múltiplas*, que se manifesta através da alternância entre formas e estruturas do PE e formas e estruturas do PM (P. Gonçalves 2010, 2016).

O objetivo deste artigo é descrever completivas selecionadas por verbos que têm sentido diretivo, no PM. Para tal, recorreu-se essencialmente a dados extraídos do Dicionário de Regência de Verbos do PM (DRVPM) (P. Gonçalves & Justino (s/d)) e, adicionalmente, a dados de Moçambique extraídos do Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. O DRVPM é uma base de dados constituída por verbos e frases, respetivas. As frases ilustram as propriedades de regência dos verbos distintas do PE padrão, estabelecido oficialmente como referência em Moçambique. Relativamente às completivas de verbos diretivos, a análise dos dados mostra que há uma tendência para introduzir completivas destes verbos, finitas e não finitas, pela preposição *para*. Estes resultados indicam que, no PM, existe uma tendência para a uniformização das propriedades de seleção categorial dos verbos

diretivos, na complementação frásica. Por outro lado, com base noutros argumentos empíricos a serem aqui apresentados, defende-se que *para* tem o estatuto de uma verdadeira preposição e que é externa à oração completiva. Estudos anteriores sobre o PM (P. Gonçalves 2002, 2005, 2010, e.o.) defendem que a preposição *para* é reanalisada como parte de um complementador complexo *para-que*. Já no PE, a preposição *para* tem sido analisada quer como uma conjunção *que*, juntamente com o complementador *que*, forma a locução conjuncional *para que* (Barbosa 2013: 1863), quer como um complementador, nas completivas não finitas selecionadas por alguns verbos declarativos (por exemplo, *dizer ou pedir*) (Duarte 2003, Barbosa & Raposo 2013 A. Gonçalves *et al.* 2018).

O presente artigo está organizado da seguinte maneira: em 2, a natureza dos dados e a metodologia de recolha e análise dos dados serão apresentados; em 3, sintetiza-se a literatura já disponível sobre as propriedades de regência de completivas objeto direto (OD) e oblíquas (OBL), do PE e PM; em 4, apresentam-se os resultados da análise dos dados, bem como os factos linguísticos que sustentam as seguintes hipóteses: (i) existe no PM uma tendência para uniformizar as propriedades de seleção categorial dos verbos diretivos e (ii), nas completivas de *para* do PM, *para* é uma verdadeira preposição; em 5, as conclusões principais deste artigo serão expostas.

## 2. Natureza dos dados e metodologia

Os dados que suportam a presente investigação foram essencialmente extraídos do DRVPM (P. Gonçalves & Justino (s/d)). Adicionalmente, considerou-se pontualmente dados do PM e PE extraídos do CRPC.

O DRVPM "insere-se numa linha de pesquisa qualitativa, contendo apenas dados de observação, orais e escritos, recolhidos em diferentes fontes a partir de 1986, nomeadamente (i) meios de informação moçambicanos (jornais, revistas, televisão); (ii) *corpora* incluídos em estudos sobre esta área do PM; e (iii) produções espontâneas de falantes moçambicanos, numa variada gama de situações." (P. Gonçalves 2020: 61). Esta base de dados é constituída por 413 verbos e 1221 frases, respetivas.<sup>2</sup> No DRVPM, as alterações que atingem a regência de orações completivas estão amplamente documentadas, fornecendo evidências sobre fenómenos já estudados e

---

<sup>2</sup> Cf. a versão do DRVPM publicada em <https://catedra.itcom.co.mz/drvpm> e consultada em 24/03/2023.

outros fenómenos e propriedades de regência que ainda não foram objeto de investigação. Quanto aos fenómenos já estudados, destaca-se a regência de orações completivas pelas preposições *de* e *para* (Issak 1998, P. Gonçalves 2002, 2010, 2013, e.o.):

- (1) a. Ele disse *de* que a Maria está cansada.  
b. O chefe pediu *para* que retomassem o trabalho.

Quanto a fenómenos até agora não descritos, destaca-se a regência, por diferentes preposições (*a*, *para*, *de* e *em*), de completivas não finitas que, no PE, não são preposicionadas:<sup>3</sup>

- (2) a. A organização propõe-se *a* mobilizar a mulher.  
b. Agora o município já não manda os camiões *para* recolher o lixo.

Como já referido, o objeto de estudo deste trabalho são completivas, finitas e não finitas, regidas pela preposição *para*, motivado, por um lado, pela ocorrência desta preposição num número significativo de verbos, 39 dos 73 verbos que, no DRVPM, selecionam complementos frásicos, e, por outro, pela necessidade de "preencher uma lacuna importante na descrição da regência de complementos frásicos, já que os estudos já realizados sobre este tópico tomam como base apenas complementos frásicos finitos" (P. Gonçalves 2020: 72). Para a obtenção dos dados relevantes, extraíram-se manualmente do DRVPM os contextos de ocorrência de completivas antecedidas de *para*. Examinado os dados obtidos, constatou-se: a ocorrência, num mesmo verbo, de completivas finitas e não finitas e, noutros, apenas de completivas finitas ou de apenas não finitas regidas por *para*. No quadro, a seguir, apresenta-se a lista de verbos que ilustram estas constatações.

---

<sup>3</sup> Refira-se, no entanto, que as preposições mais usadas são *para* e *a*. As restantes ocorrem de forma residual: *de*, com 2 verbos, e *em*, com 3 verbos.

QUADRO 1 - Lista de verbos que seleccionam completivas de *para* no DRVPM

Verbos com completivas finitas e não finitas	Verbos só com completivas finitas	Verbos só com completivas não finitas
autorizar, convidar, dizer, informar, mandar, ordenar, pedir, propor, recomendar, solicitar e sugerir	agradecer, apelar, exigir, instruir, orientar, planificar, rogar e suplicar	aconselhar, admitir, confiar, convencer, combinar, comunicar, desejar, empenhar, encarregar, explicar, exortar, falar, incentivar, informar, implorar, instar, obrigar, requerer, reiterar, tentar e visar

Uma vez que as intuições do investigador, enquanto falante nativo do PML1, apontavam para a possibilidade de a maioria dos verbos do DRVPM, no quadro 1, poder seleccionar quer completivas finitas quer não finitas regidas pela preposição *para*, recorreu-se também a dados de Moçambique do CRPC. Neste *corpus*, foi possível identificar a contraparte não finita de verbos da segunda coluna do quadro 1, de que *orientar* é um exemplo (3), e a finita, para a maioria dos verbos da terceira coluna (cf. *aconselhar* em (4)).

- (3) A situação em relação aos animais selvagens é preocupante, uma vez que a direcção não pode *orientar* os camponeses *para* os abater, por serem protegidos pela lei. (PM, CRPC)
- (4) Ainda sobre este facto este mesmo casal que pratica o sexo antes do casamento, sempre *aconselha* aos filhos *para que* não o pratique antes. (PM, CRPC)

Ficaram excluídos da análise os verbos *agradecer* e *planificar*, por não termos encontrado no CRPC atestações com completivas não finitas regidas por *para*, e os verbos *admitir*, *confiar*, *combinar*, *comunicar*, *empenhar*, *encarregar*, *falar* e *visar*, por não estar atestado no *corpus* que podem seleccionar completivas finitas de *para*. Do ponto de vista sintático-

semântico, estes verbos foram excluídos por não codificarem uma atitude relacionada com um ato de fala diretivo e ainda por alguns dos verbos (e.g., *admitir, comunicar, falar, combinar e explicar*) não exigirem o conjuntivo no verbo da completiva, uma vez que, com base nos trabalhos de Issak (1998), P. Gonçalves & Maciel (1998), P. Gonçalves (2010), se mostrou que a tendência do PM para marcar completivas finitas por preposições *de* e *para* está relacionada com a atribuição do conteúdo semântico do complementador *que*: a preposição *para* é associada ao modo conjuntivo e a preposição *de*, ao indicativo.

Tendo em conta a natureza dos dados deste estudo: dados de observação, optou-se por uma pesquisa *qualitativa* (Larsen-Freeman & Long 1991, Mönnink 1999). Concretamente, um estudo pré-teórico, por ter essencialmente consistido em inferir indutivamente generalizações descritivas e encontrar hipóteses explicativas para a regência de completivas verbais pela preposição *para*, no PM.

### 3. Revisão bibliográfica

Da observação empírica dos dados do PM, constata-se que os verbos que admitem tanto completivas finitas como completivas não finitas, regidas por *para*, são verbos que têm (ou foram usados com) sentido diretivo. Neste trabalho, entende-se por diretivos os verbos que “designam atos de fala que representam ordens ou pedidos” (Barbosa & Raposo 2013: 1929). Tendo em conta a atitude relacionada com o ato de fala codificado por cada verbo e a relação gramatical da completiva (OD ou OBL), assumiu-se subdividir os verbos diretivos, apresentados no quadro 1, em duas subclasses:<sup>4</sup>

Diretivos que denotam uma ordem (ou simplesmente *declarativos de ordem*): *dizer, insistir, rogar, implorar, mandar, ordenar, pedir, solicitar, sugerir, suplicar*, etc.

Diretivos que denotam um incitamento: *aconselhar, apelar, autorizar, convencer, convidar, exortar, incentivar, instar, obrigar, propor*, etc.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Nestas subclasses, considerou-se a relação gramatical da completiva verbal, de acordo com o PE. Os verbos *declarativos de ordem* selecionam uma completiva OD e os *diretivos que denotam um incitamento*, uma completiva OBL tipicamente regida pela preposição *a* (cf. Barbosa e Raposo 2013: 1934).

<sup>5</sup> Os verbos *autorizar* e *obrigar* não denotam necessariamente um incitamento. Entretanto, foram incluídos neste grupo, e não no dos diretivos de ordem, por selecionarem uma completiva OBL.

No PE padrão, a completiva de verbos declarativos de ordem não é introduzida por qualquer preposição (Duarte 2003, Barbosa 2013, e.o.). É introduzida por *que*, quando a completiva é finita:

- (5) a. O João *disse* à Maria [*que* viesse à festa].  
b. A Maria *pediu/exigiu* ao Pedro [*que* se demitisse].  
(Barbosa 2013: 1863)

Quando a completiva é não finita, é introduzida por um elemento sem realização lexical (6) ou pela forma *para* com apenas alguns verbos declarativos (7).

- (6) a. Os funcionários *exigiram* (ao patrão) [ $\emptyset$  sair mais cedo].  
(Barbosa & Raposo 2013: 1863)  
b. Ele *mandou* as crianças [ $\emptyset$  sair do quarto].
- (7) a. Os pais *disseram* aos miúdos [*para* vir(em) para casa cedo]. (Duarte 2003: 621)  
b. Os jornalistas *pediram* ao chefe de redacção [*para* mandar um repórter ao Médio Oriente]. (Duarte 2003: 621)

De acordo com os estudos sobre o PE (Duarte 2000, 2003; Barbosa & Raposo 2013, e.o.), a forma *para* que introduz as completivas não finitas selecionadas por *dizer*, *implorar*, *insistir*, *pedir*, *rogar* e *solicitar* tem o estatuto de complementador. Os factos que motivaram esta conclusão são essencialmente os seguintes:

Nas completivas finitas correspondentes, *para* não pode coocorrer com o complementador *que* (Duarte 2000, 2003):

- (8) a. \*Os pais *disseram* aos miúdos [*para* que viessem para casa cedo]. (Duarte 2003: 622)  
b. \*Os jornalistas *pediram* ao chefe de redacção [*para* que mandasse um repórter ao Médio Oriente]. (Duarte 2003: 622)

Impossibilidade de retomar anaforicamente as completivas pela forma tónica de um dos pronomes demonstrativos neutros (mais comumente *isso*) precedidas de *para*:

- (9) a. \*Os pais disseram aos miúdos para *isso*.  
(*isso* = vir(em) para casa cedo.). (Duarte 2003: 622)  
b. \* Os jornalistas pediram ao chefe da redacção para *isso*.  
(*isso* = mandar um repórter ao medio oriente). (Duarte 2003: 622)

No PE, a única forma de pronominalizar as completivas desses verbos é substituir toda a sequência que inclui *para* e a completiva por um pronome com a função de OD, como demonstrado em (10):

- (10) a. Os pais disseram-*no* aos miúdos.  
(*no* = para vir(em) para casa cedo.). (Duarte 2003:622)  
b. Os jornalistas pediram *isso* ao chefe da redacção.  
(*isso* = para mandar um repórter ao medio oriente).

Em suma, apesar de a completiva não finita selecionada por *dizer*, *implorar*, *insistir*, *pedir*, *rogar* e *solicitar* ser introduzida por *para*, tem a relação gramatical de OD, e não uma relação de OBL (Duarte 2003, Barbosa 2013 e Barbosa & Raposo 2013).

No entanto, segundo Barbosa (2013: 1862), não é raro encontrarem-se exemplos em que *para* coocorre com o complementar *que* em completivas finitas selecionadas pelos verbos *dizer* e *pedir*, conforme atestam os exemplos em (11).

- (11) a. A minha mãe pediu-nos *para que* lhe marcássemos uma consulta. (CRPC, *A. Magalhães, Vampiro*) (Barbosa 2013: 1862)  
b. Não foi isso que eu disse! Aliás escrevi uma carta a director do J. N. em que lhe dizia *para que* ouvisse a gravação. (CRPC, *O Independente*) (Barbosa 2013: 1862)

No PE, não só estão atestadas completivas de *dizer* e *pedir* regidas por *para* (11), mas também completivas de quase todos os verbos declarativos de ordem. A seguir, mencionam-se alguns exemplos extraídos de *corpora*:<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Note-se ainda que, nos *corpora* do PE, é atestada a ocorrência de *para* nas correspondentes não finitas destes verbos:

l. Exigiu ao clube carioca *para* retirar a queixa que instalou na FIFA. (PE, CRPC)

- (12) a. V. Ex.<sup>a</sup> pensa *exigir* ao Governo *para que* se possa pôr em prática este projecto de lei. (PE, *CRPC*)  
b. Uma testemunha ouviu Sandra *implorar para que* Neves não disparasse. (PE, *CRPC*)  
c. O procurador sindicante *solicitou para que* ela pudesse ter um completo esclarecimento. (PE, *CRPC*)  
d. Governo britânico *suplica* aos protestantes *para que* não retaliem. (PE, *CRPC*)

Nestes casos, admite-se, com Barbosa (2013), que apesar de a completiva ser introduzida pela preposição *para*, não é um complemento oblíquo. Não é possível substituir a completiva pelo pronome demonstrativo *isso* regido por *para* (cf. *\*escrevi uma carta ao diretor do JN em que lhe dizia para isso*, de (11a)), mas sim a completiva juntamente com a preposição (cf. *escrevi uma carta ao diretor do JN em que lhe dizia isso*, de (11a)). Deste modo, conclui-se que, em (11) e (12), a forma *para* está contida no interior da oração completiva. Ou seja, *para* não é uma verdadeira preposição, mas sim uma conjunção que, juntamente com o complementador *que*, forma uma locução conjuncional (*para que*) (Barbosa 2013: 1863).

Ao contrário das completivas de verbos declarativos de ordem, as completivas selecionadas por verbos que denotam incitamento são preposicionadas (cf. Duarte 2003, Barbosa 2013).

- (13) a. Os amigos *aconselham/ convidaram/ instaram/ incentivaram* a Maria a [não cantar].  
b. Os amigos *aconselham/ convidaram/ instaram/ incentivaram* a Maria a [que não cantasse].

Nas completivas finitas destes verbos, a preposição precede obrigatoriamente o complementador *que* (13b). E, nesses casos, a não

---

II. O activista indonésio constatou ainda que Xanana "não está a implorar para ser libertado (PE, *CRPC*)

III. O Papa suplicou a todos os homens de boa vontade *para* não se cansarem de ajudar estas populações lançadas na estrada do êxodo e deixadas na miséria. (PE, *CRPC*)

Considerando que o uso de *para* está a sobregeneraliza-se a verbos que, do ponto de vista do PE padrão, são introduzidos por um elemento sem realização lexical, como *exigire suplicar*, deduz-se que, no PE, poderá haver um fenómeno de mudança linguística.

regência da completiva pela preposição respetiva origina, no PE, sequências agramaticais:

- (14) a. \*Os amigos *aconselharam/ convidaram/ instaram/ incentivaram* a Maria [que não cantasse].  
b. \*Os amigos *aconselharam/ convidaram/ instaram/ incentivaram* a Maria [não cantar].

As completivas seleccionadas por verbos que denotam um incitamento (e.g., *aconselhar, convidar, instar, incentivar, forçar* ou *persuadir*) podem ser retomadas anaforicamente por *isso*, precedidas da preposição respetiva:

- (15) Os amigos *aconselharam/ convidaram/ instaram / incentivaram* a Maria *a isso*.  
(isso = não cantar/que não cantasse)

Outro facto que sugere que, nestes casos, a completiva é OBL e que a preposição é externa à oração completiva é a possibilidade de ocorrência da preposição, quando os complementos desses verbos são sintagmas nominais. Os exemplos seguintes, extraídos de *corpora* do PE, ilustram este facto.

- (16) a. Governo entendeu dever *aconselhar* o Sr. Presidente da República *à* não promulgação... (PE, *CRPC*)  
b. O veterano Walter Laqueur *convidava* os europeus *a* um exercício de imaginação. (PE, *CRPC*)  
c. Schroeder *instava* os sindicalistas *a* uma cura de realidade. (PE, *CRPC*)  
d. Veio outro colega do Norte e *incentivou-o* *à* luta. (PE, *CRPC*)

Em relação à regência de completivas por verbos no PM, os trabalhos já desenvolvidos tomaram como base apenas as orações finitas (cf. Issak 1998, P. Gonçalves 2002, 2005, 2010, 2013, Guissemo 2002). De acordo com estes estudos, há uma tendência para introduzir pelas preposições *de* e *para* completivas que, no PE, não são preposicionadas. A preposição *de* é usada com verbos que exigem o indicativo na oração

completiva (17a). Por sua vez, a preposição *para* é usada com verbos que exigem o conjuntivo (17b).

- (17) a. Ele *disse / achal vê de* que a Maria *está* cansada.  
b. O chefe *disse / pediu para* que *retomassem* o trabalho.

Para P. Gonçalves (2002, 2005 ou 2010), nestes casos, as preposições *de* e *para* formam, com o complementador *que*, um complementador complexo, conforme a descrição estrutural que, a seguir, se apresenta:

- (18) a. Todo o mundo *vê* [<sub>CP</sub> [<sub>C</sub> *de-que* estamos em paz]]. (P. Gonçalves 2002: 342)  
b. Sugiro [<sub>CP</sub> [<sub>C</sub> *para-que* se mude a lei]]. (P. Gonçalves 2002: 342)

De acordo com (18), o CP (oração completiva) é diretamente selecionado pelos verbos da frase superior (*ver* e *sugeri*), e não pelas preposições *de* e *para*, conservando assim o seu traço de seleção categorial [- CP] (Gonçalves 2010:180). "Um argumento em favor desta descrição estrutural reside no facto de os falantes do PM não produzirem frases em que os complementos não oracionais destes verbos estão realizados como SP" (P. Gonçalves, 2010: 180):

- (19) a. \*Vi [<sub>SP</sub> *de* [um acidente]]. (Cf. Vi [<sub>SN</sub> um acidente].) (P. Gonçalves 2010: 180)  
b. \*Sugeriu [<sub>SP</sub> *para* [uma viagem]]. (Cf. Sugeriu [<sub>SN</sub> uma viagem].) (P. Gonçalves 2010: 180)

Antes de terminar esta secção, importa apresentar alguns resultados do estudo experimental sobre a aquisição de complementos de verbos causativos (que incluem *mandar* que neste estudo é interpretado como diretivo), no PM/L1, por crianças em idade pré-escolar (A. Gonçalves *et al.* 2018). Neste artigo, conclui-se que verbos causativos do PM exibem um padrão inovador: a estrutura [DP XP], onde XP corresponde a um domínio infinitivo, flexionado ou não, introduzido por *para* (20) ou *a* (21).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> De acordo com Augusto Soares (c.p.), estas construções são inovadoras apenas com sentido puramente causativo. O verbo *mandar* teria igualmente um sentido puramente diretivo. Para

- (20) a. ...mandou *os elefantes* para empurrar o carro. (4;5.24)  
(A. Gonçalves *et al.* 2018: 308)  
b. ...mandou *os filhos* para empurrarem o carro. (5;5.18) (A.  
Gonçalves *et al.* 2018: 308)
- (21) A mãe deixou *os porquinhos* a comerem. (4;4.05) (A.  
Gonçalves *et al.* 2018: 308)

Além disso, refere-se que os dados analisados revelaram novas especificidades do PM: "on the one hand, the complementizer *para* also emerges in infinitival complements, besides subjunctive contexts described in Gonçalves and Maciel (1998) and Issak (1998); on the other hand, a new preposition – *a* – is added to the previously noticed ones (*de* and *para*), in the context of infinitival complement clauses" (A. Gonçalves *et al.* 2018: 315).

E, quanto ao estatuto de *para*, conclui-se que é "a complementizer introducing inflected or personal infinitives (the first case is found in both EP and MozP; the latter in MozP) (A. Gonçalves *et al.* 2018: 316).

#### 4. Completivas de *para* no PM: descrição e discussão dos dados

Os dados tomados como base deste estudo revelam que, no PM, a forma *para* é usada para introduzir completivas finitas e as correspondentes não finitas de um mesmo verbo, conforme ilustram os contrastes entre a. e b. de cada exemplo abaixo.

- (22) a. O chefe *pediu para* [que retornassem ao trabalho]. (PM, *DRVPM*)  
b. *Pediu para* [dançar com a afilhada]. (PM, *CRPC*)
- (23) a. Ele *mandou* aos guarda-costas *para* [que fossem avisar os presentes]. (PM, *DRVPM*)  
b. *Mandou* a mulher *para* [arranjar comida]. (PM, *DRVPM*)

---

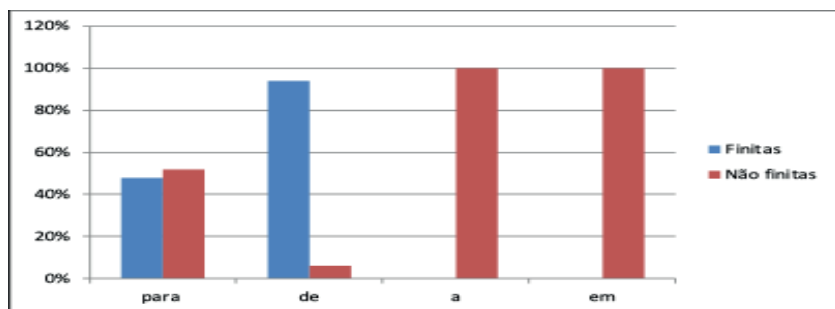
Soares, é possível dizer em PE frases de (20), com a seguinte semântica: (i) *mandar* no sentido de 'enviar' ou num sentido misto de enviar + causativo e (ii) *para empurrar/empurrarem o carro* como uma oração final, e o exemplo de (21), nos seguintes contextos: *Deixar os porquinhos comerem* = não impedir que eles comam. *Deixar os porquinhos a comerem* = sair de junto deles e estes ficarem a comer; "a comerem" é comutável por "comer".

- (24) a. FARP *exortou* aos políticos *para* [que ocupassem o seu espaço]. (PM, *DRVPM*)  
b. Guebuza *exorta* a população *para* [combater a pobreza]. (PM, *DRVPM*)
- (25) a. De Klerk *convidou* os dirigentes negros *para* [que se juntem a ele]. (PM, *DRVPM*)  
b. *Convido* a todos os músicos *para* [nos ajudarem a resolver os problemas]. (PM, *DRVPM*)

Este fenómeno verifica-se de forma sistemática/não marcada em completivas de verbos diretivos cujo objetivo do ato de fala é que o interlocutor realize uma ação: declarativos de ordem (cf. (22) e (23)) e aqueles que denotam um incitamento (cf. (24) e (25)). Por um lado, estes verbos são prospetivos, já que a situação descrita na completiva se localiza num intervalo de tempo posterior àquela em que se localiza a situação descrita na frase superior. Por outro, são, no geral, ditransitivos, por selecionarem, para além da completiva, um complemento nominal, explícito (cf. (23), (24) e (25)) ou implícito (cf. (22)), que é o destinatário do ato diretivo.

A tendência para introduzir por *para* completivas finitas e não finitas sugere que os falantes do PM estão a uniformizar as propriedades de c-seleção de verbos diretivos. Por um lado, os dados quantitativos relativos à regência de completivas, por diferentes preposições no *DRVPM*, parecem confirmar esta hipótese.

GRÁFICO 1 - Completivas finitas e não finitas regidas por preposições no DRVPM.<sup>8</sup>



Como se pode observar, a preposição *para* é a única que ocorre tanto em completivas finitas como em não finitas, numa significativa e equiparável distribuição. O mesmo não se observa com as outras preposições. A preposição *de* é, no geral, usada com completivas finitas, ao passo que *a* e *em* são apenas usadas com completivas não finitas.

Outro argumento em favor da uniformização das propriedades de c-seleção de verbos diretivos é o facto de a preposição *para* ocorrer quando estes verbos são construídos com complementos nominais:

- (26) a. O facto foi dado a conhecer ao "Notícias" por populares na sede do distrito, os quais *pediram* [PP *para* necessidade de instalação de instituições financeiras]. (PM, DRVPM)  
b. Paulo *recomendou* esta população [PP *para* a necessidade de intensificação de acções de construção de represas comunitárias de baixo custo]. (PM, DRVPM)  
c. O município não *manda* os camiões [PP *para* a recolha de lixo]. (PM, DRVPM)  
d. A desgraça *obriga* as mulheres [PP *para* o mercado da prostituição em muitos lugares públicos]. (PM, DRVPM)  
e. *Convido* a quem for eleito [PP *para* um debate público]. (PM, DRVPM)

<sup>8</sup> No gráfico 1, a diferença entre completivas finitas e não finitas com *para* corresponde a *para* que vs. *para*.

O facto ilustrado em (26), bem como o facto de a preposição *para* preceder complementos frásicos com verbos diretivos, conduzem a uma outra hipótese de que, no PM, verbos diretivos exibem propriedades de seleção homogéneas, e que tal poderia ser explicada à luz da mudança interna na estrutura argumental destes verbos. Refira-se que, com base em trabalhos anteriores (Issak 1998, P. Gonçalves 2002, 2010), talvez se possa admitir que, numa fase anterior do PM, estes verbos só seleccionavam a preposição *para* quando fossem construídos com complementos frásicos.

De modo a explicar a tendência para introduzir completivas de verbos diretivos por *para*, é necessário considerar-se o facto de estes verbos exigirem o conjuntivo no verbo da completiva finita. Nestes contextos, é tendência do PM para usar esta preposição, como forma de legitimar o modo verbal (cf. Issak 1998, P. Gonçalves e Maciel 1998, e.o.). Além disso, é de admitir que pode estar-se a sobregeneralizar aos verbos diretivos a forma *para* que, no PE, é, por um lado, usada como complementador que introduz completivas não finitas de alguns verbos declarativos de ordem (veja-se (7)) e, por outro, como preposição, que introduz completivas de verbos que denotam um incitamento (27).

- (27) a. Tadeu, por seu lado, *convida* Eugénia *para* sair. (PE, CRPC)  
b. Os EUA também *instruíram* as autoridades locais *para* localizar as famílias dos refugiados. (PE, CRPC).  
c. O Sr. Garcia Pulido *instou para que* lhe fossem prestadas as informações, há tempos por ele solicitadas refugiados. (PE, CRPC)  
d. Tudo isto nos *incentiva para* que metamos ombros a novas tarefas e todos. (PE, CRPC)

Refira-se que, no geral, os verbos que denotam um incitamento seleccionam no PE completivas regidas pela preposição *a* (cf. Barbosa & Raposo 2013) e que os dados de (27), extraídos de *corpora*, ilustram que *para* é igualmente usada.

Por último, há que considerar o facto de os falantes do PM poderem estar expostos a um *input* do PE que é consistente (cf. (28) a (31)), por se observar, tal como no PM, a tendência para introduzir por *para* completivas finitas e não finitas com verbos diretivos.

- (28) a. V. Ex.<sup>a</sup> pensa *exigir* ao Governo *para que* se possa pôr

- em prática este projecto de lei. (PE, *CRPC*)  
b. *Exigiu* ao clube carioca *para* retirar a queixa que instalou na FIFA. (PE, *CRPC*)
- (29) a. Uma testemunha ouviu Sandra *implorar para que* Neves não disparasse. (PE, *CRPC*)  
b. O activista indonésio constatou ainda que Xanana "não está a *implorar* para ser libertado (PE, *CRPC*)
- (30) a. O Comité *exortou* o Alavês *para que* os seus futebolistas deixem de jogar com publicidade nos calções. (PE, *CRPC*)  
b. O Procurador de Justiça de Chiapas apelou a população para se manter a calma perante o conflito armado e *exortou* os habitantes das zonas ocupadas *para* se manterem afastados das zonas de combate. (PE, *CRPC*)
- (31) a. Governo britânico *suplica* aos protestantes para que não retaliem. (PE, *CRPC*)  
b. O Papa *suplicou* a todos os homens de boa vontade para não se cansarem de ajudar estas populações lançadas na estrada do êxodo e deixadas na miséria. (PE, *CRPC*)

Em relação ao estatuto de *para*, nas completivas seleccionadas por verbos diretivos, defende-se que é no PM uma verdadeira preposição. Relativamente ao PE, mantém-se, apesar de *para* em dados como os de (28) a (31), a reanálise de que é uma locução *para-que* (cf. Barbosa 2013) ou um complementador, porque os argumentos a favor de *para* ser uma preposição só são válidos para o PM. Tais argumentos são os seguintes:

No PM, mas não no PE padrão (Duarte 2000, 2003), a forma *para* coocorre com o complementador *que*, nas completivas finitas de um número significativo de verbos (cf. tabela 1) e de forma não marcada.

TABELA 1 - Verbos que seleccionam complementos finitos regidos por *para*

agradecer, aconselhar, apelar, autorizar, convencer, convidar, comunicar, dizer, exigir, exortar, incentivar, informar, instar, instruir, implorar, mandar, obrigar, ordenar, planificar, pedir, propor, orientar, recomendar, requerer, rogar, solicitar, sugerir e suplicar
---

Outro argumento em favor de *para* ser uma preposição é o facto de no PM, e não no PE, poder-se retomar anaforicamente por *isso* a completiva, finita e não finita, seleccionada por verbos diretivos, precedida de *para*:<sup>9</sup>

- (32) a. O chefe *pediu para* [que retomassem o trabalho]. (PM, *DRVPM*)  
a' \*?O chefe *pediu para isso* (isso = que retomassem o trabalho)
- (33) a. *Rogo para* [que me auxiliem no sentido de conseguir reaver o meu colchão].  
a'. *Rogo para isso* (isso = que me auxiliem no sentido de conseguir reaver o meu colchão).
- (34) a. *Disse para* [pô-la logo ao lume]. (PM, *CRPC*)  
a'. *Disse para isso* (isso = pô-la logo ao lume).
- (35) a. *Mandou a mulher para* [arranjar comida]. (PM, *DRVPM*)  
a'. *Mandou a mulher para isso*. (isso = arranjar comida)
- (36) a. *Convido a todos os músicos para* [nos ajudarem a resolver os problemas]. (PM, *DRVPM*)  
a'. *Convido a todos os músicos para isso*. (isso = nos ajudarem a resolver os problemas).

Note-se adicionalmente que por, no PM, se tratar de uma preposição, com alguns verbos diretivos, a sua ocorrência é obrigatória:

- (37) a. \**Convido a todos os músicos isso*.  
b. \**Mandou a mulher isso*. (Esta frase pode ser aceitável se o sentido for diferente de diretivo, isto é, *Mandar a mulher para isso*).

---

<sup>9</sup> No PE, tem sido defendido que a forma *para* que introduz completivas seleccionadas por verbos declarativos de ordem (e.g., *pedir, dizer, rogar, insistir, solicitar, implorar*) não ocorre enquanto elemento introdutor de complementos nominais (cf. Barbosa & Rodygina 2011: 58):

a. Disseram-me *para* falar com ele.

b. \*Disseram-me *para* isso.

No PM, o facto de (32a') ser estranho ou agramatical (para alguns falantes do PM) aponta para *para* ser um complementador. Considerando, entretanto, a ocorrência de *para* com complementos nominais seleccionados por *pedir* (cf. (38a)), conclui-se que, nas completivas seleccionadas pelos verbos *pedir, para* pode ter um estatuto ambíguo: um *complementador* (com 32a') e uma *preposição* (com dados de 38a).

Por último, defende-se que *para* é uma preposição, porque, ao contrário do PE, alguns dados do PM já apontam para a ocorrência de *para*, quando verbos diretivos se constroem com argumentos internos nominais:<sup>10</sup>

- (38) a. O facto foi dado a conhecer ao "Notícias" por populares na sede do distrito, os quais *pediram para* [necessidade de instalação de instituições financeiras]. (PM, *DRVPM*)

<sup>10</sup> Um dos revisores sugeriu que se explorasse testes adicionais para avaliar o estatuto categorial de 'para', por exemplo a cliticização, na linha de Magro (2005); Barbosa & Rodygina (2011), ou, por hipótese, testes de extração. Quanto à cliticização, os poucos casos relevantes que ocorrem, nos dados analisados, são de próclise (cf. (i)), o que aponta para *para* ter nesses casos o estatuto de complementador.

a. Lembrou da Sara e disse *para* *lhe* escrever. (PM, *CRPC*)

b. Ordenavam aos carros *para se* movimentarem. (PM, *DRVPM*)

c. *Convido* a todos os músicos *para nos* ajudarem a resolver os problemas. (PM, *DRVPM*)

Entretanto, nestes contextos não é seguro concluir-se que, no PM, *para* é interpretado como um complementador por duas razões: a primeira é que se verifica a próclise em contextos em que a completiva é oblíqua, ou seja, *para* é uma verdadeira preposição (cf. exemplos *b* e *c*). A segunda razão tem a ver com o facto de, seguindo Hagemeyer (2016), vários trabalhos sobre o PM destacarem que se privilegia a colocação enclítica com formas verbais simples, mesmo na presença de atratores de próclise; e, em geral, verificar-se muita instabilidade nos padrões de colocação dos clíticos.

Ainda assim, e por falta de dados relevantes, nos *corpora*, para avaliar *para preposição ou complementador*, num inquérito que consistiu em solicitar a 25 informantes, universitários, para colocarem o pronome clítico ou em posição enclítica ou proclítica a forma verbal flexionada de completivas infinitivas com verbos declarativos (*pedir, dizer, solicitar e exortar*), o padrão enclítico é predominante, em 66%, contrariando, deste modo, o que acontece nos dados de observação. No quadro que se segue, apresentam-se os resultados obtidos em cada completiva infinitiva com a forma flexionada:

TABELA 2 - Resultados do inquérito (tarefa de produção provocada)

Estruturas	Próclise	Ênclise
<i>Pedir aos filhos para</i> + infinitivo flexionado	13/52%	12/48%
<i>Dizer aos vereadores para</i> + infinitivo flexionado	8/32%	17/68%
<i>Solicitar aos alunos para</i> + infinitivo flexionado	7/28%	18/72%
<i>Exortar os atletas para</i> + infinitivo flexionado	6/24%	19/76%

Como se pode observar, tanto em contextos em que no PE a próclise é categórica, com os verbos *pedir, dizer e solicitar* (cf. Barbosa & Rodygina 2011), assim como em contextos em que há variação entre a ênclise e próclise, como por exemplo com o verbo *exortar*, no PM há sempre variação, confirmando o que já se disse acima, citando Hagemeyer (2016).

Quanto a testes de extração, deixa-se a sua aplicação às completivas do PM para um trabalho futuro, por a análise e discussão dos seus resultados ultrapassarem os limites deste estudo. Ainda para um trabalho futuro, acolhe-se a sugestão de avaliar a relação entre completivas do PM e orações finais.

- b. Paulo *recomendou* esta população *para* [a necessidade de intensificação de acções de construção de represas comunitárias de baixo custo]. (PM, *DRVPM*)
- c. O município não *manda* os camiões *para* [a recolha de lixo]. (PM, *DRVPM*)
- d. A desgraça *obriga* as mulheres *para* [o mercado da prostituição em muitos lugares públicos]. (PM, *DRVPM*)
- e. *Convido* a quem for eleito *para* [um debate público]. (PM, *DRVPM*)

Portanto, os argumentos empíricos acima expostos demonstram que *para* é externo à oração completiva finita e não finita (CP). Por isso, o CP não é diretamente selecionado por verbos diretivos, mas sim pelo núcleo de PP, conforme o padrão sintático abaixo:

- (39) ...*pedir/ dizer/ implorar/ convidar/ exigir/ exortar*. [(DP ou PP)] [PP [<sub>P'</sub> *para*] [CP]].

Nesse sentido, conclui-se que, no PM, completivas de *para*, finitas e não finitas, selecionadas por verbos diretivos são complementos oblíquos/PP.<sup>11</sup>

## 5. Considerações finais

A presente investigação teve como principal objetivo descrever completivas, finitas e não finitas, selecionadas por verbos diretivos, no PM. A observação e análise de dados extraídos do DRVPM e do CRPC permitem confirmar a tendência do PM para marcar por preposições completivas finitas (Issak 1998, P. Gonçalves 2010 e.o.) e não finitas (A. Gonçalves *et al.* 2018). De um modo mais particular, conclui-se que a preposição *para* é tipicamente usada para introduzir completivas finitas e não finitas selecionadas por verbos diretivos. Desta generalização, deduziu-se a hipótese de que existe uma tendência para a uniformização das propriedades de c-seleção dos verbos diretivos e a hipótese de que *para* é uma verdadeira preposição. A primeira tese foi confirmada com base em dados quantitativos

---

<sup>11</sup> Relativamente ao PE, são OBL apenas as completivas de verbos que denotam incitamento. Apesar da preposição *para* (cf., por exemplos, (28) e (29)), completivas de verbos declarativos de ordem são ODS.

relativos à distribuição de *para* em completivas finitas e não finitas, e pelos dados que apontam para os verbos diretivos exibirem propriedades de seleção homogéneas. De modo a explicar tal hipótese, considerou-se que *para* é usado para legitimar o modo conjuntivo selecionado pelos verbos das orações completivas, na linha de Issak (1998), P. Gonçalves (2010), entre outros, e a sobregeneralização de *para* que ocorre, no PE, nas completivas com verbos diretivos quer como complementador, quer como preposição.

A segunda tese defendida neste artigo é de que *para* que introduz completivas selecionadas por verbos diretivos é uma verdadeira preposição, e não complementador (Duarte 2003, Barbosa & Raposo 2013, A. Gonçalves *et al.* 2018), locução conjuncional *para que* (cf. Barbosa 2013 para o PE) ou complementador complexo *para-que* (cf. P. Gonçalves 2002, 2005 ou 2010 para o PM). Para o efeito, demonstrou-se que *para* é externa à oração completiva. Ou seja, ao contrário do PE, nas completivas finitas com verbos diretivos, *para* pode coocorrer com o complementador *que*, de forma não marcada; completivas de *para* do PM podem ser retomadas anaforicamente por demonstrativos como *isso* precedida dessa preposição (exceto com verbos *dizer* e *pedir* que parece estar num estádio entre *preposição* e *complementador*), e que a preposição *para* pode igualmente ocorrer, quando verbos diretivos se constroem com argumentos internos nominais. Em conclusão, no PM, completivas de verbos diretivos, finitas e não finitas, introduzidas por *para*, são complementos oblíquos, ao passo que, no PE, são, apesar de *para*, ODs, quando selecionados por verbos declarativos de ordem, e OBL, quando selecionados por verbos que denotam incitamento.

Neste artigo, as hipóteses defendidas foram avaliadas e sustentadas por dados de observação e de interfalantes, o que não permitiu discuti-las, analisando se o mesmo falante que usa *para* nas completivas finitas de verbos diretivos também recorre a essa mesma preposição na correspondente não finita destes verbos. Por isso, está-se consciente de que fica em aberto a discussão das hipóteses defendidas neste trabalho, com base numa pesquisa quantitativa em que se considerem dados experimentais de falantes do PM.

## REFERÊNCIAS

- Barbosa, P. (2013). Subordinação argumental finita. In: E. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português* (pp. 1821-1897). Fundação Calouste Gulbenkian.

- Barbosa, P., & Raposo, E. P. (2013). Subordinação verbal infinitiva. In: E. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português* (pp. 1899-1977). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Barbosa, P., & Rodygina, O. (2011). A colocação dos pronomes átonos em orações infinitivas no português europeu. *Diacrítica*, 25 (1), 47-72.
- Chimbutane, F., Langa, D., Lauchande, C., & Lopes, L. (no prelo). *Padrão linguístico de Moçambique: análise dos dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017*. INE.
- Duarte, I. (2000). *Língua portuguesa – instrumentos de análise*. Universidade Aberta.
- Duarte, I. (2003). Subordinação completiva - as orações completivas. In: M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário, & A. Villalva (Eds.), *Gramática do Português* (pp. 593-640). Caminho.
- Larsen-Freeman, D., & Long, M. (1991). *An introduction to second language acquisition research*. Addison Wesley Longman Ltd.
- Gonçalves, A., Santos, A. L., Duarte, I., & Justino, V. (2018). The acquisition of infinitival complements to causative verbs in Mozambican Portuguese. In: A. L. Santos, & A. Gonçalves (Eds.), *Complement clauses in portuguese: adult syntax and acquisition*. John Benjamins Publishing.
- Gonçalves, P. (2002). The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambican African Portuguese. *Second Language Review*, 18 (4), 325-347.
- Gonçalves, P. (2005). Falsos sucessos na aquisição do Português L2: papel da ambiguidade na génese do Português de Moçambique. *Revista da ABRALIN*, 1/2 (4), 47-73.
- Gonçalves, P. (2010). *A génese do português de Moçambique*. Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Gonçalves, P. (2016). Competências múltiplas das novas gerações de falantes de português em Moçambique: Desafios para a teoria e para a planificação linguística. In: R. Teixeira e Silva (Org.), *Contextos de formação de novas gerações de falantes de português no mundo: Perspectivas em política, história, língua e literatura (Coleção Encontros da Língua Portuguesa)* (pp. 97-112). Instituto Politécnico de Santarém.
- Gonçalves, P. (2013). O português em África. In: E. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Orgs.),

- Gramática do Português* (pp. 157-168). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, P. (2020). Dicionário de regência do português de Moçambique: potencialidades para a pesquisa linguística. In: P. Gonçalves, & V. Justino (Orgs.), *Caderno de Pesquisa nº 3: regência verbal no português de Moçambique: exercícios* (pp. 61-75). Imprensa Universitária.
- Gonçalves, P., & Maciel, C. (1998). Estruturas de subordinação na aquisição do português/língua segunda. In: P. Gonçalves (Org.), *Mudanças do português em Moçambique: Aquisição e formato de estruturas de subordinação* (pp. 15-66). Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.
- Gonçalves, P., & Justino, V. (s/d). *Dicionário de Regência de Verbos do Português de Moçambique*. Cátedra de Português. <https://catedraportugues.uem.mz/drvpm>
- Guissem, M. (2002). *A relevância dos factores sociais escolaridade/profissão na variação linguística do português oral de Maputo: O caso dos complementos oracionais seleccionados pelo verbo dizer* [Tese de Mestrado]. Universidade Eduardo Mondlane.
- Hagemeyer, T. (2016). O português em contacto em África. In: A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.), *Manual de Linguística Portuguesa* (pp. 43-67). De Gruyter.
- Issak, A. (1998). Estruturas de complementação verbal do português de Moçambique. In: P. Gonçalves (Org.), *Mudanças do português em Moçambique: Aquisição e formato de estruturas de subordinação* (pp. 67-110). Universidade Eduardo Mondlane e Livraria Universitária.
- Magro, C. (2005). Introdutores de Orações Infinitivas. O que diz a sintaxe dos clíticos. In: *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 649-664). Lisboa.
- Mönnink, I. (1999). Combining corpus and experimental data. *Internacional Journal of Corpus Linguistics*, 4 (1), 77-111.

# Concatenação de afixos em Bantu: algumas leituras a partir da Fonologia Lexical<sup>1</sup>

Vasco Magona

vasco.sande@uem.mz

*Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane  
(Moçambique)*

Francelino Wilson

fradwilson2@gmail.com

*Faculdade de Letras Ciências Sociais e Humanidades da Universidade  
Púnguè (Moçambique)*

**ABSTRACT:** Bantu languages from Mozambique exhibit a grammatical behavior distinct from Portuguese, from which they coexist. Noun morphology is one of the domains that offers notable differences in functioning between these languages. The object of this work is the affixes in Bantu, i.e., noun prefixes, suffixes and locative circumfixes of Ciyaawo (P21), Xichangana (S53) and Emakhuwa (P31) languages, (Ciyaawo and Emakhuwa) spoken in the North and (Xichangana) in the South of the country. Based on the theoretical support of standard Lexical Phonology (Kiparsky 1982 and Mohanan 1982) and the Booij & Rubach (1987) model, we seek to understand the behavior of morphemes that are linked to nominal themes and, with that, determine the occurrence of morphophonological processes and constraints arising from the interweaving between morphology and phonology. The data analyzed were obtained from a personal database built through instruments for collecting basic vocabulary from the *Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas* (NELIMO), applied to higher education students, between 2013 and 2017 on one hand, and from two secondary sources (Langa 2012 and Ngunga 2014), on the other hand. The research results seem to confirm the existence of two components of the lexicon, namely, *a.* the cyclic – where morphological rules act, and *b.* the post-cyclic – where phonological rules operate, as proposed by Booij & Rubach (1987).

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso de Doutoramento em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o apoio da FCG - Fundação Calouste Gulbenkian (Portugal) através das Bolsas de Doutoramento: FCG n.º 246632 (Vasco Magona) e FCG n.º 234957 (Francelino Wilson). Agradecemos, do mesmo modo, aos revisores anónimos e ao Eugénio Quembo, este último por nos ter auxiliado na revisão do abstract, cujas contribuições permitiram o aperfeiçoamento da construção textual. Todavia, total responsabilidade sobre as análises aqui desenvolvidas são imputadas unicamente aos autores.

**KEYWORDS:** Affixes, lexical phonology, Bantu languages, Ciyaawo, Xichangana, Emakhuwa.

**RESUMO:** As línguas Bantu de Moçambique exibem um comportamento gramatical distinto do português, com quem convivem. A morfologia nominal é um dos domínios que oferece diferenças notáveis de funcionamento entre essas línguas. Este trabalho tem por objeto os afixos em Bantu, i.e., prefixos nominais, sufixos e circunfixos locativos das línguas ciyaawo (P21), xichangana (S53) e emakhuwa (P31), faladas no Norte (caso de ciyaawo e emakhuwa) e Sul (xichangana) do país. A partir do aporte teórico da Fonologia Lexical clássica (Kiparsky 1982 e Mohanan 1982) e do modelo de Booij & Rubach (1987), procura-se compreender o comportamento de morfemas que se ligam a temas nominais e, com isso, determinar a ocorrência de processos e restrições morfofonológicas decorrentes do entrelaçamento entre a morfologia e a fonologia. Os dados analisados foram obtidos de uma base de dados pessoal construída através de instrumentos de recolha de vocabulário básico do Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas (NELIMO), aplicados a estudantes do ensino superior, entre os anos de 2013 e 2017, por um lado, e de duas fontes secundárias (Langa 2012 e Ngunga 2014), por outro. Os resultados da pesquisa parecem confirmar a existência de dois componentes do léxico, designadamente, *a.* o cíclico – aonde atuam regras morfológicas, e *b.* o pós-cíclico – aonde atuam regras fonológicas, tal como proposto por Booij & Rubach (1987).

**PALAVRAS-CHAVE:** Afixos; Fonologia Lexical; Línguas Bantu; Ciyaawo; Xichangana; Emakhuwa.

## 1. Introdução

As línguas do grupo Bantu manifestam valores gramaticais que as distinguem das outras famílias ou (grupos de) línguas. Tomando de exemplo a inversão locativa, que lhes é peculiar (Avelar & Cyrino 2008, Bresnan 1994), distinguem-se as línguas Bantu (LBs) do português por admitirem com naturalidade estruturas desta natureza (cf. (1)), ao passo que o português não (cf. (2)), salvo por influência daquelas, em zonas de contacto, como são os casos, por hipótese, de algumas variedades do Brasil<sup>2</sup> (cf. (3)) e de Moçambique (cf. (4)) (Avelar & Cyrino 2008, Gonçalves & Chimbutane 2004). Aplicada ao inglês, a inversão locativa mostra semelhanças desta língua com as do grupo Bantu, todavia o alinhamento de papéis com categorias sintáticas reflete uma profunda diferença tipológica entre si, sendo que as LBs categorizam locativos em um sistema de classes de género, ao

---

<sup>2</sup> “[...] diferentemente das demais línguas românicas, o PB admite inversão locativa em sentenças construídas com verbos inergativos e transitivos, similarmente ao observado em línguas como o setswana e o kinyarwanda” (Avelar & Cyrino 2008: 61).

passo que o inglês, em um sistema abstrato de casos (Bresnan 1994). Neste artigo, em particular, interessa-nos explorar como é feita a combinação de morfemas em ciyaawo (P21), xichangana (S53) e emakhuwa (P31), línguas Bantu faladas em Moçambique<sup>3</sup>.

(1) Cicewa

a. *ku-mu-dzi*                      *ku-na-bwér-á*                      *-lendô-wo*  
17-3-aldeia                      SC17-PSS-vir-FV                      2-visitas-aquelas  
'Na aldeia apareceram aquelas visitas.'

b. *m-mi-têngo*                      *mw-a-khal-a*                      *a-nyani*  
18-4-árvore                      SC18-PERF-sentar-FV                      2-babuínos  
'Na árvore sentaram babuínos.'

(Bresnan & Kanerva 1989 *apud* Avelar & Cyrino 2008: 59)

(2) Português Europeu

- a. Vende livros.  
b. \**Naquela loja* vende livros.

(Avelar & Cyrino 2008)

(3) Português do Brasil

- a. *Naquela quarto* dormiu várias pessoas.  
b. *Na casa da Maria* dorme cedo.  
c. *Naquela fábrica* trabalha muitos amigos meus.

(Avelar & Cyrino 2008)

(4) Português de Moçambique

- a. *Em casa dele* é aqui em frente.  
b. *Na nossa zona* era fértil.  
c. *Na igreja* é pequeno.

(Gonçalves & Chimbutane 2004)

O enfoque deste estudo, como acima referido, recai sobre os afixos em Bantu, nomeadamente, prefixos nominais (Bleek 1856), sufixos e

---

<sup>3</sup> A disposição das línguas neste artigo tem a ver unicamente com a sequência dos dados aqui analisados, excluindo-se eventuais fatores de outra natureza. E, a escolha das línguas, por conveniência dos investigadores, tendo eles, respetivamente, ciyaawo e emakhuwa como língua materna.

circunfixos locativos. Com isto pretendemos analisar o comportamento morfofonológico dos morfemas de:

- a. nomes das classes 9 e 10 (lu-/N-), em ciyaawo;
- b. nomes das classes 5 e 6 (ri-/ma-) e sufixo *-ine/-ini*, em changana; e
- c. nomes das classes 3, 4, 7, 8 e os circunfixos formados pela estrutura *o-...-ini*, em emakhuwa (ver ainda as secções 3 e 5).

Com o mesmo fim, baseamo-nos na Fonologia Lexical (doravante FL) de Kiparsky (1982) e Mohanan (1982) (cf. 4.1), fundamentada no modelo de Booij & Rubach (1987) (cf. 4.2).

Os dados observados foram retirados de três fontes, sendo duas secundárias – Langa (2012) e Ngunga (2014) –, e outra primária. Esta última, trata-se de uma base de dados pessoal composta por pouco mais de 4 mil palavras de diferentes línguas moçambicanas faladas na espessura do território moçambicano. A referida base foi construída pelo primeiro autor no período compreendido entre 2013 e 2017. A recolha da informação original foi feita no âmbito da lecionação da disciplina de Linguística Descritiva das Línguas Bantu oferecida nos cursos de licenciatura em Ensino de Línguas Bantu, Linguística, Literatura Moçambicana e Desenvolvimento e Educação de Infância, na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo.

A obtenção dos dados foi mediante o preenchimento do inventário de levantamento de vocabulário básico do Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas (NELIMO), instrumento usado para construir *corpus* das línguas africanas faladas em Moçambique. No caso em apresso, o questionário foi preenchido por aproximadamente 600 alunos dos cursos supracitados. Além da técnica de inquérito por questionário e do método filológico usados para a recolha dos dados, a introspeção linguística foi relevante para a análise oferecida. Portanto, na apresentação e discussão dos resultados apelamos nossa intuição linguística, enquanto falantes de ciyaawo e de emakhuwa como línguas maternas.

Tem importância realçar que, no ato do preenchimento do inventário de levantamento de vocabulário básico, os participantes foram pedidos um consentimento informado que autoriza o uso da informação disponibilizada. Todavia, salvaguarda-se a identidade de cada informante envolvido neste processo, usando-se os dados unicamente para efeitos de estudo. Neste quadro, todos os dados recolhidos foram agrupados e catalogados de forma anónima. Além disso, seu tratamento foi feito em

observância aos procedimentos das práticas costumeiras vigentes em Moçambique (Chimbutane 2009), que dizem respeito à confidencialidade. Esta opção foi tomada porque, até onde sabemos, em Moçambique não existe uma comissão de ética especializada em questões ligadas aos estudos linguísticos.

Excluindo a presente nota introdutória, e a secção de fecho, onde retomamos os pontos essenciais do estudo, o artigo comporta quatro secções. Em 2, damos conta das línguas objeto de observação. Na secção 3, resumimos o funcionamento da morfologia nominal das línguas Bantu<sup>4</sup>. Em 4, convocamos os constructos basilares da FL, focando-se na apresentação dos fundamentos do modelo clássico e da proposta de Booij & Rubach (1987), que se mostrou consentânea à linha argumentativa da nossa reflexão. Em 5, apresentamos o cerne do estudo proposto.

## 2. Sobre o ciyaawo, xichangana e emakhuwa

As línguas yaawo (P21), changana (S53) e makhuwa (P31), conforme a classificação de Guthrie (1967), pertencem à “subfamília Níger-Congo da família Congo-Kordofaniana” (Ngunga 2014: 33). Estes idiomas são falados predominantemente nas regiões Austral e Oriental da África subsaariana.

Estima-se que ciyaawo seja falado por três milhões de pessoas vivendo em Moçambique, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué (Taji 2014). Deste número, 454.185 falantes encontram-se em Moçambique (INE 2019). O idioma agrega quatro variantes dialetais, nomeadamente, amakaale, amasaniinga, amaciinga e acinacikonono (Ngunga, Manuel, Langa, Machungo & da Câmara 2022: 89). Esta língua é usada no sistema educativo em dois países, designadamente, Moçambique e Malawi. Nesse sentido, para efeitos de produção de manuais didáticos, Sanderson (1922) recomenda que se use a variante de Chiconono, no Niassa, i. e., acinacikonono, como ponto de referência, visto ser a variedade central, do ponto de vista geográfico, e parece preservar os étimos da língua.

Xichangana é também um idioma transfronteiriço, falado em Moçambique, Zimbabué e na província de Transval, na África do Sul. Não se conhece o número total da população falante da língua nos três países,

---

<sup>4</sup> Cabe realçar que as línguas do grupo Bantu oferecem um fértil campo de morfologia (Bostoen & Van de Velde 2019). Mesmo cientes disto, na secção em que nos dedicamos à apresentação deste aspeto não se explora o tópico em profundidade. Na verdade, uma discussão detalhada da morfologia nominal em Bantu não caberia em um texto da dimensão do que o leitor tem em mãos.

entretanto, em Moçambique, conta com cerca de 1.926.879 falantes (INE 2019, Ngunga *et al.* 2022). As suas variantes dialetais incluem xihlanganu; xidzonga, xin'walungu, xibila e xihlengwe (Ngunga & Faquir 2011). Destas, xidzonga é tomada como a variedade de referência, para efeitos de normalização linguística, inclusive a produção de manuais escolares e o uso em sala de aulas.

Emakhuwa é predominantemente falado em Moçambique, onde a variedade central é designada emakhuwana (Maho 2009). Ainda assim, trata-se de um idioma com falantes dispersos entre o Malawi e a República Unida da Tanzânia (Bernardo 2017, Kisseberth & Cassimjee 2009, Reilly 2016, 2019, Taylor 2020). Também se acredita que tenha enclaves no nordeste de Madagáscar e em outros territórios insulares, a exemplo das ilhas Comores, Seychelles e Maurícias (cf. Bernardo 2017, Kisseberth & Cassimjee 2009, Reilly 2016, 2019, Taylor 2020). A língua agrega um universo populacional estimado em dez milhões de falantes (cf. Kisseberth & Cassimjee 2009), destes, cerca de 5.866.643 pessoas encontram-se em Moçambique (INE 2019, Ngunga *et al.* 2022), o que lhe confere o estatuto de língua mais falada no país. Por outro lado, parece consensual apontar-se para emakhuwana, enahara, esaaka, emarevoni, emeetto e exirima como sendo as variantes dialetais atestadas.

### 3. Algumas notas sobre a morfologia nominal em Bantu

Como amplamente documentado (e.o., Bleek 1856, 1862, Guthrie 1967, Meinhof 1906, Maho 2003), “uma das características fundamentais das línguas bantu reside na morfologia do nome cuja estrutura chamou atenção dos estudiosos que muito cedo observaram a organização rigorosa destes em agrupamentos chamados classes (nominais) marcadas através de prefixos” (Ngunga 2002: 67). Nestas línguas, o nome é composto de duas partes fundamentais, designadamente: *a.* um *prefixo (nominal)* – pode ser qualquer coisa, inclusive o morfema zero, e *b.* um *tema nominal*<sup>5</sup> – a parte irredutível

---

<sup>5</sup> Como nos sugere um revisor deste artigo, mostra-se necessário uma elaboração um pouco demorada à volta da noção de *tema nominal* aqui empregue por, entre outras, mostrar-se diferente do português, onde se distingue da raiz. De acordo com o revisor, “talvez falte explicitar a diferença entre tema e raiz nessas línguas, para melhor compreensão da análise”.

Em consonância com a literatura de base (e.o., Ngunga 2002, Siteo 1996), *tema nominal* é uma noção empregue em morfologia nominal Bantu para designar a componente morfológica que não muda e aonde se afixa o prefixo (nominal) para juntos formarem um nome (e.g., de (5), *Kí* Prefixo (Nominal) + *kapu* Tema Nominal = *Ki-kapu* Nome; *Vi* Prefixo (Nominal) + *kapu* Tema Nominal = *Vi-kapu* Nome). Dito desta forma, o nome em Bantu ostenta uma morfologia distinta do português, pelo que o conceito não coincide com o aplicado às línguas românicas. Em

do nome (Ngunga 2002, Siteo 1996). O conjunto de nomes com o mesmo prefixo e/ou padrão de concordância chama-se classe nominal (Guthrie 1967: 13). Por prefixo de concordância, entende-se qualquer elemento prefixado que serve para desencadear o sistema de concordância gramatical (Guthrie, *ibidem*), conforme ilustrado em (5).

(5) Swahili

- |    |                              |                         |                       |   |
|----|------------------------------|-------------------------|-----------------------|---|
| a. | <i>Ki-kapu</i>               | <i>ki-kubwa</i>         | <i>ki-moja</i>        | <i>ki-li-anguk-a</i>                      |
|    | 7-cesto                      | PN <sub>7</sub> -grande | PN <sub>7</sub> -um   | MS <sub>7</sub> -PSS-cair-FV              |
|    | 'Um cesto grande caiu'       |                         |                       |   |
| b. | <i>Vi-kapu</i>               | <i>vi-kubwa</i>         | <i>vi-tatu</i>        | <i>vi-li-anguk-a</i>                      |
|    | 8-cesto                      | PN <sub>8</sub> -grande | PN <sub>8</sub> -três | MS <sub>8</sub> -PSS-cair-FV <sup>6</sup> |
|    | 'Três cestos grandes caíram' |                         |                       |   |

(Walmers 1973 *apud* Van de Velde 2019: 238)

Na mesma linha de reflexão, Dimande & Chimbutane (2022: 876), em referência a Siteo (2011), revelam que “os nomes podem estar agrupados em géneros, termo que, não estando relacionado com a distinção de sexos, designa as séries constituídas de temas nominais idênticos, ligados a diversos prefixos”. Os géneros gramaticais distinguem-se em três tipos. O primeiro grupo é considerado como sendo de uma classe, ou seja, em Bantu, quando uma classe nominal não tem a sua contraparte para fazer a oposição singular/plural chama-se de género gramatical de uma classe (e.g., *usva* ‘xima/massa de farinha’, em xichangana); o segundo tipo é rotulado de géneros (gramaticais) de duas classes, i. e., quando é possível associar duas

---

morfologia verbal Bantu, por sua vez, é legítimo o emprego de raiz (*verb-stem*), com sentido similar ao que se usa em português (cf. Wilson & Magona 2017).

Alfândega (2014), em um trabalho sobre a *locativização em cisena* (N44), faz referência ao conceito de *tema nominal* nos moldes aqui empregue, citando Siteo (1996): “Siteo (1996) refere que nas línguas bantu, o nome compreende duas partes: (i) o *prefixo*, que varia em função do tema nominal e (ii) o *tema nominal*, que recebe o prefixo para em conjunto formarem o nome” (Alfândega 2014: 119, destaque no original). Todavia, na aplicação do conceito, designa de nome o tema nominal, numa abordagem um tanto quanto equivocada, ao nosso ver, neste particular aspeto. A título de exemplo, lê-se “o prefixo *pa*-associa-se ao nome para localizá-lo numa área ‘aberta’ ou ampla [e.g., *pa-phiri* ‘sobre o monte’, *pa-meza* ‘sobre a mesa’, *pa-nyumba* ‘próximo da casa’]” (Alfândega 2014: 126).

Com os argumentos aqui trazidos, procuramos reconhecer a complexidade do tratamento da morfologia Bantu, as diferenças conceptuais com o português e os fundamentos das posições teóricas por nós assumidas.

<sup>6</sup> PN = Prefixo nominal; MS = Marca de sujeito; FV = Vogal final. Não se deve equiparar a vogal final da estrutura verbal em Bantu com as vogais temáticas do português. Para uma leitura detalhada, ver Meussen (1967), Mutaka & Tamanji (2000).

classes nominais para fazer a oposição singular/plural (e.g., *mujondzisi* ‘professor’/*vajondzisi* ‘professores’, em xichangana); por último, temos o grupo de nomes considerados como sendo géneros tripartidos. Estes são os que, além de distinguir o singular do plural, também distinguem os dois números do coletivo (e.g., *munhu* ‘pessoa’/ *vanhu* ‘pessoas’/ *wumunhu* ‘gente’, em xichangana)<sup>7</sup>.

Como dissemos nas linhas precedentes, a concordância nominal em Bantu é feita através de prefixos. Assim, em (5) parece nítido que os prefixos *ki-* e *vi-*, pertencentes às classes 7 e 8, em suaíli (ou (ki)swahili), flexionam o tema nominal *-kapu* ‘cesto’ em género (singular/plural). Além disso, desencadeiam o sistema de concordância nominal ao funcionarem como “marcadores pronominais vinculados, analisáveis como marcas de sujeito que são afixados ao verbo” (Creissels 2005 *apud* Taji 2014: 153) e outros elementos fráasicos. Nesse sentido, todos os materiais linguísticos existentes nas frases em (5) engatilham o prefixo da classe do sintagma nominal em posição de sujeito (SN<sub>suji.</sub>).

Além do que fica dito, os nomes nas LBs estão organizados num número limitado de grupos, de acordo com o prefixo nominal. Ngunga (2002: 68), citando Siteo (1984), considera que “o número de classes nas diferentes línguas bantu varia entre 10 e 20”. No apêndice A reconhece-se a existência de 18 classes nominais para o ciyaawo, 13 para xichangana e emakhuwa, respetivamente. Entretanto, a lista de xichangana mostra-se uma série incompleta, evidenciada pela ausência das classes diminutivas 12 e 13 e das classes locativas 16, 17 e 18, sincronicamente consideradas não produtivas nesta língua (Dimande & Chimbutane 2022, Langa 2012).

A não produtividade das classes diminutivas 12 e 13 pode explicar-se pelo fato de a diminutivização realizar-se através de outros processos morfológicos, como a derivação sufixal, ao passo que a ausência das classes locativas 16, 17 e 18 tem a ver com o fato de delas terem restado apenas alguns vestígios ou rudimentos (como, por exemplo, ha-nsi ‘em baixo/no chão’ (cl. 16); ku-suhi ‘perto’ (cl.

---

<sup>7</sup> A coocorrência dos prefixos das classes 14 e 1 (cf. apêndice A), através da adição de prefixos à temas, encontra sua explicação no facto de o tema nominal *-n<sup>h</sup>u(CV)* não possuir o tamanho ótimo (CVC) em línguas Bantu. Em casos desta natureza, os temas nominais são suscetíveis de agregar dois prefixos. Entretanto, o primeiro prefixo passa a compor juntamente com o tema nominal primitivo o que a literatura chama de *macro-stem* (cf. Maho 1999, Mutaka & Tamanji 2000). Portanto, em *wumunhu* a parte destacada seria o nosso macro-tema que agrega o prefixo inerente ao nome e o tema nominal primitivo.

17) e *n-draku* ‘retaguarda/parte posterior’ (cl. 18)), que, no estágio atual desta língua, já não podem ser considerados nomes no verdadeiro sentido, uma vez que funcionam como advérbios de lugar.

(Dimande & Chimbutane 2022: 877)

À semelhança de *xichangana*, na lista de *emakhuwa* reporta-se um conjunto de 13 classes (cf. apêndice A), excluindo as classes 9 e 10 que agregam nomes cuja semântica predominante refere-se a seres do reino animal; a 11 que acolhe substantivos abstratos, massas, coisas incontáveis ou longas; e as classes 12 e 13, relativas a diminutivos, como já se fez referência acima. Esta língua, além de socorre-se de processos morfológicos como a derivação parassintética para localizar as coisas no tempo e no lugar, por um lado, usa da estratégia de diminutivização lexical com recurso a morfemas como *-kani*, que denota pequenez, ou *-kanini* que, mais do que referir-se a pequenez, intensifica e/ou enfatiza o grau diminutivo; por outro lado, teria no decurso de seu desenvolvimento, desde o Proto-Bantu<sup>8</sup> (Doke 1945, Greenberg 1963, Guthrie 1967, Phillipson 1977), “drenado” os nomes das classes 9, 10 e 11 para os pares de géneros 1/2 (cuja semântica refere-se a pessoas) e 7/8 (dos objetos) (Ngunga 2014).

*Ciyaawo*, por seu turno, embora não apresente um conjunto de 20 classes e prefixos nominais como sugerido em Siteo (1984), pode-se considerar uma língua com um sistema nominal canónico porque não tem interrupções entre as classes nominais 1 a 18 (cf. apêndice A). Cabe realçar que “a organização gramatical de nomes em classes ocorre, no essencial, de acordo com a orientação semântica. Entretanto, apesar de os nomes de uma determinada classe nominal exibirem o mesmo prefixo nominal, casos há em que estes não partilham os mesmos traços semânticos” (Dimande & Chimbutane 2022: 871). Isto leva a dizer que a distribuição dos nomes em classes nominais não se limita a este critério. Ainda assim, “em muitos casos ainda persiste a ocorrência de nomes semanticamente pertencentes ao mesmo grupo” (Ngunga 2014: 127).

Tem importância realçar que, no conjunto dos prefixos nominais apresentado no apêndice A, apenas os prefixos das classes 14, 15, 16, 17 e 18 não fazem a oposição de género, ou seja, trata-se de prefixos integrados nas já referidas classes nominais de um género. Dissemos acima que o género nestas línguas se relacionava com a flexão (em número), i.e., a

---

<sup>8</sup> Trata-se da hipotética língua que deu origem as atuais línguas Bantu.

oposição singular/plural. Assim, as classes 1, 3, 5, 7, 9 e 11 fazem o seu plural com as classes 2, 4, 6, 8 e 10, respetivamente. Dito de outra forma, a classe 1 expressa o valor de singularidade, cujo plural se faz com a classe 2 (e.g., do emakhuwa, *-thu* >> *muthu* ‘pessoa’ (*mu-cl.1*); *athu* ‘pessoas’ (*a-cl.2*)). A mesma lógica é válida para a sequência dos prefixos até a classe 10. O prefixo da classe 10 é, por um lado, plural da classe 9 e, por outro, da classe 11. Isto equivale a dizer que a classe 11 é singular da 10, sendo que 10 é plural tanto de 11, quanto de 9. Como se vê, a oposição de género na classe 10 e 11 é feita da direita para a esquerda, diferente da lógica adotada nas demais classes (1 a 10) e, entre 12 e 13, que se operacionaliza da esquerda para a direita. Entretanto, raras exceções existem, como por exemplo, o que sucede com a classe 14 que embora seja, na generalidade, assumida como sendo classe de um género, em algumas línguas Bantu, a exemplo do sena (N44), faz o plural com a classe 6.

Para a discussão aqui pretendida, cabe realçar que as classes nominais podem desempenhar funções primária e/ou secundária. Em outras palavras, queremos dizer que nestas línguas existem dois tipos de prefixos, nomeadamente, os inerentes aos nomes e os que deles derivam. Assim, os primeiros são tipicamente primários, ao passo que o segundo grupo, essencialmente constituído pelos prefixos das classes 12, 13, 16, 17 e 18, são designados secundários (Mutaka & Tamanji 2000). De acordo com Ngunga (2014), entre os prefixos secundários figuram os que alteram a semântica nuclear do tema nominal, conferindo-lhe informação adicional, como pequenez (cf. (6)), grandeza, carácter, entre outros, da mesma forma que podem localizar o objeto ou a ação no espaço (cf. (7)) e/ou tempo (cf. (8)).

	(6) Ciyaawo			Formas marcadas
a.	<i>ka-ndu</i> 'coisinha'	<	<i>ci-ndu</i> 'coisa' <sup>9</sup>	<i>ka-(ci-)ndu</i>
	12-coisa		7-coisa	12-7-coisa
b.	<i>tu-ndu</i> 'coisinhas'	<	<i>yi-ndu</i> 'coisas'	<i>tu-(yi-)ndu</i>
	13-coisa		8-coisa	13-8-coisa

(elaboração própria)

	(7) Shona			
a.	<i>pa-mu-sha</i> 'na aldeia'	cf.	<i>*mu-pa-sha</i>	3-16-aldeia
	16-3-aldeia			
b.	<i>ku-mu-sha</i> '(lá) na aldeia'	cf.	<i>*mu-ku-sha</i>	3-17-aldeia
	17-3-aldeia			
c.	<i>mu-mu-sha</i> 'dentro da aldeia'	cf.	<i>*mu-mu-sha</i> <sup>10</sup>	3-18-aldeia
	18-3-aldeia			

(Ngunga 2014: 137)

	(8) Ciyaawo			
a.	<i>pa ci-aka ci-mo</i>	(> <i>caaka</i> )		'num ano'
	16 7-ano 7-um			
b.	<i>ku ku-ca</i>	(> <i>kuuca</i> )		'ao amanhecer'
	17 15-amanhecer			
c.	<i>mu ndaavi ji-mo</i>			'dentro de uma hora'
	18 9-hora 9-um			

(Ngunga 2014: 140-141)

Os morfemas diminutivos *ka* e *tu*, representados em (6), ligam se ao tema nominal *ndu* de forma marcada ou não. No caso em que não é

<sup>9</sup> Cabe realçar que nas formas não marcadas destes dados omitimos, deliberadamente, o alongamento dos prefixos nominais *ka-*, *tu-*, *ci-* e *yi-*. Importa referir que, em ciyaawo, existem três tipos de alongamento vocálico, designadamente, (1) fonético; (2) fonológico e (3) compensatório. O fonético é sensível à penúltima sílaba e não distingue significado (e.g. *maseengo* 'trabalho'); o fonológico distingue significados de palavras (e.g. *kucima* 'odiar' cf. *kuciima* 'ofegar'). Por seu turno, o alongamento compensatório consiste na alteração da duração vocálica da vogal breve de um determinado núcleo silábico, como resultado da atuação de diferentes regras fonológicas (e.g. *pa + ditiinji* (locativo + nome) > *paitiinji* > *peetiinji* 'na mata').

<sup>10</sup> Nesta estrutura demonstramos a ordem de restrição da afixação dos afixos de nível I e II. Como se vê, a sequência 18-3-*sha* é aceitável, ao passo que o alinhamento prefixo de nível I + prefixo de nível II (locativo e/ou diminutivo) é restrita, por isso a agramaticalidade das sequências 3-16-*sha*; 3-17-*sha* e; 3-18-*sha*. O mesmo acontece com o ordenamento 3-12-*sha* ou 3-13 *sha*.

marcado, ocorre a substituição dos géneros gramaticais das classes 7 e 8 (*ci-* e *yi-*) para dar lugar às classes diminutivas (12 e 13). Aliás, Magona (2014) revela que os prefixos nominais ligam-se ao tema (nominal) ou a nomes formados de três formas, nomeadamente: *a.* adição – quando um morfema X é lhe adicionado outro Y para formar o plural (e.g., *dii-wu* ‘cinza’ cf. *ma-dii-wu* ‘cinzas’); *b.* substituição – um prefixo X é substituído por Y na formação do plural (e.g., *di-naangwa* ‘mandioca’ cf. *ma-naangwa* ‘mandiocas’); e *c.* subtração – um morfema X é subtraído por Y (incluindo zero) para dar lugar à formação do plural (e.g., *lu-sulo* ‘rio’ cf. *ø-sulo* ‘rios’).

Por sua vez, em (7) temos uma situação em que ao nome formado (*musha*) agregamos-lhe os prefixos locativos das classes 16, 17 e 18. O mesmo sucede em (8), no entanto, aqui as classes nominais indicadas pelos locativos realizam-se de forma disjuntiva. Portanto, os dados que temos vindo a observar parecem corroborar com a linha de reflexão que dá conta que:

Os prefixos nominais (primários e secundários) estão depositados no léxico em níveis diferentes que são avaliados pela ordem da sua concatenação. A ordem de concatenação dos morfemas é mapeada no léxico e é restrita, i.e., não pode ser violada sob o risco de agramaticalidade [(cf. (7))] fazendo jus a rigidez do mapa lexical à listagem dos afixos a nível lexical.

(Langa & Magona, em prep.)

O nosso pensamento parece ir de encontro ao modelo de listagem de afixos – *Affix-Stripping* –, segundo o qual, “os recetores devem dividir palavras pelos seus componentes para análise, e cada morfema está individualmente listado no léxico” (Vannest & Boland 1999: 324). Por outro lado, o aspeto acima precisado legitima o que é designado por hipótese de listagem total – *Full Listing Hypothesis* –, para quem “as palavras estão disponíveis para o seu reconhecimento no léxico com a sua morfologia completa” (Butterworth 1983 *apud* Vannest & Boland 1999: 324).

Traçando um paralelismo com os prefixos composicionais (PCs) e os legítimos (PLs), conforme tratados no português brasileiro (PB) (Schwindt 2001), parece ser possível concluir-se que os afixos (primários e secundários) em Bantu distribuem-se em dois níveis. O primeiro inclui os morfemas de classes nominais 1 a 11, mas também, os géneros gramaticais das classes 14 e 15 (cf. apêndice A). Por seu turno, os diminutivos e locativos, nomeadamente, as classes 12, 13, 16, 17 e 18, bem como os afixos que a

estes se equiparam (e.g. *-ini/-eni* ou o circunfixo *xi...-ana*, em xichangana, ou ainda *o...-ini*, em emakhuwa), devem poder estar integrados no nível II.

Entretanto, cabe realçar que, como acontece com o resto das línguas naturais, a analogia aqui feita sugere alguns aspetos assimétricos. Por exemplo, enquanto que no PB a divisão entre PCs e PLs tem em conta, entre outros aspetos, motivações suprasegmentais – sendo por isso os PCs possuidores de estrutura prosódica de um vocabulário fonológico e os PLs se estruturarem como sílabas átonas (Schwindt 2001: 177) –, em Bantu, ainda que se admita que o tipo de regras cíclicas e pós-cíclicas a que os afixos estão sujeitos (em conformidade com o modelo de Booij & Rubach 1987) influencia no seu alocamento nos níveis lexicais, para nós tal facto deve ser complementado pelo tom e pela orientação semântica da classe nominal em que os nomes a eles afixados estão integrados, como acima referido, no caso do último aspeto.

Relativamente ao tom, cabe referir que os prefixos nominais (primários e secundários) das línguas objeto de estudo são portadores de tom gramatical (Kisseberth & Odden 2003), sendo o tom de nível baixo o canónico<sup>11</sup>. Entretanto, não se podem estabelecer de forma livre, salvo raras exceções, como se dá, por exemplo, quando os prefixos secundários funcionam como locativos temporais. Nestes casos, eles comportam-se como as ditas preposições *em* e/ou *de*, no português moçambicano e, escrevem-se de forma disjuntiva (cf. (8)). Ainda assim, não se podem estabelecer como palavras autónomas.

Diz-se que o tom é gramatical quando não distingue significados de palavras com os mesmos segmentos (Ngunga 2004, Langa 2012, Nurse 2018), podendo expressar diferenças entre “os tempos verbais, modo, presença ou ausência na forma verbal de marcas de negação, etc.” (Ngunga 2014: 100). Os exemplos que se seguem procuram elucidar como é que materialmente o tom marca a ausência e/ou presença da marca de negação (cf. (9)) ou ainda a ocorrência do tom canónico nos morfemas de classes nominais em Bantu<sup>12</sup> (cf. (10)). Cabe realçar ainda que, nas línguas objeto de análise, o tom de nível baixo não é representado por ser o mais frequente. Assim, a ausência dos diacríticos em algumas moras de (9) e na totalidade

---

<sup>11</sup> Nestas línguas, o tom pode ser gramatical ou lexical, marcados, na ortografia, com recurso a diacríticos. Os principais tons que ocorrem nas línguas analisadas são baixo, alto e de contorno. Assim, quando representado, o símbolo (˘) marca o tom baixo; (ˆ) refere-se ao tom alto; e (^) simboliza o tom de contorno.

<sup>12</sup> Melhor elaboração sobre o funcionamento do tom na estrutura verbal, veja-se em Nurse (2018) e, sobre a tonologia nominal em Bantu, Kisseberth & Odden (2003).

das moras de (10) não significa a omissão do tom. Ao invés, trata-se da representação ortográfica do tom mais predominante nestas línguas. Ainda assim, nos exemplos em (9) e (10) tivemos o cuidado de incluir as glosas para vincar o tipo de tom contido em cada núcleo silábico. Portanto, a exceção da mora da primeira sílaba em (9a), todos os restantes núcleos silábicos são portadores de um tom de nível baixo.

(9) Ximakonde

- a. *ápalí* 'ele não está'  
ABB
- b. *apalí* 'está'  
BBB

Ngunga (2014: 100)

(10) Emakhuwa

- a. *mu-alapwa* > *mwalapwa* 'cão'  
B-BBB      BBB
- b. *a-alapwa* > *alapwa* 'cães'  
B-BBB      BBB

(elaboração própria)

Como fora dito, a morfologia é um campo muito fértil nas línguas Bantu. Assim, para não nos dispersar do essencial deste texto, recomendamos a leitura de Nurse & Philipson (2003), para uma visão geral da morfologia nominal em Bantu. Entretanto, não deixamos de trazer aqui uma pequena amostra do funcionamento destas línguas. De forma específica, interessou-nos, sobretudo, evidenciar a ocorrência do tom gramatical de nível baixo vinculado às classes nominais 1 e 2, em emakhuwa (cf. (10)).

Outrossim, em (10) parece nítida a concatenação dos prefixos das classes 1 e 2 (*mu/-a-*), que expressam flexão morfológica (tal se conhece em português), ao morfema *-a* da primeira sílaba do tema nominal (e.g., /*mu.a.la.pu.a*/e /*a.a.la.pu.a*/), mas também a interação entre a penúltima e a última sílaba dos mesmos dados propiciou o desencadeamento de processos morfofonológicos. Portanto, sendo o emakhuwa uma língua pouco tolerante à ocorrência de hiato, foi necessário acionar-se o *Obligatory Contour Principle* (doravante, OCP) (Hyman 1985, Odden 1986), como mecanismo de reparo do ambiente indesejado criado pelo encontro de materiais linguísticos idênticos ( $V_1+V_2$ ), na primeira situação (e.g., /*mu.a.la.pu.a*/,

/a.a.la.pu.aʔ/, e materiais iguais ( $V_1+V_1$ ), na posição inicial do segundo dado (e.g., /a.a.la.pu.aʔ/, conforme destacado. Do reparo, vários processos morfofonológicos emergiram, podendo-se destacar dois, de âmbito fonológico, designadamente, a semi-vocalização (cf. (11a)) e a elisão (cf. (11b)), à luz das regras segmentais a seguir formalizadas.

(11) Emakhuwa

- a. /u/ → [w]/ -[a]  
b. /a / → [ø]/ -[a]

(elaboração própria)

As regras em (11) permitem a seguinte leitura:

- a) uma vogal breve posterior fechada arredondada<sup>13</sup> realiza-se como uma semi-vogal no contexto em que é antecedida de uma vogal breve baixa central (cf. (11a));
- b) um segmento vocálico breve central é elidido quando antecedido de uma vogal idêntica (11b).

Mais adiante, na secção 5, veremos detalhadamente a interação morfologia/fonologia, ou seja, baseando-se no modelo da FL de Booij & Rubach (1987), procuraremos mostrar que da “interação entre as regras morfológicas e fonológicas deriva as representações lexicais distintas da representação de base” (Lee 1992: 109-110).

Descrita sumariamente a morfologia nominal em Bantu e esclarecido o sentido que os conceitos operacionais tomam neste trabalho (e.g., tema nominal, classe nominal, género), passemos à apresentação do quadro teórico. Para este exercício, dividimos dois tópicos: o primeiro sobre a FL clássica, o segundo relativo ao modelo de Booij & Rubach (1987).

#### 4. Modelo teórico

##### 4.1 FL Clássica, breve descrição

A FL é um modelo teórico pós-*SPE* (*The Sound Pattern of English*), de Chomsky & Halle (1968), que surge na década de 1980 com os trabalhos de Kiparsky (1982) e Mahanan (1982). Na linha da Fonologia Generativa (FG), desenvolve a ideia de que são necessários diferentes níveis de

---

<sup>13</sup> O sistema vocálico do emakhuwa é composto por dez vogais, cinco breves e igual número de alongadas, i.e., u, uu, i, ii, e, ee, o, oo, a, aa (cf. Ngunga *et al.* 2022).

representação fonológica, cujas regras se aplicam uma após a outra, numa ordem determinada (Collischonn 2002: 164).

Os problemas da abstração encontrados na FG padrão constituem uma das motivações para o aparecimento da FL Clássica (Lee 1995, 1996). Lee (1996: 129) revela que a FG padrão descreve formalmente os fenómenos fonológicos com as regras fonológicas e as fronteiras fonológicas, para derivar as representações fonéticas concretas. Entretanto, não reserva um lugar para a interação entre a fonologia e a morfologia. Em outras palavras, quererá o autor dizer que na conceptualização da FG padrão foi ignorada a possibilidade de interação entre a morfologia, a fonologia e a sintaxe. Assim, se até princípios de 1980 estes domínios da gramática eram tratados como blocos independentes, a FL Clássica aparece como um modelo de interface entre morfologia-fonologia-sintaxe. Por isso, pressupõe a análise das estruturas morfológicas, sintáticas e os processos fonológicos subjacentes a elas. Isto implicou a distinção entre regras lexicais e pós-lexicais (Bisol 2005: 83, Mateus 2003: 1009).

As representações de nível lexical são anteriores e independentes de qualquer alinhamento morfossintático. No entanto, as de nível pós-lexical são dependentes do contexto morfossintático (cf. tabela 1), i.e., o primeiro nível é representado pelas regras que se aplicam dentro do léxico, ao passo que, o segundo, representa as regras que operam fora do domínio do léxico, ou seja, no componente sintático (Migliorini & Massini-Cagliari 2011: 77). Depois da aplicação das regras pós-lexicais é que a representação fonética se realiza (Lee 1995: 6). Nesta ordem de ideias, a FL Clássica sugere olhar para o léxico como unidade que se encontra disponível em estratos ordenados (Mohan 1986), nos quais se aplicam regras de formação de palavras (derivação e composição) e regras fonológicas (Gonçalves 2013: 340). O ponto de partida é a estrutura subjacente e o de chegada é a estrutura de superfície (Bisol 2017: 82). Pulleyblank (1986) sistematiza as características atribuídas às regras lexicais e pós-lexicais, conforme ilustra a tabela 1 abaixo.

TABELA 1 – Características das regras lexicais e pós-lexicais

Regras lexicais	Regras pós-lexicais
a. pode referir-se à estrutura interna das palavras	a. não pode referir-se à estrutura interna das palavras
b. não pode se aplicar fora das palavras	b. pode se aplicar fora das palavras
c. pode ser cíclica	c. pode ser cíclica
d. se cíclica, está sujeito ao ciclo estrito	d. é não-cíclica; portanto, “across-the-board”
e. submete-se à “structure preserving”	e. não precisa de “structure preserving”
f. pode ter exceções lexicais	f. não pode ter exceções lexicais
g. deve preceder todas as aplicações das regras pós-lexicais	g. deve ser precedida de todas as aplicações das regras lexicais

Fonte: Pulleyblank (1986 *apud* Lee 1992: 110)

Para se fazer valer das características ora expostas na (r)especificação dos itens linguísticos, a FL Clássica se socorre de cinco pressupostos (ou princípios e condições, nos termos de Bisol 2005: 85), nomeadamente, (i) *hipótese de domínio forte* – “prevê que todas as regras fonológicas aplicam-se no nível mais alto do léxico e depois algumas regras podem-se apagar em algum nível do léxico de tal modo que as regras marcadas se aplicam no nível mais alto do léxico, nível I” (Lee 1995: 14); (ii) *preservação da estrutura* – pressupõe que “as regras lexicais não podem marcar traços que não seja distintivos, nem criar estruturas que não estejam em conformidade com modelos prosódicos básicos da língua” (Borowsky 1986 *apud* Lee 1995: 15); (iii) *Condição de Ciclo Estrito* – *Strict Cycle Condition*, SCC – sugere que existem duas classes de regras, cíclicas e não cíclicas, e que sua ordenação relativa corresponde à forma de aplicação. Em segundo lugar, a relação intrínseca postulada entre ciclicidade e neutralização caracteriza automaticamente as regras cíclicas como uma subclasse de regras que preservam a estrutura (Kaisse & Shaw 1985: 17); (iv) *hipótese de referência indireta* – tem a ver com as regras que se aplicam no domínio prosódico, não no domínio morfológico (Lee 1996: 136); e (v) *elsewhere condition* – diz respeito à inclusão adequada de uma regra específica na sua contraparte ou regra geral (Kiparsky 1982). Além disto, o resultado da aplicação desta a uma mesma variável deve ser diferente. Nos termos de Kaisse & Shaw (1985: 20), se duas regras que realizam mudanças incompatíveis competem pelas

mesmas descrições estruturais, a regra mais específica tem precedência de aplicação sobre a menos específica. Os autores revelam ainda que esta hipótese é atribuída uma função morfológica e outra fonológica. Assim, morfológicamente, a *elsewhere condition* é invocada com função de bloqueio, para evitar que afixos derivacionais ou flexionais regulares em um nível posterior do léxico sejam anexados a palavras que já sofreram afixação menos produtiva em um nível anterior (Aronoff 1975 *apud* Kaisse & Shaw 1985: 20). Fonologicamente, a *elsewhere condition* pode ser integralmente vinculada à SCC. Em outras palavras, a SCC decorre diretamente da *elsewhere condition* e, portanto, não precisa ser estipulada na gramática (Kiparsky 1982, Kaisse & Shaw 1985). Como se referiu acima, serve-se da *elsewhere condition* para “bloquear a aplicação de regras fonológicas a formas não derivadas, evitando assim a necessidade do SCC como princípio independente” (Kaisse & Shaw 1985: 21).

Dado o carácter eminentemente exploratório desta pesquisa, uma descrição mais detalhada dos princípios e condições aqui elencados não era mais possível.

#### 4.2 Modelo da FL de Booij & Rubach (1987)

Na secção 1 ficou dito que o presente estudo se socorre do modelo da FL postulado em Booij & Rubach (1987). Trata-se de um modelo que contrapõe a FL Clássica de Kiparsky (1982) e Mahanan (1982). Assim, Booij & Rubach (1987) consideram que, em FL, as regras lexicais devem ser tratadas de forma cíclica. Ou seja, nesta proposta sugere-se a existência de dois componentes do léxico, um cíclico e outro pós-cíclico. O primeiro é motivado pelo componente morfológica e o segundo está associado à componente fonológica. Aliás, na FL Clássica considera-se que cada nível da morfologia é associado a um nível próprio da fonologia, de tal maneira que as regras lexicais são, intrinsecamente, cíclicas (Lee 1996: 131). Pelo contrário, no modelo de Booij & Rubach (1987):

Existem dois componentes fonológicos: um motivado pela morfologia e outro motivado pela fonologia. Nessa perspectiva, as regras pós-cíclicas aplicam-se depois de cada um dos processos morfológicos, de tal maneira que as regras pós-lexicais não se sujeitam à Condição de Ciclo Estrito e as regras pós-lexicais são não-cíclicas.

(Lee 1996: 131)

Portanto, Booij & Rubach (1987) procuram simplificar os níveis de ordenamento lexical através da distinção entre regras lexicais, com base na ideia de ciclicidade. Deste modo, este parece-nos o modelo que melhor se adequa às particularidades dos dados das línguas observadas. Nesse sentido, as grelhas das (r)especificações a seguir apresentadas incluem dois blocos, um morfológico e outro fonológico, onde se mostra nítida a linha de reflexão defendida em Booij & Rubach (1987).

### 5. Evidências da FL na concatenação de afixos em ciyaawo, xichangana e emakhuwa

Como referimos nas linhas precedentes, os prefixos nominais em Bantu concatenam-se aos temas nominais através da adição, substituição e subtração. Nesta secção, procuramos analisar dados de ciyaawo, xichangana e emakhuwa, com o intuito de aferir o contributo dos pressupostos da FL na explicação de processos morfofonológicos decorrentes das formas de alinhamento de afixos. Adotamos, para o efeito, uma abordagem que incide sobre a descrição das regras fonológicas associadas aos prefixos do nível I, ao que se segue à análise dos prefixos de nível II. Para a análise dos dados das línguas objeto de observação, partimos de ciyaawo.

TABELA 2 - Grelha de (r)especificações de /-sulo/, em ciyaawo

	Nível I		Nível I
<i>Input</i>	/-sulo/	<i>Input</i>	/-sulo/
Morf.1	lu + sulo	Morf.1	N+sulo
		Fonol.1	N'sulo
Morf.2	lu.su.lo	Fonol.2	sulo
		Morf.2	su.lo
<i>Output</i>	lusulo	<i>Output</i>	sulo
	'rio'		'rios'

Fonte: elaboração própria

No que respeita à tabela 2, trata-se de uma situação em que a concatenação de prefixos do nível I (e.g. *N-*) ao tema nominal *-sulo* resultou na formação de uma nasal silábica, seguida da elisão da consoante [-continua] em posição inicial do nome formado (*N+sulo*) no terceiro momento da derivação. Isto é, a nasal homorgânica (N) é elidida por estar adjacente à consoante [+continua]. Entretanto, é preciso realçar que a elisão

não se trata de um fenómeno exclusivo aos sons consonânticos. Casos há em que resulta da interação entre sons vocálicos (cf. tabelas 8, 9 e 10). Langa (2012: 66) revela que a elisão é um processo fonológico que condiciona a alomorfia do sufixo locativo *-ini*, em xichangana (cf. tabelas 7 e 8). Na língua changana, por exemplo, sempre que um tema nominal termina em *-ea* vogal inicial do sufixo locativo *-ini* é elidida (cf. tabela 8).

Passemos para uma espécie de oposição privativa /p t k/ > [b d g]. Tem importância referir que, em ciyaawo, a oposição privativa envolvendo o traço [±voz] em consoantes abrange, igualmente, os sons palatais /c/ > [j]<sup>14</sup> (cf. Ngunga 2014).

TABELA 3 – Grelha de (r)especificações de */-peelee/*, em ciyaawo

Nível I		Nível I	
<i>Input</i>	<i>/-peelee/</i>	<i>Input</i>	<i>/-peelee/</i>
Morf.1	<i>lu+ peelee</i>	Morf.1	<i>N+peelee</i>
Morf.2	<i>lu.pee.le</i>	Fonol.1	<i>Nbeelee</i>
		Fonol.2	<i>mbeelee</i>
		Fonol.3	<i><sup>m</sup>beelee</i>
		Morf. 2	<i><sup>m</sup>bee.le</i>
<i>Output</i>	<i>lupeelee</i>	<i>Output</i>	<i><sup>m</sup>beelee</i>
	<i>'semente'</i>		<i>'sementes'</i>

Fonte: elaboração própria

TABELA 4 – Grelha de (r)especificações de */-teela/*, em ciyaawo

Nível I		Nível I	
<i>Input</i>	<i>/-teela/</i>	<i>Input</i>	<i>/-teela/</i>
Morf.1	<i>lu+ teela</i>	Morf.1	<i>N+teela</i>
Morf.2	<i>lu.tee.la</i>	Fonol.1	<i>Ndeela</i>
		Fonol.2	<i>ndeela</i>
		Fonol.3	<i><sup>n</sup>deela</i>
		Morf. 2	<i><sup>n</sup>dee.la</i>
<i>Output</i>	<i>luteela</i>	<i>Output</i>	<i><sup>n</sup>deela</i>
	<i>'palito'</i>		<i>'palitos'</i>

Fonte: elaboração própria

<sup>14</sup> Por se tratar de dados de formas verbais, escusamo-nos de trazer exemplos.

TABELA 5 – Grelha de (r)especificações de /-kuku/, em ciyaawo<sup>15</sup>

Nível I		Nível I	
<i>Input</i>	/-kuku/	<i>Input</i>	/-kuku/
Morf.1	N+kuku	Morf.1	N+kuku
Fonol.1	Nguku	Fonol.1	Nguku
Fonol.2	ŋguku	Fonol.2	ŋguku
Fonol.3	ᵑguku	Fonol.3	ᵑguku
Morf. 2	ᵑgu.ku	Morf. 2	ᵑgu.ku
<i>Output</i>	ᵑguku	<i>Output</i>	ᵑguku
	'galinha'		'galinhas'

Fonte: elaboração própria

Nos dados das tabelas 3, 4 e 5 é notória a ocorrência de uma diversidade de processos fonológicos resultantes do entrelaçamento entre a morfologia e a fonologia. Nas tabelas em referência, parece visível a oposição privativa /p t k/ > [b d g], a assimilação do ponto de articulação e a pré-nasalização. No primeiro momento observamos que as consoantes não-vozeadas em posição inicial do tema nominal assimilam o vozeamento da nasal homorgânica (N). Isto é, a nasal em posição inicial confere o traço [+voz] à consoante seguinte. De seguida, a mesma nasal homorgânica (N) assimila o ponto de articulação da consoante seguinte /b d g/, respetivamente. Numa fase posterior à derivação, esta perde a autonomia silábica, passa a modificador de consoantes em posição adjacente <sup>m</sup>b, <sup>n</sup>d e <sup>ŋ</sup>g/. Trata-se de uma situação em que os seguimentos se influenciam mutuamente, nestas (r)especificações, cumprido o ciclo da derivação. Nos termos de Ngunga (2014: 85), esta reciprocidade não significa que as regras se aplicam de forma caótica, pelo contrário, há uma ordem obrigatória por elas obedecida.

A (r)especificação do tema nominal /-simu/ abaixo parece mostrar com nitidez que os processos fonológicos não se desenvolvem simultaneamente, sendo possível observar uma ordem em que primeiro

<sup>15</sup> Os dados aqui analisados, ainda que apresentem o mesmo prefixo nominal, eles pertencem a classes distintas, nomeadamente, 9 (N-) e 10 (N-). Entretanto, ambos têm a nasal homorgânica (N) como marcador da classe nominal. Para desfazer esta aparente ambiguidade, testes sintáticos são necessários:

1. *Nguku jaangu.* 'minha galinha'
2. *Nguku syaangu.* 'minhas galinhas'

Como se vê, enquanto em (1) o SN<sub>sup</sub> concorda com o morfema *jaa-* concatenado ao possessivo *-ngu* 'minha', em (2) a concordância nominal é feita a partir do morfema *sya-*.

ocorre a elisão, seguida da semi-vocalização e, por último, a lábio-velarização.

TABELA 6 – Grelha de (r)especificações de /-simu-/ em xichangana

Nível I		Nível II	
<i>Input</i>	/-simu/	<i>Input</i>	/-simu-/
Morf.1	<i>ri+ simu</i>	Morf.1	<i>ri+simu</i>
Morf.2	<i>ri.si.mu</i>	Morf.2	<i>ri+simu+ini</i>
		Fonol.1	<i>risimwini</i>
		Fonol.2	<i>risijwini</i>
		Fonol.3	<i>risij<sup>w</sup>ini</i>
		Morf.3	<i>ri.si.nwi.ni</i>
	<i>risimu</i>		
	'campo de cultivo'		'no campo de cultivo'

Fonte: elaboração própria

Descrita a sequência das regras fonológicas da grelha de (r)especificação do tema nominal /-simu-/ em changana, passa-se agora à descrição de mais três processos fonológicos, designadamente, a aspiração (cf. tabela 7), a fusão (cf. tabela 7) e a elisão (cf. tabelas 8, 9 e 10). Na tabela 7 verificar-se que, após a concatenação dos afixos *ø*- e *-ini* ao nome formado *khala*, a primeira operação fonológica que tem lugar é a aspiração da consoante velar [k], ou seja, após a explosão resultante da produção da velar, uma pequena quantidade de ar marca a aspiração. No ciclo seguinte, observa-se que o encontro entre as vogais [a] e [i] permitiu a operacionalização do processo fonológico conhecido por coalescência ou fusão (a + i = e). Katamba (1989) referido em Langa (2012: 64) considera que a coalescência resulta do encontro de duas vogais primárias, dando origem a uma vogal secundária, conforme aqui ilustrado.

Relativamente à tabela 8, onde (r)especificamos o tema nominal /-vele-/, trata-se de uma situação em que a vogal [i] em posição inicial do sufixo locativo é elidida em consequência da adjacência com a vogal [e]. Aliás, em changana “sempre que se tiver uma vogal de tema nominal /e/, a vogal do sufixo é elidida” (Langa 2012: 66).

TABELA 7 – Grelha de (r)especificações de /-khala-/, em xichangana

Nível I		Nível II	
<i>Input</i>	/-khala-/	<i>Input</i>	/-khala-/
Morf.1	∅ + khala	Morf.1	∅+khala
Morf.2	kha.la	Morf.2	∅ +khala+ini
Fonol.	K <sup>h</sup> ala	Fonol.1	k <sup>h</sup> alaini
		Fonol. 2	k <sup>h</sup> aleni
		Morf.3	kha.le.ni
<i>Output</i>	khala	<i>Output</i>	khaleni
	‘carvão’		‘no carvão’

Fonte: elaboração própria

TABELA 8 – Grelha de (r)especificações de /-vele-/, em xichangana

Nível I		Nível II	
<i>Input</i>	/-vele-/	<i>Input</i>	/-vele-/
Morf.1	ma + vele	Morf.1	ma+vele
Morf.2	ma.ve.le	Morf.2	ma +vele+ini
		Fonol.	maveleni
		Morf.3	ma.ve.le.ni
<i>Output</i>	mavele	<i>Output</i>	maveleni
	‘seios’		‘no seio’

Fonte: elaboração própria

Nas linhas abaixo, analisamos o alinhamento de morfemas através da afixação por transfixação, um caso distinto dos até aqui discutidos. Observemos atentamente os dados da tabela 9 e 10, do emakhuwa.

Nas (r)especificações, observa-se uma homogeneidade em relação à distribuição dos processos fonológicos, quer à esquerda do tema nominal, assim como à direita. Ainda que operacionalizadas em ciclos diferentes da derivação, um processo fonológico sobressai do entrelaçamento entre a

morfologia e a fonologia, a elisão. Deste modo, na tabela 9, primeiro elide-se a vogal [e], quando antecedida de [a]; no segundo momento, a mesma vogal [a] é a causadora do apagamento de [i] do sufixo locativo; à semelhança de [a], a vogal [o] constitui-se no causador da elisão de [i] inicial do sufixo locativo, em 10.

TABELA 9 – Grelha de (r)especificações de /-mesa-/, em emakhuwa

Nível I		Nível II	
<i>Input</i>	/-mesa-/	<i>Input</i>	/-mesa-/
Morf.1	<i>e + mesa</i>	Morf.1	<i>e+mesa</i>
Morf.2	<i>e.me.sa</i>	Morf.2	<i>va+e+mesa+ini</i>
		Fonol.1	<i>vamesa+ini</i>
		Fonol.2	<i>vamesani</i>
		Morf.3	<i>va.me.sa.ni</i>
<i>Output</i>	<i>emesa</i>	<i>Output</i>	<i>vamesani</i>
	'mesa'		'na/sobre a mesa'

Fonte: elaboração própria

TABELA 10 – Grelha de (r)especificações de /-ro-/, em emakhuwa

Nível I		Nível II	
<i>Input</i>	/-ro-/	<i>Input</i>	/-muro-/
Morf.1	<i>mu + ro</i>	Morf.1	<i>mu+ro</i>
Morf.2	<i>mu.ro</i>	Morf.2	<i>o+mu+ro+ini</i>
		Fonol.1	<i>omuroni</i>
		Morf.3	<i>o.mu.ro.ni</i>
<i>Output</i>	<i>muro</i>	<i>Output</i>	<i>omuroni</i>
	'rio'		'(lá) no rio'

Fonte: elaboração própria

## 6. Nota de fecho

Este texto procurou olhar para os afixos em Bantu, nomeadamente, prefixos nominais, sufixos e circunfixos locativos. Os dados das línguas observadas (ciyaawo, xichangana e emakhuwa) parecem demonstrar a existência de dois componentes do léxico, um cíclico e outro pós-cíclico. Assim, salvo raras exceções, a componente fonológica parece dispor de dois tipos de regras. Um associado à morfologia e outro à fonologia, o que

quererá salientar o papel confirmativo e coerente do modelo de Booij & Rubach (1987).

## REFERÊNCIAS

- Alfândega, P. (2014). A locativização em Cisená. In: A. Ngunga (Ed.), *Temas de Gramática de Línguas Bantu I* (pp. 115-135). Centro de Estudos Africanos/UEM.
- Avelar, J., & Cyrino, S. (2008). Locativos preposicionados em posição de sujeito: uma possível contribuição das línguas bantu à sintaxe do português brasileiro. *Revista de Estudos Linguísticos da UP*, 3, 55-75.
- Bernardo, M. (2017). *Análise fonológica da estrutura verbal do passado recente em emakhuwa* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Eduardo Mondlane.
- Bisol, L. (2005). Fonologia lexical. In: L. Bisol (Org.), *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro* (4ª ed.) (pp. 82-100). EDIPUCRS.
- Bisol, L. (2017). Fonologia lexical. In: D. da Horta, & C. L. Matzenauer (Orgs.), *Fonologia, fonologias: uma introdução* (pp. 81-92). Editora Contexto.
- Bleek, W. H. I. (1856). *The language of Mosambique*. Harrison & Sons.
- Bleek, W. H. I. (1862). *A comparative grammar of south Africa*. Trübner & Co.
- Booij, G., & Rubach, J. (1987). Postcyclic versus postlexical rules in lexical phonology. *Linguist Inquiry*, 18 (1), 1-44.
- Bostoen, K., & van de Velde, M. (2019). Introduction. In: D. Nurse, & G. Phillipson, *The bantu language* (pp. 1-15). Routledge.
- Bresnan, J. (1994). Locative inversion and the architecture of universal grammar. *Language*, 72-131.
- Chimbutane, F. (2009). *The purpose and value of bilingual education: A critical, linguistic ethnographic study of two rural primary schools in Mozambique* [PhD Thesis]. The University of Birmingham.
- Chomsky, N., & Halle, M. (1968). *The Sound Pattern of English*. Harper & Row.
- Collischonn, G. (2002). Fonologia Lexical e Pós-lexical e TO. *Letras de Hoje*, 37 (1), 183-187.
- Dimande, E., & Chimbutane, F. (2022). Reexaminando o prefixo nominal da classe 5 na língua ronga. *Domínio da Linguagem*, 16 (2), 870-899.
- Doke, C. M. (1954). *The Southern Bantu Language*. Oxford University Press.

- Gonçalves, C. A. (2013). Interface morfologia-fonologia: teoria, abordagem e temas. *Cadernos de Letras da UFF-Dossiê: língua em uso*, 23 (7), 333-355.
- Gonçalves, P., & Chimbutane, F. (2004). O papel das línguas bantu na gênese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direcionais. *Papia*, 14, 7-30.
- Greenberg, J. H. (1963). *Language of Africa*. The Hague.
- Guthrie, M. (1967). *Comparative Bantu: An Introduction to the Comparative Linguistics and Prehistory of the Bantu Languages*. Gregg International.
- Hyman, L. (1985). *A Theory of Phonological Weight*. FORIS Publication.
- Kaisse, E. M., & Shaw, P. (1985). On the theory of lexical phonology. In: C. Ewen, & J. Anderson, *Phonology Yearbook* (vol. 2) (pp. 1-30). Cambridge University Press.
- Kiparsky, P. (1982). *Lexical morphology and phonology: linguistic in the morning calm*. Hanshin Publishing Company.
- Kisseberth, C. W., & Cassimjee, F. (2009). *The Emakhuwa Lexicon Exemplified*.
- Kisseberth, C. W., & Odden, D. (2003). Tone. In: D. Nurse, & G. Phillipson, *The bantu language* (pp. 59-70). Routledge.
- Langa, D. (2012). *Morfofonologia do verbo em changana* [Tese de Doutoramento]. Universidade Eduardo Mondlane.
- Langa, D., & Magona, V. (em preparação). Mapeamento Lexical dos Prefixos Primários e Secundários em Bantu.
- Lee, S. H. (1992). Fonologia Lexical do português. *Cadernos de estudos linguísticos*, 23, 103-120.
- Lee, S. H. (1995). *Morfologia e Fonologia do Português do Brasil* [Tese de Doutoramento]. Universidade Estadual de Campinas.
- Lee, S. H. (1996). Fonologia Lexical: Modelos e Princípios. *Letras hoje*, 31 (2), 129-137.
- Magona, V. (2014). Diminutivização Morfológica dos Nomes pertencentes às Classes 1 a 6 em Ciyaawo. In: A. Ngunga (Ed.), *Temas de Gramática de Línguas Bantu I* (pp. 136-154). Centro de Estudos Africanos/UEM.
- Maho, J. (2003). A classification of the bantu languages: an update of Guthrie's referential system. In: Phillipson, G. (2003), *The bantu language* (pp. 639-641). Routledge.
- Maho, J. F. (2009). *NUGL Online: The online version of the new update Guthrie's list a referencial classification of the Bantu language*.

- Citeseerx.  
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=C698C04A6EAEB5F6A50FCED424565B0?doi=10.1.1.603.6490&rep=rep1&type=pdf>
- Mateus, M. H. M. (2003). Fonologia. In: M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário, & A. Villalva (Eds.), *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 987-1033). Caminho.
- Meinhof, C. (1906). *Introduction to the phonology of bantu languages*. University of Gutemberg Press.
- Migliorini, L., & Massini-Cagliari, G. (2011). A Epêntese Vocálica no Português Brasileiro: Regras Lexical ou Pós-lexical? *Todas as Letras Q*, 13 (1), 72-84.
- Mohanan, K. P. (1982). *The theory of lexical phonology* [PhD Thesis]. MIT.
- Mohanan, K. P. (1986). *The Theory of Lexical Phonology*. Foris.
- Mutaka, N. M., & Tamanji, P. N. (2000). *An introduction to african linguistic*. Lincom Europa.
- Ngunga, A. (2002). *Elementos da gramática da língua yao*. Livraria Universitária.
- Ngunga, A. (2014). *Introdução à linguística bantu*. Imprensa Universitária.
- Ngunga, A., & Faquir, O. (2011). *Padronização da ortografia das línguas moçambicanas: relatório do III seminário*. CIEDIMA.
- Ngunga, A.; Manuel, C.; Langa, D.; Machungo, I., & da Câmara, C. L. (2022). *Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas: Relatório do IV Seminário*. Centro de Estudos Africanos/UEM.
- Nurse, D. (2018). *Tense and aspect in bantu*. Oxford Press.
- Nurse, D., & Phillipson, G. (2003). *The bantu language*. Routledge.
- Odden, D. (1986). On the role of the obligatory contour principle in phonological theory. *Language*, 62, 353-383.
- Phillipson, D. W. (1977). *The later prehistory of Eastern and Southern Africa*. Heinemann Educational Books.
- Reylly, C. (2016). *Language use and language attitudes in Malawian Universities* [MPhil Thesis]. University of Glasgow.
- Reylly, C. (2019). *Language in Malawian Universities: an investigation into language use and language attitude amongst students and staff* [PhD Thesis]. University of Glasgow.
- Sanderson, M. (1922). *A yao gramamr*. Society for Promoting Christian Knowledge.

- Schwindt, L. C. (2001). O prefixo no português brasileiro: análise prosódica e lexical. *Delta*, 17 (2), 175-207.
- Sitoe, B. (1996). *Dicionário Changana-Português*. Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação.
- Taji, J. (2014). Grammatical relation in chiyao. *Foreign Study*, 42, 149-177.
- Taylor, A. (2020). *A short language profile for Chichewa and the need for datasets*.  
Researchgate.[https://www.researchgate.net/publication/343282582\\_A\\_short\\_language\\_profile\\_for\\_Chichewa\\_and\\_the\\_need\\_for\\_datasets](https://www.researchgate.net/publication/343282582_A_short_language_profile_for_Chichewa_and_the_need_for_datasets)
- Van de Velde, M. (2019). Nominal morphology and syntax. In: M. Van de Velde; D. Nurse & G. Phillipson, *The Bantu Languages* (2<sup>nd</sup> ed.) (pp. 237-269). Routledge.
- Vannest, J., & Boland, J. E. (1999). Lexical morphology and lexical access. *Brain and Language*, 68(1-2), 324–332.
- Wilson, F. & Magona, V. (2017). Uma análise autosegmental de /s/ em raízes verbais do ciyaawo contemporâneo. In: A. G. Bautista, L. de C. Moutinho & R. L (Coords.), *Ecolinguismo e Línguas Minoritárias* (pp. 49-58). UA Editora.
- Wilson, F., & Magona, V. (2022, 9-10 de agosto, pc, em preparação). *Alguns processos fonológicos decorrentes da transição de classes nominais em Ciyaawo*. II Seminário de Ciências da Linguagem ‘Línguas e conhecimento científico: desafios para além do ensino de línguas’, Maputo, Moçambique.

## Apêndice A – Classes e prefixos nominais

Ciyaawo			Xichangana			Emakhuwa			
classe	prefixo	exemplo	glossário	prefixo	exemplo	glossário	prefixo	exemplo	glossário
1	<i>mu-</i>	<i>muundu</i>	peessoa	<i>mu-</i>	<i>munhu</i>	peessoa	<i>mu-</i>	<i>muthu</i>	peessoa
2	<i>va-</i>	<i>vaandu</i>	peessoas	<i>va-</i>	<i>vanhu</i>	peessoas	<i>a-</i>	<i>athu</i>	peessoas
3	<i>mu-</i>	<i>musi</i>	aldeia	<i>mu-</i>	<i>murhi</i>	remédio	<i>mu-</i>	<i>muri</i>	árvore
4	<i>mi-</i>	<i>missi</i>	aldeias	<i>mi-</i>	<i>mirhi</i>	remédios	<i>mi-</i>	<i>miri</i>	árvores
5	<i>di-</i>	<i>digoombo</i>	banana	<i>ri-</i>	<i>ribze</i>	pedra	<i>ni-</i>	<i>nikhule</i>	rato
6	<i>ma-</i>	<i>magoombo</i>	bananas	<i>ma-</i>	<i>maribze</i>	Pedras	<i>ma-</i>	<i>makhule</i>	ratos
7	<i>ci-</i>	<i>cipuula</i>	facas	<i>xi-</i>	<i>xingove</i>	gato	<i>e-</i>	<i>ehopa</i>	peixe
8	<i>yi-</i>	<i>yipuula</i>	facas	<i>svi-</i>	<i>svingove</i>	gatos	<i>i-</i>	<i>ihopa</i>	peixes
9	<i>N-</i>	<i>mbusi</i>	cabrito	<i>N-</i>	<i>nghonyama</i>	leão	—	—	—
10	<i>N-</i>	<i>mbusi</i>	cabritos	( <i>ti</i> ) <i>N-</i>	<i>tinghonyama</i>	leões	—	—	—
11	<i>lu-</i>	<i>lugomo</i>	lábio	<i>li-</i>	<i>litiho</i>	dedo	—	—	—
10	<i>N-</i>	<i>ngomo</i>	lábios	( <i>ti</i> ) <i>N-</i>	<i>tintitho</i>	dedos	—	—	—
12	<i>ka-</i>	<i>kasulo</i>	riacho	—	—	—	—	—	—
13	<i>tu-</i>	<i>tusulo</i>	riachos	—	—	—	—	—	—
14	<i>wu-</i>	<i>wuci</i>	mel	( <i>v</i> ) <i>u-</i>	( <i>v</i> ) <i>ulombe</i>	açúcar	<i>o-</i>	<i>olokho</i>	espécie de feijão
15	<i>ku-</i>	<i>kudila</i>	chorar	<i>ku-</i>	<i>kujondza</i>	estudar	<i>o-</i>	<i>ovava</i>	evaporar
16	<i>pa-</i>	<i>panyuumba</i>	em casa	—	—	—	<i>va-</i>	<i>vaaliteya</i>	na aldeia
17	<i>ku-</i>	<i>kunyuumba</i>	para casa	—	—	—	<i>o-</i>	<i>oaliteya</i>	para a aldeia
18	<i>mu-</i>	<i>munyuumba</i>	dentro da casa	—	—	—	<i>mu-</i>	<i>mualiteya</i>	> dentro da aldeia
								<i>mwaaliteya</i> <sup>16</sup>	

Fonte: Adaptado de Ngunga (2002, 2014), Langa (2013) e Magona (2014)

## Apêndice B – Abreviaturas e convenções

- A = alto  
 B = baixo  
 Cl. = classe  
 Fonol. = Fonologia  
 FG = Fonologia Generativa  
 FL = Fonologia Lexical  
 LBs = Línguas Bantu  
 Morf. = Morfologia  
 . = sílaba  
 = realiza-se  
 / = contexto  
 // = estrutura de base/fonema  
 [] = estrutura de superfície/fone

<sup>16</sup> A divisão silábica desta palavra é *mwa.li.te.ya*. O alongamento da primeira sílaba *waa-*, em *waaliteya*, relaciona-se com a compensação do peso fonológico (cf. Hyman 1985), resultante da fusão de duas sílabas do tipo V(ogal) em posição adjacente. As sílabas em referência podem ser reconstituídas mediante a reversão do reparo (OCP). Ou seja, neste dado o OCP aparece como reparo da haplogogia. Em outras palavras, queremos dizer que, embora emakhuwa admita sílabas do tipo V, ela bloqueia casos em que tais sílabas se encontram em adjacência (cf. (10b)) – por razões óbvias de foco do presente estudo, explicações pomenorizadas sobre processos históricos de suporte das transformações lexicais reservamos para um outro trabalho (cf. Wilson & Magona 2022, pc em prep.).

## Recensões

Quintino Lopes. *Uma Periferia Global. Armando de Lacerda e o Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra (1936-1979)*.

Lisboa: Caleidoscópio. 2020. 176 pp.  
ISBN: 978-989-658-698-0

João Veloso

jveloso@letras.up.pt; joaoveloso@um.edu.mo

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)*

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

*Universidade de Macau – Departamento de Português (Macau, China)*

1

Este livro celebra e homenageia a obra científica de Armando de Lacerda (1902-1984), o fundador da fonética experimental em Portugal.

A sua publicação não teria sido possível se não contássemos com o grande entusiasmo e o louvável interesse do seu autor, Quintino Lopes, por um tema e uma época muito específicos da história recente da Ciência e da Universidade em Portugal: o que era, como era verdadeiramente feita, a investigação científica nas universidades e através de outras instituições nacionais entre as décadas de 1930 e 1960? De facto, já na sua tese de doutoramento (Lopes 2017a) e noutras publicações (Lopes 2017b; 2018; Lopes & Pereira 2022), bem como através da sua participação ativa em projetos relacionados com a história da atividade científica nacional durante o regime fascista, o autor deste livro, em conjunto com investigadores sobretudo da Universidade de Évora e do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, tem prestado um contributo fundamental para o conhecimento dessa realidade nessas décadas particulares da História de Portugal.

Do interesse mais geral do autor sobre os modos de fazer ciência em Portugal no período que antecedeu o 25 de Abril, acabaria por se destacar de modo mais visível o interesse específico pelo percurso ímpar de Armando de Lacerda. Graças em grande parte a este interesse mais específico de Quintino Lopes pela vida e obra de Lacerda, dispomos hoje deste livro, e da sua edição internacional patrocinada pela Real Academia

das Ciências da Suécia<sup>1</sup>, assim como lhe devemos a organização de várias sessões e conferências sobre o precioso contributo de Lacerda para o estabelecimento da fonética experimental em Portugal e para o seu desenvolvimento científico a nível mundial.

O livro conta com oito capítulos centrais (“Partes”) escritos pelo autor e dedicados, cada qual, a um aspeto particular da vida e obra de Armando de Lacerda: I, “Um pioneiro da Fonética Experimental” (pp. 31-39); II, “«Os portugueses [...] possuem o melhor estabelecimento para os estudos de fonética que [...] existe na Europa: o de Coimbra»” (pp. 41-51); III, “Para além da «excelência científica na periferia»” (pp. 53-69); IV, “A internacionalização da escola de investigação de Armando de Lacerda” (pp. 71-95); V, “Outros itinerários e redes de comunicação em ciência” (pp. 97-113); VI, “O território rural como laboratório” (pp. 115-123); VII, “*Ethos* científico” (pp. 125-131); VIII, “Resistência, resiliência, ressentimento e (o apagar da) memória” (pp. 133-139). Estes capítulos são antecedidos por quatro textos introdutórios: “Fonética Experimental, Linguística e Engenharia nos anos de 1930”, um interessante ensaio de Francisco de Lacerda, da Universidade de Estocolmo, que nos ajuda a perceber a dimensão fora do comum do contributo do investigador de Coimbra para os avanços científicos da fonética experimental no século XX (pp. 9-16); “Laboratórios, materialidades e História da Ciência”, de autoria de Maria de Fátima Nunes, que contextualiza esta obra no âmbito mais geral da pesquisa documental sobre a História da Ciência em Portugal (pp. 17-19); “Na inversão da rota do esquecimento”, testemunho pessoal e intelectual de um descendente de A. de Lacerda, o seu neto Paulo de Lacerda (pp. 21-25); e uma “Introdução” (pp. 27-29) assinada pelo próprio autor do livro. O volume fecha com um “Epílogo” (pp. 141-143), uma lista de “Agradecimentos” (pp. 145-146), uma secção de “Notas” (pp. 147-153), as “Fontes e Referências” (pp. 155-164), os “Créditos das Imagens” (pp. 165-168) e o “Índice Remissivo” (pp. 169-174). Nas epígrafes que abrem a publicação (p. 7), encontramos citações de três foneticistas eminentes de meados do século passado que atestam a grandeza do legado científico e intelectual da figura central do livro: Francis M. Rogers (Universidade de Harvard), Pierre Van Bever [Bélgica] e Göran Hammarström (Universidade de Uppsala).

---

<sup>1</sup> Lopes, Q. 2023. *The Global Periphery. Armando de Lacerda and the Coimbra Experimental Phonetics Laboratory (1936-1979)*. Stockholm: Center for History of Science/The Royal Swedish Academy of Sciences.

Um aspeto que contribui para o extremo interesse deste livro é a quantidade – e a qualidade – das imagens que reproduzem fotografias, documentos, cartas, cartazes, anúncios, notícias da imprensa e outros elementos que ilustram praticamente todas as páginas. Estes testemunhos visuais, a par dos textos que encontramos nos diversos capítulos, deixam-nos uma memória verdadeiramente singular do percurso de uma carreira científica que, atendendo às circunstâncias *periféricas* de que foi rodeada, conseguiu projetar-se *globalmente* de forma verdadeiramente única no seu tempo.

## 2

A publicação deste livro poderá permitir que a atual geração universitária portuguesa consiga construir uma imagem mais informada do país em que A. de Lacerda se afirmou como um cientista de referência internacional e da ilha de atualização científica que o Laboratório de Coimbra por ele criado representou nesse mesmo país. Portugal não tinha, então, o número de universidades e laboratórios de que hoje dispõe. As universidades, que recebiam quase só uma percentagem ínfima de jovens socialmente pouco diversificados, formavam quadros para o exercício de profissões qualificadas (a medicina, as engenharias, o ensino, as profissões jurídicas, ...), mas não acolhiam centros de investigação avançada como os que, já então noutras paragens, não deixavam dúvidas sobre o papel da Academia na produção de conhecimento científico original e inovador. O financiamento externo para a ciência era muito escasso, praticamente nulo em muitas áreas. A internacionalização não fazia parte nem do léxico nem do quotidiano de universidades que, apesar da erudição e do ensino de qualidade, se encontravam fortemente comprometidas com um regime político com opções divergentes das predominantes numa Europa verdadeiramente longínqua. Em vez de serem instrumentos de “modernização” do país, as universidades tendiam a afirmar-se como repositórios de um país conservador e antigo. Nesse contexto pouco dinâmico, pouco inovador, pouco arrojado, Armando de Lacerda distingue-se de forma exemplar da imobilidade circundante, nomeadamente ao perceber muito cedo a importância de derrubar fronteiras disciplinares, geográficas, institucionais e mentais para *progredivir* na *construção* de conhecimento novo, válido e validado.

E é dessa sua inteligência ativa e criadora, tenaz e ousada, que nasce na Universidade de Coimbra um laboratório que atrai, como não acontecia

noutras estruturas universitárias de Portugal, os nomes mais importantes da sua área a nível mundial (nas págs. 105 e 107 do livro, bem como noutras passagens, são explicitados, entre outros, os nomes de Göran Hammarström, Francis Millet Rogers, Peter Strevens, David Abercrombie, Bertil Malmberg ou Gunnar Fant, que visitaram e investigaram no Laboratório). É assim que se afirma um laboratório que serve de modelo a outros que se lhe seguiram em vários países do mundo: conforme recordado nas págs. 80 e ss., foi determinante o papel de A. de Lacerda na fundação do Laboratório de Fonética Experimental da Universidade da Bahia, “o primeiro laboratório de Fonética Experimental da América do Sul” (p. 78), dirigido por Nelson Rossi e berço dos primeiros trabalhos de variação dialetal do português do Brasil com recurso a meios laboratoriais (p. 83). É assim que se constrói o laboratório onde se desenvolvem técnicas inovadoras e instrumentos originais, como o “Labiógrafo-Inscritor-Oral de Lacerda” e o “Policromógrafo de Lacerda”, entre outros, recordados (e ilustrados) nos dois primeiros capítulos do livro. É desse laboratório que emanam algumas das mais influentes publicações científicas da área da fonética experimental, como a própria *Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Universidade de Coimbra*, especificamente recordada na pág. 103 (e onde publicaram, entre muitos outros, Peter Ladefoged, conforme nos é recordado nas págs. 97 e 103). É, por fim, esse mesmo laboratório que coloca a ciência portuguesa (e também o interesse científico internacional pela língua portuguesa) no circuito dos principais congressos e debates mundiais desta disciplina, conforme documentado, p. ex., nas págs. 37, 53 e ss., 71 e ss.

O livro constitui, ainda, um testemunho de uma faceta fundamental para a compreensão da dimensão de A. de Lacerda: se Lacerda foi, indubitavelmente, um dos melhores foneticistas mundiais do seu tempo, ele foi também – e este contributo é recorrentemente recordado ao longo de todo o livro – um *incentivador*. Não conformado com as limitações do meio, do país, da instituição, Lacerda desenvolveu todos os esforços para obter condições, para angariar apoios, para fazer valer o interesse da cultura científica para o desenvolvimento da sua universidade e do seu país. A clareza e a insistência com que, evocando somente argumentos de natureza académica, expõe às autoridades da Universidade e do Governo razões para a abertura do Laboratório, para a aquisição de equipamentos, para o apoio a iniciativas científicas, para a criação de cadeiras específicas nos cursos da Faculdade de Letras de Coimbra – amplamente documentadas em facsímiles de cartas, ofícios e requerimentos que abundam neste livro – mostram, de facto, o contributo de Lacerda não só para o desenvolvimento da ciência

fonética, mas também para o estabelecimento das condições institucionais e logísticas que deram ao seu laboratório uma projeção e uma qualidade ímpares.

De entre os muitos temas estudados por A. de Lacerda ao longo das décadas em que investigou de Coimbra para o mundo, todos eles contemplados por este livro, cabe aqui uma menção especial – por este ser, talvez, um dos domínios mais injustamente esquecidos da sua obra – aos trabalhos de recolha e análise fonética de amostras dialetais do português (o Arquivo Sonoro dos Falares Regionais Portugueses), a que Quintino Lopes reserva todo o capítulo VI (pp. 115 e ss.). Esta parte do livro dá-nos também a imagem do cientista social, do antropólogo-etnólogo que percorre o país em inúmeras expedições linguísticas, na companhia da esposa, para recolher, além dos materiais de estudo fonético num sentido mais estrito, dados demográficos e imagens fotográficas que ficam como “um olhar social do mundo rural português na década de cinquenta, numa época em que esse campo do saber não dispunha de espaço próprio na academia” (p. 123).

### 3

Após a leitura do livro, ficamos com a certeza do papel verdadeiramente pioneiro do biografado na sua área científica e do contributo que, de Portugal, foi dado para o avanço da fonética experimental a nível mundial entre as décadas de 1930 e 1960. Esta projeção de, no fundo, um homem só, aparentemente periférico, para o mundo, supostamente global, traz-nos à lembrança, inevitavelmente, um outro foneticista português que, do seu autodidatismo em Lisboa nos finais do século XIX, conquistou também a admiração dos maiores nomes da fonética internacional do seu tempo: Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, o autor das primeiras descrições fonéticas completas do português (Viana 1883; 1892). Num contexto institucional e num quadro metodológico diferente do de A. de Lacerda, também Gonçalves Viana, nos seus tempos livres de funcionário da Alfândega, alcançou a admiração dos principais nomes da fonética descritiva europeia do final do século XIX, conforme documentado por uma outra obra de grande interesse para todos os que se interessam pela História da Ciência (e, em particular, da Linguística) em Portugal: o volume *A. R. Gonçalves Viana – Estudos de Fonética Portuguesa*, organizado por L. F. Lindley Cintra e J. A. Peral Ribeiro e publicado, em 1973, pela INCM (Cintra e Ribeiro (Orgs.), 1973). Este livro não só reúne alguns dos principais textos de fonética assinados por Gonçalves Viana, como também quatro estudos

introdutórios que perpetuam o seu legado e o reconhecimento de que foi merecedor junto dos impulsionadores da fonética descritiva e da transcrição fonética no final do século XIX e no início do século XX. De tais textos introdutórios, dois são de autoria dos organizadores do volume; um é escrito por um outro vulto fundamental para o estabelecimento dos estudos linguísticos em Portugal, Joaquim Leite de Vasconcelos, que reúne informações preciosas sobre a correspondência trocada entre Gonçalves Viana e os principais foneticistas europeus coevos, que pediam e respeitavam a sua opinião científica acerca das suas próprias investigações; o quarto, originalmente publicado no *Boletim de Filologia* por ocasião do centenário do nascimento de Gonçalves Viana, é assinado por um admirador e colega de A. de Lacerda frequentemente citado no livro de Quintino Lopes – Francis M. Rogers, que estabelece justamente um paralelo entre as trajetórias brilhantes destes dois pioneiros nos seguintes termos: “It was not until 1936 that Gonçalves Viana’s work was really to fructify, with the founding of the excellent *Laboratório de Fonética Experimental* in the University of Coimbra, under the direction of Dr. Armando de Lacerda” (Rogers 1973: 23).

\*\*\*

A admiração que um vulto como Armando de Lacerda nos inspira será certamente ampliada por esta publicação, cuja leitura interessará não só a foneticistas e linguistas, mas a uma audiência mais vasta composta por todos quantos valorizam o papel da ciência, da investigação e da educação no desenvolvimento do país. Saúde-se, portanto, o contributo do autor e de todos aqueles que, com ele, assim preservam a memória histórica de um dos nomes mais importantes de sempre da ciência portuguesa. E reconheçam-se os méritos da abordagem que não se compagina com os caminhos habituais da biografia “clássica”. “Em tempo de questionar historiograficamente as *grandes biografias hagiográficas*” (Maria de Fátima Nunes, p. 17), em vez da narrativa parcial cronologicamente abordada, o autor deixa ao leitor informações certeiras e o acesso a documentos que adquirem uma voz própria, deixando assim à inteligência crítica de quem lê a responsabilidade de *aprender* e de formar a sua visão do objeto retratado.

## REFERÊNCIAS

- Cintra, L. F. L.; Ribeiro, J. A. P. (Orgs.). 1973. *A. R. Gonçalves Viana – Estudos de Fonética Portuguesa*. Lisboa: INCM.
- Lopes, Q. 2017a. *A Junta de Educação Nacional (1929/36): Traços de europeização na investigação científica em Portugal*. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora.
- Lopes, Q. 2017b. The National Education Board (1929-36) and scientific research in Portugal. *Portuguese Journal of Social Sciences*. 16(1): 71-85.
- Lopes, Q. 2018. Science and Diplomacy: The National Education Board and the League of Nations. Portugal in the 1930s. *e-Journal of Portuguese History*. 16(2): 42-58.
- Lopes, Q.; Pereira, E. J. S. 2022. Science Funding under an Authoritarian Regime: Portugal's National Education Board and the European "Academic Landscape" in the Interwar Period. *Notes and Records of The Royal Society*. 76: 463-483.
- Rogers, F. M. 1973 [1940]. Gonçalves Viana and the Study of Portuguese Phonetics. In: L. F. Lindley Cintra, J. A. P. Ribeiro (Orgs.). 1973. *A. R. Gonçalves Viana – Estudos de Fonética Portuguesa*. Lisboa: INCM, 67-79. [Originalmente publicado como: Rogers, F. M. 1940. Gonçalves Viana and the Study of Portuguese Phonetics. *Boletim de Filologia*. VII : 17-29.]
- Viana, A. R. F. 1892. *Exposição da pronúncia normal portuguesa, para uso de portugueses e estrangeiros*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Viana, A. R. G. 1883. Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne. *Romania*. 12: 29-98. Republicado em: *Boletim de Filologia*. 7 (1941): 161-243.